

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

JANICE DO CARMO DEMUNER MAGALHÃES

ENTRE AMARRAS E POSSÍVEIS: ATIVIDADE DE TRABALHO E MODOS DE
VIVER DOS POLICIAIS MILITARES CAPIXABAS EM ANÁLISE

VITÓRIA
2015

JANICE DO CARMO DEMUNER MAGALHÃES

ENTRE AMARRAS E POSSÍVEIS: ATIVIDADE DE TRABALHO E MODOS DE
VIVER DOS POLICIAIS MILITARES CAPIXABAS EM ANÁLISE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.
Orientador: Prof. Dr. Rafael da Silveira Gomes.

VITÓRIA
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

M188e Magalhães, Janice do Carmo Demuner, 1987-
Entre amarras e possíveis : atividade de trabalho e modos de
viver dos policiais militares capixabas em análise / Janice do
Carmo Demuner Magalhães. – 2015.
110 f. : il.

Orientador: Rafael da Silveira Gomes.
Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Humanas e Naturais.

1. Policiais militares - Espírito Santo (Estado). 2. Trabalho. 3.
Ergologia. I. Gomes, Rafael da Silveira. II. Universidade Federal
do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.
Título.

CDU: 159.9

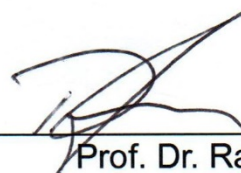
JANICE DO CARMO DEMUNER MAGALHÃES

**ENTRE AMARRAS E POSSÍVEIS: ATIVIDADE DE TRABALHO E
MODOS DE VIVER DOS POLICIAIS MILITARES EM ANÁLISE**

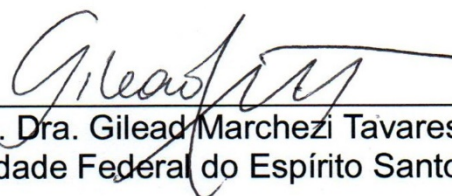
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Institucional.

Aprovada em 28 de abril de 2015.

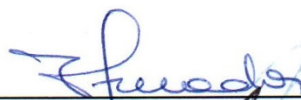
Comissão Examinadora



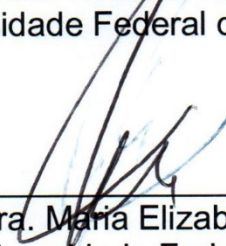
Prof. Dr. Rafael da Silveira Gomes
Universidade Federal do Espírito Santo



Profa. Dra. Gilead Marchezi Tavares
Universidade Federal do Espírito Santo



Profa. Dra. Fernanda Spanier Amador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Profa. Dra. Maria Elizabeth Barros de Barros
Universidade Federal do Espírito Santo

Aos meus pais.

Ao meu marido.

Aos policiais das turmas CHS 2012 e CFSd 2013.

AGRADECIMENTOS

Não, não é fácil escrever. É duro como quebrar rochas. Mas voam faíscas e lascas como aços espelhados. (Clarice Lispector)

Em primeiro lugar, agradeço àqueles que sempre – incondicionalmente – estiveram ao meu lado: meu pai, *Raimundo do Carmo*, e minha mãe, *Zulmira Albina do Carmo*. Em tudo que faço levo um tanto de vocês, pois sou um pedaço desta união. Com seu exemplo de vida, de garra e de persistência, me ensinaram que viver é também não desistir do que acreditamos. Aos maiores mestres que conheci, a vocês, pai e mãe, minha gratidão, meu respeito, meu amor. Estarei sempre aqui, bem juntinho, na certeza de que também estarão sempre ao meu lado!

Ao meu marido, *Felipe Demuner Magalhães*, me faltam palavras para expressar tanta admiração e todo amor que inunda meu coração! Nosso casamento aconteceu no meio do mestrado... Que bom!!! Tive companhia para me ajudar a colocar a dissertação nas normas da ABNT, ou para simplesmente dormir na poltrona ao lado da mesa em que eu estudava. Tive companhia... É isso! Você é meu grande companheiro, amor pra vida inteira! Obrigada por tanta paciência, por partilhar meus sonhos e me amparar. Te amo!

Agradeço, em especial, à minha amiga e triplamente madrinha, *Ana Paula Mattedi* – a doce AP – por ser exatamente assim... A AP de todas as horas! Demos “boa noite” à dona Lua em madrugadas adentro nas quais estudávamos, momentos em que me sentia encorajada por sua presença e apoio. É uma felicidade tê-la ao meu lado, sentir que nossa amizade é como uma árvore de raízes profundas. Conte comigo para sempre adubar a terra e fazer nossa árvore florir!

Às minhas lindas irmãs, sempre tão parceiras, *Janaína e Janete*, meus cunhados *Deucimar e Alisson*, e meus sobrinhos *Matheus, Alice e Vitor*. A alegria de vocês me contagia!

Aos meus sogros, *Almir e Luzia*, meus cunhados *Fabricio e Luíza*, por serem minha segunda família e compartilharem meus sonhos como se fossem seus.

Ao meu querido orientador, *Rafael Gomes*, pela infindável paciência e confiança. Mesmo nos momentos mais desesperados de minha parte, lá estava ele, no auge de

sua cortesia, pronto para me auxiliar. Obrigada por me incentivar e partilhar desta pesquisa! Sua presença foi imprescindível para que eu também acreditasse que seria possível...

À professora e amiga *Gilead Tavares* por ter sido tão fundamental em minha vida. Desde as épocas de graduação, passando pela tutoria no PET, e tantos outros momentos que compartilhamos, agradeço por ter me “tirado o chão” tantas vezes, por ter “balançado” minhas certezas e, assim, contribuído em fazer minhas experiências um pouco mais plurais. A você minha admiração sincera e minha amizade.

À professora *Beth Barros* por ser uma inspiração através de seu exemplo de cuidado e força. Estar em sua companhia, querida *Beth*, é ser convocada a romper uma inércia em que os cansaços da vida podem nos enredar. Obrigada por nos fazer acreditar em encontros mais potentes.

À professora *Fernanda Amador* que, mesmo na distância física, esteve tão presente nestes caminhos de estudo. Foi um prazer imenso contar com suas pontuações, com seus e-mails que traziam sempre uma mensagem acolhedora e com sua disposição em ajudar-me.

A *Luziane Siqueira* pela amizade e incentivo. Hoje, anos depois de ter – às vésperas da entrega do projeto de pesquisa – me ajudado a repensar o que realmente me movia a buscar um mestrado, vejo quão imprescindível foi aquele instante para minha vida. Você foi um anjo no meu caminho, *Lu!*

A *Sonia Fernanda*, minha adorável *Soninha*, a surpresa do PPGPSI. Nos aproximarmos foi um grato presente. Agradeço a você por estar ao meu lado, me acalmar, me lembrar os prazos, me ligar, simplesmente, para dizer “ei, tô aqui!”. Nossa amizade levo para a vida! Um agradecimento especial à sua família que é também um pouco minha.

A *Silvia Crisley* pela sempre presteza, alegria e carinho. Minhas manhãs e tardes ganharam cor com as risadas leves que você e *Soninha* jamais deixaram faltar. Obrigada, *Silvia!*

A *Clarissa Brommonschenkel*: cada linha desta dissertação é pensada um tanto a partir do que vivemos juntas. Obrigada por ter me apoiado, me explicado

pacientemente tantas coisas. Tenho muito orgulho dessa minha amiga “zero-dois”, que ocupa um lugar “número um” em meu coração!

Aproveito para agradecer também a algumas pessoas que foram um suporte essencial, uma “luz no fim do túnel”, uma “pedra do sol”, que irradiavam boas energias me ajudando a alinhar esta dissertação: ao *Uebinho*; às amigas do grupo de orientação – *poderosas e especiais* – *Ana, Renata, Alice, Olga, Luísa, Jaddh, Vivianni*; ao *Wagner Simões*; à minha turma de mestrado; a *Gabriela Zorzal e Lairane*; enfim, a todos que torciam para que eu conseguisse finalizar esta pesquisa!

À *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)* pelo investimento neste estudo.

Ao *Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI)*, em especial à professora *Ana Paula Louzada*, que – mesmo em meio às tantas exigências acadêmicas – não perdeu de vista a acolhida às nossas questões.

Esta pesquisa foi feita *com* os policiais militares. A alguns policiais, em especial, presto meus agradecimentos por terem contribuído neste processo: *Capitão Paulo, Major Ferrari, Capitão Prado* (o anjo que me guiou no Centro de Formação), *Coronel Josette, Coronel Silva, Soldado Viana, Soldado Clarissa, Capitã Emília, Tenente Sérgio, Capitão Gustavo*. Aos sargentos e soldados que dividiram a sala-de-aula, e muito mais que isso, com a “professora”!

Finalmente, minha eterna gratidão a *Deus* por ter estado presente através de todos estes anjos!

*Enquanto a gente tiver vida,
os sonhos não podem cessar...Nunca!
(sargento)*

RESUMO

Este estudo, realizado entre os anos de 2012 e 2014, se propôs a analisar, sob o viés da Ergologia e das contribuições de Michel Foucault, a relação entre a atividade de trabalho dos policiais militares do Espírito Santo e a produção de modelos de policial militar que se objetivam atualmente. Nesta perspectiva, buscou-se enlaçar uma análise que articule saberes, normas e produções subjetivas no que tange à atividade policial militar. As estratégias utilizadas no decorrer deste estudo estavam alicerçadas na perspectiva do método cartográfico, cuja produção de dados ocorre conjuntamente aos trabalhadores. Assim, a metodologia incluiu: o acompanhamento de dois cursos realizados no Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Polícia Militar do Espírito Santo – Curso de Formação de Soldados e Curso de Habilitação de Sargentos –; a condução de três entrevistas com sargentos e três entrevistas com soldados; a realização de grupo focal com dez sargentos; o acompanhamento de solenidades da PMES e a leitura de alguns dos regulamentos que norteiam a Corporação. A partir desta trajetória, observou-se que a atividade do policial militar é marcada pela imprevisibilidade e atravessada pelos princípios da hierarquia e da disciplina, os quais vão alicerçar as relações dentro e fora dos quartéis. Concluiu-se que ser policial exige uma série de regramentos e conformação/organização de modos de vida que vão contribuir para configurar uma certa condição de policial militar. Por fim, afirmamos a importância de mais estudos que se debrucem sobre a atividade dos policiais, levando em conta o saber dos próprios trabalhadores.

Palavras-Chave: policiais militares; Espírito Santo; atividade de trabalho; Ergologia.

ABSTRACT

This study, conducted between 2012 and 2014, aimed to analyze, under the bias of Ergology and Michel Foucault's contributions, the relationship between the work activities of the military policemen of Espírito Santo and the production of certain military policeman models that are currently constituted. In this perspective, it was sought to enlance an analysis that articulates knowledge, standards and subjective productions regarding the military police activity. The strategies used during this study were grounded in the perspective of the cartographic method, whose data production occurs jointly to the workers. Thus, the methodology included: monitoring of two courses given at the Training and Improvement Center of Military Police of Espírito Santo – Soldiers Training Course and Sergeants Qualification Course –; conducting three interviews with sergeants and three interviews with soldiers; holding a focus group with ten sergeants; accompanying solemnities of PMES and reading some of the regulations that guide the Corporation. From this path, it was observed that the activity of the military policeman is marked by unpredictability and crossed by the principles of hierarchy and discipline, which will lay the foundations for the relationships within and outside the barracks. It was concluded that being a policeman requires a number of rules and conformation/organization of ways of life that will contribute to set up a certain condition of military policeman. Finally, we affirm the importance of further studies to look into the activity of the policemen, taking into account the knowledge of the workers themselves.

Keywords: military policemen; Espírito Santo; work activity; Ergology.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- BME – Batalhão de Missões Especiais
- CF – Constituição Federal
- CFA – Centro de Formação e Aperfeiçoamento
- CFO – Curso de Formação de Oficiais
- CFSd – Curso de Formação de Soldados
- CHS – Curso de Habilitação de Sargentos
- CBMES – Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo
- DEI – Diretoria de Ensino e Instrução
- DEIP – Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa
- ES – Espírito Santo
- EsFAP – Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
- EsFO – Escola de Formação de Oficiais
- GAO – Grupo de Apoio Operacional
- HPM – Hospital da Polícia Militar
- PM – Polícia Militar
- pm – policial militar
- pm's – policiais militares
- PMES – Polícia Militar do Espírito Santo
- POG – Policiamento Ostensivo Geral
- PPGPSI – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional
- QCG – Quartel do Comando Geral
- RDME – Regulamento Disciplinar dos Militares Estaduais do Espírito Santo
- UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 CAMINHOS DE PESQUISA: TECENDO REDES DE CONFIANÇA.....	24
2.1 O CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA POLÍCIA MILITAR CAPIXABA.....	30
2.2 PERCURSOS METODOLÓGICOS NO CFA	33
3 DE CIVIL A MILITAR: PRODUZINDO UMA FORMA/FÔRMA-PM.....	43
3.1 REGISTROS DE UM CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS.....	43
3.2 MILITAR – DE SOLDADO A SARGENTO: ALGUNS APONTAMENTOS DA VIVÊNCIA NO CURSO DE SARGENTOS	55
3.3 GANHEI UMA “PATENTE”: “PROFESSORA”	61
4 ENTRE AMARRAS, NÓS E ALÍVIOS: ATIVIDADE DO PONTO DE VISTA DO POLICIAL MILITAR.....	64
4.1 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO	65
4.2 A HIERARQUIA COMO ESTRATÉGIA DE SUBORDINAÇÃO: MANDA QUEM PODE, OBEDECE QUEM TEM JUÍZO	68
4.3 AGIR NO LIMITE DA ORDEM: NORMALIZAÇÃO E IMPREVISIBILIDADE NO TRABALHO POLICIAL	76
4.4 VIVER EM MEIO ÀS NORMAS: DOS MEDOS ÀS PUNIÇÕES.....	80
4.5 MOBILIZANDO DRAMÁTICAS DOS USOS DE SI: DESAMARRANDO O POSSÍVEL EM ATIVIDADE.....	84
4.6 O POLICIAL E A OSTENSIVIDADE: UMA CONDIÇÃO AFIRMADA PARA ALÉM DOS QUARTÉIS	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS.....	103
APÊNDICE A – Pirâmide Hierárquica da Polícia Militar	109
APÊNDICE B – Certificado do Programa de Formação.....	110

1 INTRODUÇÃO

“Ei. Você disse que veio fazer uma pesquisa com a gente, não é isso? Então. Eu espero que você consiga alcançar os seus propósitos, mas se eu puder te dar uma dica que vai ser muito útil pra gente: tenta falar realmente sobre o que você viver aqui, sobre o que você vai ver, com o que tiver de bom e o que tiver de ruim!”. (aluno-sargento)¹

Este estudo, realizado entre os anos de 2012 e 2014, se propôs a estudar a atividade de trabalho dos policiais militares (pm's), **com** os policiais militares² do Espírito Santo (ES). Seguindo o conselho que nos foi dado no primeiro dia de aula do Curso de Habilitação de Sargentos³ (CHS) no Centro de Formação de Aperfeiçoamento (CFA) da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), as linhas que compõem esta dissertação trazem momentos vividos com os policiais militares, não se colocando no sentido de qualificar Polícia ou policiais, mas buscando discutir como tem se objetivado modelos de ser policial militar (pm) atualmente.

A Polícia Militar (PM), de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988, é uma instituição⁴ pautada na hierarquia e disciplina, subordinada ao Estado, Distrito Federal e Territórios, com função de polícia ostensiva e preservação da ordem pública. A hierarquia, ainda de acordo com a CF, é o princípio que diz respeito à “ordenação da autoridade, em níveis diferentes, por postos e graduações”, sendo que o acatamento à sequência de autoridade é o que consubstancia o “respeito” à hierarquia; a disciplina é “a rigorosa observância e o acatamento integral das leis,

¹ Todas as falas ou trechos do diário de campo serão apresentados em *itálico* e com a indicação do interlocutor – no caso de policiais será indicado o posto ou graduação – ao final, entre parênteses () ou imediatamente antes da fala. Vale constar que optamos, em alguns momentos, por não deixar tão explícita em qual etapa da pesquisa a fala foi registrada, para buscar garantir o anonimato.

² Policial militar ou brigadiano – denominação dada exclusivamente no Rio Grande do Sul (RS), onde a Polícia Militar é chamada de Brigada Militar – é o termo que caracteriza os trabalhadores das Polícias Militares do Brasil (FRAGA, 2006).

³ Falaremos sobre o CHS no Capítulo 3.

⁴ Instituição aqui é compreendido no sentido atribuído pelo viés da Análise Institucional, enquanto produção. Desta maneira, o termo “instituição” não se refere somente a estabelecimentos ou organizações, mas diz do campo problemático nos quais determinadas configurações podem vir a se objetivar sob certas formas e/ou modelos (LIMA, 2012).

regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo militar”.

Os princípios da hierarquia e da disciplina organizam a atividade de trabalho dos policiais militares, regulamentando como se dão as relações dentro e fora dos quartéis, quais são os cargos de comando, como comportar-se a partir do momento em que se torna policial militar, dentre outras tantas determinações. Consideramos pertinente iniciar a dissertação apresentando o que está descrito na CF referente ao que é a Polícia e sua função, pois veremos ao longo do percurso vivenciado que há elementos que extrapolam ao definido na legislação.

Os princípios hierárquicos e disciplinares são afirmados na CF como a base institucional das Forças Armadas. Para tanto, a maneira como são afirmados e operados na Polícia Militar implica alcançar extremos na vida pessoal dos trabalhadores, demonstrando que suas aplicações se traduzem em experiências que vão além das consideradas “ações policiais”.

Neste sentido, retomo aqui algumas das experiências que não se restringem ao intervalo de anos 2012-2014, mas que também contemplam algumas impressões e encontros compartilhados com policiais desde que eu era criança. Convivendo com parentes, amigos ou vizinhos policiais militares, fora do seu “horário de serviço”, observava que não deixavam de ser policiais mesmo quando estavam em casa, no cinema, na igreja. Assim, hoje refletindo, noto como estes atravessamentos contribuíram para destacar este e não outro coletivo de trabalhadores como o que gostaria de estar próximo, em situação de pesquisa.

Por conviver com policiais, desde muito nova eu observava que alguns “costumes” eram um tanto comuns entre os pm’s que conhecia, como, por exemplo, nunca ir em determinados lugares, sempre ter uma arma por perto, falar de uma forma meio contida, ter o cabelo quase raspado. Chegava mesmo a estranhar um pouco e até me intrigava com aquele “jeito de pm”.

Contudo, o que mais me fazia estranhá-los era quando se vestiam de policiais. Com o tempo, à medida que eu crescia, entendia que aquelas roupas diferentes que os policiais usavam eram parte de seu trabalho, tendo uma importância fundamental para simbolizar a Corporação a que pertenciam: tratava-se da farda de policial militar.

Para além de um uniforme, a farda era um indicativo de diferenciação. O efeito de se vestirem com aquela roupa era como o da materialização de que seu trabalho não era como o das outras pessoas de minha família; quem usava a farda não podia deixar a barba crescer, não podia ficar bebendo em qualquer lugar, não podia deixar nenhum amassado na roupa. Era visível que tantas outras profissões usavam uniformes, o enfermeiro que se vestia de branco, o lixeiro com seu uniforme laranja, o professor com a camisa da escola. Contudo, as marcas que a farda imprimia destoavam dos outros uniformes, pois mais que indicar o local onde trabalhavam, indicava que aqueles eram trabalhadores regidos por determinados códigos e modelos (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008; MUNIZ, 2001).

Era notório o fato de a farda ser um uniforme privativo para determinado grupo. De acordo com o Estatuto dos Policiais Militares do Espírito Santo (Lei Estadual nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978), o fardamento da Polícia Militar, conforme art. 71, é o uniforme privativo dos policiais militares, ou seja, fica proibido a qualquer outro trabalhador usar de roupa ou distintivos que lembrem os uniformes dos policiais militares. Ainda segundo esta legislação, o uniforme é o “símbolo da autoridade policial militar com as prerrogativas que lhe são inerentes” e qualquer desrespeito ao uniforme militar configura crime.

Ainda no Estatuto, em seu art. 68, são prerrogativas do trabalho dos policiais militares “a) uso de título, uniformes, distintivos, insígnias emblemas da Polícia Militar correspondente ao posto ou graduação; b) honras, tratamento e sinais de respeito que lhes sejam assegurados em Leis e regulamentos”. Ou seja, ao olhar uma farda militar, com insígnias e distintivos, pode-se ter uma ideia dos caminhos percorridos pelo policial em sua carreira: das honras recebidas, da graduação alcançada, dos cursos realizados. Podemos considerar a farda enquanto um livro no qual está contada parte da história do trabalhador militar ou ainda, de acordo com Sirimarco (2013), como uma “segunda pele” do trabalhador policial.

Até a minha adolescência só havia conhecido homens-policiais e este era um outro ponto de estranhamento: a marcante presença masculina na Corporação. Por não haver conhecido mulheres que fossem da PM, chegava a achar que somente pessoas do sexo masculino pudessem se tornar policiais. Achava curioso observar que eram homens – e apenas homens – que se vestiam daquele jeito peculiar, que se

comportavam de um modo específico, como se houvesse um modelo a seguir. Todos os policiais que conhecia se pareciam de alguma maneira, como se estivessem ligados por um “molde policial de ser”. Este “molde policial” expressava que homens é que faziam parte da Polícia, que era preciso ser policial sempre que fosse solicitado, ainda que não estivesse no horário de serviço ou fardado. Que trabalho é esse que parecia não haver mulheres? Não havia mulheres pm's por que elas não queriam entrar para a Polícia ou por que não podiam entrar? Ouvia dizer que era um trabalho perigoso, mas seria mais perigoso para mulheres do que para homens?

Os “moldes policiais” indicavam também algumas condições de vida, como não poder se mostrar vestido de pm em todo lugar, ao mesmo tempo que não se podia deixar de ser policial nunca, independente de usar ou não a farda. De acordo com as pessoas que convivi, havia locais em que era perigoso ser policial, se mostrar como policial. Assim, via meus primos terem cautela ao escolher os lugares que frequentavam, evitando ambientes com muita gente. Alguns escondiam que eram policiais. A farda, que ficava muito bem guardada, era levada escondida em uma proteção de roupas e só era vestida já dentro do Quartel. Não raramente, vi meus primos ou tios retornarem altas horas da noite, de viatura, e entrarem rapidamente em casa, na tentativa de passarem despercebidos.

Quando, por volta dos 12 anos, passei a morar próximo a um Quartel do Comando Geral (QCG), comecei a reparar naquelas pessoas que, agora, já não eram somente os meus parentes ou vizinhos conhecidos. Eu os enxergava como os personagens dos desenhos, que se mostravam pelo uniforme, pelo jeito de ser, mas que por vezes precisavam esconder sua vida militar⁵. Eles eram para mim os “homens-farda”. Homens-farda que ficavam de guarda no portão do Quartel, que corriam nas ruas do meu bairro, que andavam nas viaturas.

Quando, ao passar pelo Quartel, podia ver os homens-farda em frente à portaria, notava que, apesar de suas fisionomias mudarem, a roupa e o comportamento eram praticamente iguais. Durante mais de dez anos, me peguei observando aqueles desconhecidos policiais: vi trocarem os homens-farda que ficavam no portão,

⁵ A Constituição Federal de 1988 difere civis de militares, indicando que estes últimos são todos os trabalhadores que servem às Forças Armadas, às Polícias Militares e aos Corpos de Bombeiros Militares.

mudavam os rostos, às vezes a altura, o olhar um pouco mais concentrado ou um pouco menos... A postura, por sua vez, era sempre a mesma, a rigidez que os corpos expunham e o semblante sério também pouco se alteravam. Como era possível parecerem tão iguais e ao mesmo tempo eu saber que eram pessoas diferentes? Era aquela roupa que os fazia tão semelhantes? Seria o modo como se comportavam? Não sabia dizer!

O tempo passava... Enquanto eu pegava a condução para ir à escola, lá estavam eles no QCG. Os percursos no ônibus mudavam – e minha vida ganhava novos rumos com a entrada na faculdade de Psicologia –, mas lá permaneciam eles na portaria do Quartel, prontos para exercerem suas funções de pm, “socorrendo, protegendo e assistindo⁶ a sociedade”.

Apesar da frase no muro do Quartel indicar que as funções da PM são voltadas à proteção da sociedade, não era raro notar reportagens que reforçavam o embate entre sociedade e policiais. Por vezes me pegava pensando sobre: efetivamente, qual sociedade a PM protege? E protege-se do quê? Como a Polícia Militar do Espírito Santo tem assistido sua população? O que determina os critérios de “assistência, socorro e proteção”?

À medida que o Curso de Psicologia transcorria, pude atender como aluna-estagiária a um policial civil⁷, o Jota. Este atendimento contribuiu na compreensão de algumas diferenças entre Polícia Civil⁸ e Militar, além de me fazer atentar em algumas questões da atividade de trabalho policial. Em seus relatos, Jota expressava que parte de suas

⁶ Na rua, beirando uma grande e movimentada avenida de Vitória/ES, está a frase na parede do Quartel Militar: “Polícia Militar: Há 179 anos socorrendo, protegendo e assistindo a sociedade”.

⁷ Aqui nominaremos ficticiamente este policial civil de Jota.

⁸ Pela Constituição de 1988, art. 144, incisos I a V, são determinadas cinco Polícias: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Cíveis e Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares. A Polícia Federal fica responsável pelas funções de polícia judiciária da União, subordinada ao Ministro da Justiça, atuando de modo geral nos crimes praticados em nível federal e que envolvam ocorrências interestaduais e/ou internacionais. À Polícia Civil, dirigida por delegados de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, a função de polícia judiciária dos estados e a apuração de infrações penais, exceto as infrações militares. A Polícia Rodoviária Federal, organizada e mantida pela União e estruturada em carreira, destina-se ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais. Já a Polícia Ferroviária Federal, apesar de ser um órgão em extinção, é responsável pelo patrulhamento ostensivo das ferrovias federais. Por fim, a função da Polícia Militar fica definida como a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, e a execução de atividades de defesa civil é atribuição dos Corpos de Bombeiros Militares.

queixas se atrelavam às limitações impostas pela organização do trabalho. Fui percebendo que a sistemática na qual o trabalho policial parecia se organizar produzia efeitos desagradáveis, exigindo um esforço físico e psíquico quase sobre-humanos, com exaustivas jornadas de trabalho, pouco tempo para outras atividades como o lazer e ficar com a família, e dificuldade de formação de vínculos.

À medida que o processo terapêutico acontecia, os relatos angustiados tomaram uma centralidade nas nossas discussões, culminando na explanação sobre o suicídio como uma alternativa para acabar com os sofrimentos que Jota vivia. Desta maneira, ele discorreu sobre a possibilidade do suicídio referindo-se a este enquanto uma libertação da *“vida de amarras”*. A expressão *“vida de amarras”* foi trazida para significar uma vida que parecia estar potencialmente atrelada aos modos de organização do trabalho, cujos efeitos deletérios culminam em sofrimentos. Ao que foi possível que Jota elaborasse, a questão da morte era considerada como algo comum a se acontecer nas experiências vividas por policiais; morrer e matar eram parte de um ofício e ainda que não fosse a intenção, segundo Jota:

“Às vezes era necessário passar por situações em que a morte está presente realmente”.

Logo, Jota utilizava-se do argumento de que, se a morte era uma possibilidade real em seu trabalho, poderia ser também para acabar com os sofrimentos e angústias pelas quais ele mesmo passava. A morte seria, portanto, uma alternativa para *“desamarrar os nós que prendiam à vida de amarras”*, segundo o policial civil.

Estes momentos de discussão sobre suicídio, efeitos dos sofrimentos e possíveis maneiras de dar conta das situações angustiantes foram cruciais nos atendimentos para que algumas questões fossem suscitadas: que trabalho é este que coloca a morte como alternativa? Por que o policial, mesmo descrevendo e atrelando situações de trabalho às suas queixas, relutava em deixar de fazer parte da Polícia? Era possível *“deixar de fazer parte”* daquela instituição?

Guardadas as diferenças entre Polícia Civil e Militar, é admissível entender que as falas do policial remetem aos sofrimentos vividos pelos trabalhadores policiais, sejam eles civis, militares ou federais. Segundo o referencial teórico consultado, o que foi trazido no atendimento individual é compartilhado pela classe de trabalhadores

policiais, indicando ser uma conjuração de elementos, como a precariedade das condições de trabalho, falta de reconhecimento individual, ausência de tempo para o lazer e família, dentre outros fatores que favorecem o aumento do sofrimento, podendo chegar à efetivação do suicídio (NOGUEIRA; MOREIRA, 1999; SILVA; VIEIRA, 2008; SPODE, 2004).

Nogueira e Moreira (1999) salientam em estudo sobre as Corporações de Polícia Militar que a incidência do ato de autoextermínio é consideravelmente mais alta entre militares do que quando comparada com a da população civil. As autoras argumentam que a banalização da morte no dia-dia de policial e a facilidade no acesso a armas de fogo podem colaborar para colocar o suicídio enquanto uma possibilidade de cessar infelicidades.

Vê-se que as questões abordadas com Jota também são assuntos de estudos científicos, os quais confirmam que, muitas vezes, o trabalhador sofre por impactos advindos das relações estabelecidas no e com o trabalho (ANCHIETA et al., 2011; MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011). Importante ressaltar, porém, que não afirmamos ser o trabalho via de adoecimento, única e exclusivamente. O que queremos indicar é que, de acordo com os relatos do policial e com algumas produções científicas, há elementos no trabalho policial que têm despertado sofrimentos e angústias em seus trabalhadores. Caminhando junto a Amador et al. (2002), temos que o sofrimento é uma condição inexorável dos sujeitos que trabalham e é imprescindível que se busque transformá-lo ao invés de buscar eliminá-lo. Uma vez que o trabalho tanto pode conduzir à saúde quanto à doença, o que se pode, então, fazer com estas queixas e angústias para transformar as situações em que os trabalhadores estão imersos?

A sensibilidade se aguçava com as questões suscitadas a partir das falas de Jota e não demoraram a se misturar às imagens do homem-farda de minha infância, às idas e vindas na frente do Quartel. Minha vontade de estudar o trabalho da Polícia aumentava, e em meio às vivências do final de graduação, ocorreram na cidade de Vitória/ES alguns acontecimentos que colocaram em confronto, de um lado, trabalhadores policiais militares e, do outro, estudantes e outras classes de trabalhadores. Algumas das cenas tiveram como palco a Universidade em que eu estudava e naqueles momentos algumas contradições pareciam ganhar contorno: ao mesmo tempo que atendia um policial em pleno sofrimento e ouvia os incômodos e

fragilidades de alguns conhecidos pm's, acompanhava as investidas de policiais militares que não demonstravam – quando em ação – quaisquer descompassos à imagem do “homem-que-tudo-aguenta”:

Em meados do ano de 2012, houve um confronto em frente à Universidade Federal do Espírito Santo, entre o Batalhão de Missões Especiais (BME) da Polícia Militar e estudantes. Nesta ocasião, os estudantes protestavam por diminuição dos preços das passagens do transporte público. Como haviam parado vias, e na perspectiva de que atrapalhavam a ordem pública, as indicações do Governo eram de que a Polícia deveria desobstruir as vias de acesso à cidade.

Pouco antes deste episódio, outro confronto entre Polícia e população mobilizou o Espírito Santo. Foi uma reintegração de posse ocorrida no município de Aracruz/ES. Nesta ocasião, os policiais deviam cumprir o mandato do juiz e retirar as famílias que se negavam a sair da área referida. O que se via na TV era a população com pedras, paus, pratos e até colheres nas mãos se colocando contrária aos policiais que, por sua vez, eram a “força do Estado”, armados e fardados!

Tanto no confronto com estudantes, quanto no enfrentamento com os moradores em Aracruz/ES, a ordem dada aos pm's para “irem para cima”⁹ vinha do alto comando da PM: o comandante recebia a ordem do Governo e determinava que o Batalhão atuasse. Lá, pois, iam eles “pra cima dos desordeiros”, em marcha, lembrando a estes olhos que pouco conheciam a doutrina militar uma “dança um tanto estranha”. Os meios de comunicação não deixavam esquecer quem mandava: os governantes! Pedra de um lado, bomba do outro e as cenas não eram bonitas de se ver. Estas

⁹ A expressão “irem para cima” ganhou as redes sociais e a mídia televisiva capixaba, indicando as ordens dadas para reintegração de posse da área de Barra do Riacho em Aracruz/ES, no ano de 2011. Segundo a Prefeitura de Aracruz, “a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social cumpriu uma determinação da Justiça, para desocupação de uma área pública. Por isso, foi acionado o Batalhão de Missões Especiais para realizar a desocupação de uma área pública invadida em Barra do Riacho”. Ainda segundo uma das matérias, “os invasores estão cientes, desde o início, que a área é pública, e que a decisão judicial precisará ser cumprida e respeitada”. Contudo, os moradores rebatiam a informação alegando que não houve qualquer negociação ou nota informando da ação de despejo. De acordo com o que se veiculou na televisão e jornais, a ação pareceu violenta e os repórteres enfatizavam que o problema de falta de moradia era dos governantes. (Fonte: http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/05/noticias/a_gazeta/dia_a_dia/854802-400-policiais-retiram-moradores-de-area-ocupada-em-aracruz.html).

cenas foram descritas pelas palavras de uma professora em uma defesa de mestrado, tempos depois, mais ou menos assim:

“Tristeza por ver a violência sendo produzida e pela Polícia que é treinada para isso mesmo. O que temos feito de nossas vidas?”.

A frase “Polícia que é treinada para isso mesmo” ecoava... Para quê, afinal, a Polícia é treinada? Nos muros do Quartel, a frase “socorrendo, protegendo e assistindo a sociedade” contradizia as cenas vistas: ao que parecia, era a fim de controlar a população – ou ao menos uma parcela desta – que a Polícia atuava; atuação esta direcionada por interesses privados. A este respeito, Foucault (1979) nos lembra que a Polícia surge como um dos mecanismos de controle do Estado para gerir, controlar e normatizar a população, percorrendo a vida e os costumes das pessoas a fim de garantir o ordenamento social.

Não era possível, porém, desconsiderar a dimensão humana que compunha aquelas cenas: esta Polícia violenta que a professora se referiu é composta de homens e mulheres com desejos, sofrimentos, aspirações, receios, indignações. Estava claro que estes acontecimentos descritos eram fontes de contradições, fazendo suscitar inúmeras questões. O que se destacava, naquele momento, era o fato dos policiais estarem envolvidos em situações que eu considerava como violentas.

A ação policial, marcada pela tentativa de garantir a Segurança Pública, não deixa de ser uma das funções “duras” do Estado, inserida em um contexto de conflitos sociais e econômicos. Nesta ação e representatividade do Estado, o policial é colocado na linha de frente da experienciação da violência. Desta maneira, concordamos que

o trabalho policial ocupa, portanto, um território de controvérsias, no qual se engendra uma realidade ainda pouco conhecida pela sociedade: a do policial trabalhador, cuja função é conter a violência, mas que, ao mesmo tempo, corre o risco de reproduzi-la e/ou ser vítima dela (SPODE, 2004, p. 12).

Somando à reflexão, Silva e Vieira (2008) indicam que o viver policial se faz controverso tanto por ter de responder a uma função institucional, quanto por lidar com pessoas e com fenômenos sociais. Os autores afirmam ainda que a atividade do policial enquanto prestador de serviços se insere em uma tríade nem sempre simples

de ser administrada: a organização do trabalho que pressiona o trabalhador, os fenômenos sociais que influem diretamente na atividade policial e a precarização do trabalho que limita e fragiliza as ações.

A violência e a brutalidade demonstrada por policiais são explicadas como efeito desta tríade por alguns autores, corroborando que é tênue a linha que separa o uso comedido da força – que é autorizado aos policiais como componente de seu trabalho – e a aplicação desenfreada da mesma, caracterizando um ato como violento (FRAGA, 2006; SANTANA; SABINO, 2012). Convivendo com policiais desde que era criança, atendendo a Jota e assistindo às manifestações de 2012, observei que a atuação policial é marcada pelo manejo de situações violentas. Por vezes, o policial é “vítima” das condições de trabalho a que é exigido enquanto em atividade, da pressão por ter que alcançar um ideal, da cobrança social de ser policial 24 horas por dia. Ao mesmo tempo, pode ser o “vilão” ao exceder em ações, ao demonstrar “ser” a lei e abusar de sua condição. A figura do policial versava entre o bom e o mau, o herói, o vilão ou a vítima, podendo, ao mesmo tempo, ocupar todos estes lugares. Diante deste quadro, queria ver como era lidar com essas contradições: ora operar com a violência ora ser vítima da mesma.

Assim, busquei, com estas indagações, o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPI), apresentando um projeto de pesquisa que trazia como questão principal os efeitos da noção de violência no trabalho dos policiais militares. Entretanto, à medida que recorria à bibliografia sobre o trabalho dos policiais, com os apontamentos do exame de qualificação¹⁰ e a partir da aproximação com os pm's por conta do estudo, foi necessário reformular o problema de pesquisa.

As concepções de “bom” e “mau”, “herói”, “vilão” e “vítima” estavam marcadas em meu discurso e se manifestavam na relação estabelecida com os policiais. Era preciso

¹⁰ Qualificação é uma etapa do Mestrado em que o aluno apresenta à banca examinadora os encaminhamentos que estão sendo dados à pesquisa. É uma oportunidade de ouvir considerações e repensar os próximos passos do estudo. Cada Programa de Pós tem sua metodologia para realizar a qualificação e, neste caso, foi realizada no primeiro ano do Curso. Optamos por ressaltar esta etapa, discorrendo sobre os apontamentos dados e as dúvidas que nos acometiam quando do momento da qualificação, para facilitar ao leitor o entendimento das opções metodológicas que se seguiram, bem como enunciar algumas sutis mudanças – porém, fundamentais – para compor um certo modo de pesquisar.

reconsiderar as dicotomias que se apresentavam para que não afirmasse naturezas ao trabalhador policial.

Atrelar a atividade de trabalho dos policiais militares à experiência de violência era já apontar uma questão com indicativos de resposta. Contudo, eu não havia feito a pesquisa, o que tinha eram textos de livros e artigos que já indicavam um panorama que ia além da temática da violência e, por vezes, esta temática sequer aparecia.

A atividade policial contempla inúmeras nuances que vão desde solicitações assistenciais (encaminhar pessoas a hospitais, realizar partos, busca a desaparecidos), de manutenção da ordem (registro de danos à propriedade, atendimento em reuniões barulhentas, verificação de animais feridos e perdidos) até tarefas rotineiras presenciais (presença em eventos, patrulhamento em praças, blitz de trânsito) ao passo que focar a violência é uma interpretação rasa do universo¹¹ que é gerido ao ser policial militar (BEATO FILHO, 1999; SANTOS, 2012). Neste sentido, foi preciso um reposicionamento em relação ao problema de pesquisa, assinalado pela proximidade às leituras das Clínicas do Trabalho¹²: a temática da violência ou qualquer outra deveriam surgir no debate, em campo. Aproximando-se da atividade, caso a violência fosse algo relevante na atividade, isto aparecia no encontro com os pm's.

Despontava o objeto de pesquisa: a atividade de trabalho do policial militar. Buscando entender o que se produz enquanto normas de vida através dos caminhos trilhados em atividade, propusemos¹³ uma pesquisa que se debruçasse sobre o que os próprios policiais tinham a considerar sobre o seu fazer e os possíveis efeitos de sua atividade

¹¹ Trazemos a expressão “universo” e “universo militar” para dizer da gama de signos que vão expressar a presença militar, os modos de operar/formar e conviver que colaboram à condição de pm. Não intentamos homogeneizar os elementos que contribuem no ser/estar policial militar, mas destacar que há diferenciações produzidas e afirmadas sócio-historicamente que distinguem militares de outras atividades.

¹² As Clínicas do Trabalho são um conjunto de teorias que têm por objeto comum a relação entre sujeito de um lado e o meio e o trabalho de outro, ou seja, a situação de trabalho, propriamente dita. Neste ínterim, as Clínicas do Trabalho focam a relação entre trabalho e subjetividade. Correspondem às Clínicas do Trabalho, respectivamente, a Ergologia, a Clínica da Atividade, a Psicodinâmica do Trabalho e a Psicossociologia (BENDASSOLI; SOBOLL, 2011).

¹³ A partir da entrada no PPGPSI, esta pesquisa deixa de ser uma empreitada individual e passa a ter um caráter coletivo, a partir das discussões feitas no grupo de pesquisa e das reflexões produzidas com o orientador. Por este motivo, versamos na escrita entre a dimensão coletiva do “nós” e a perspectiva da pesquisadora, se referindo à primeira pessoa do singular.

em suas vidas, atentando em alguns discursos e ideais vinculados à atividade de trabalho. Assim, nosso objetivo geral era fazer uma análise da relação entre a atividade de trabalho dos policiais militares e a produção de certos modelos de policial militar que se objetiva atualmente. Nossos objetivos específicos incluíam compreender um pouco sobre a atividade de trabalho dos pm's, a partir da convivência com eles e observando seus discursos; analisar algumas estratégias que produzem modos de ser/estar policial militar; refletir acerca dos valores compartilhados pelo coletivo de trabalhadores e sobre os elementos que os mobilizam enquanto policiais militares.

2 CAMINHOS DE PESQUISA: TECENDO REDES DE CONFIANÇA

Buscando realizar este estudo **com** os policiais militares, nossa empreitada iniciou com a procura de um quartel da PMES em que pudéssemos estar presentes, conviver com os policiais e assim acessar, ainda que em parte, as dramáticas¹⁴ que mobilizam no dia-a-dia. O que primeiramente consideramos foi apresentar à PMES um modelo de autorização que não especificasse o local em que realizaríamos a vivência institucional, deixando a cargo da Corporação nos indicar onde poderíamos realizar a pesquisa. Como eram várias as possibilidades de entrada, e o nosso interesse era o de estar com os policiais, onde a PM nos permitisse o acesso, era lá que estaríamos.

Nossa primeira tentativa foi no QCG, aquele mesmo quartel imponente de minha infância que tanto intrigava, fosse pela construção, fosse pelos homens-farda na guarita. Ao entrar pelo portão do QCG para entregar a autorização, de algum modo senti como se entrasse, efetivamente, também no processo de pesquisar. Agora, o Quartel podia ser espiado por dentro, em detalhes. As pessoas deixavam de ser personagens – os homens-farda – e eram os trabalhadores policiais militares.

Cheguei ao Quartel do Comando Geral, de carro, acompanhada pelo meu marido que dirigia, e logo fui parada pelo policial que ficava de pé na portaria:

“A senhora pode subir, ele não. Não pode entrar de camisa regata”.

Expliquei que meu marido (trajado com a camisa regata) apenas me deixaria lá em cima¹⁵ e depois de alguns minutos de negociação e algumas falas pelo rádio transmissor, fomos autorizados pelo pm na portaria a subir:

“Mas vai com o vidro fechado pra ninguém ver e não demore a retornar”.

Achei estranho. Não sabia que não podia usar camisa sem mangas. Eu vestia uma calça e blusa, meu marido – que dirigia – estava de camiseta e calça. Logo após me

¹⁴ Dramáticas no sentido de que algo acontece. Trabalharemos melhor esta noção no Capítulo 4.

¹⁵ O QCG é uma imponente construção que abarca todo um quarteirão. Quem passa na Avenida – uma das principais do município de Vitória/ES – consegue ler “Quartel do Comando Geral/PMES”. O acesso principal se dá passando por uma guarita na qual sempre está um policial de plantão fazendo a guarda. Passando pela guarita, há uma considerável ladeira cercada por um gramado. Para alcançar as repartições, após subir a ladeira há outra guarita onde somos interpelados a informar, novamente, onde vamos.

deixar, deu meia volta com o carro e desceu a ladeira. Fui ao encontro de um grupo de pm's que fazia a guarda na parte de cima do QCG e que me olhavam esperando alguma sinalização de minha parte. Perguntei onde ficava o local que eu precisaria entregar o documento a ser assinado. Me indicaram, então, o Protocolo Geral, ao que aproveitei para perguntar se para mulher havia alguma indicação de roupa.

“Mulher é um pouco mais tranquilo, senhora. Só não usar nada muito curto ou decote”.

O Protocolo Geral era próximo de onde eu me encontrava, mas como a porta estava fechada, aproveitei para me desviar um pouquinho do caminho. Passei direto pela entrada, como se não a tivesse visto, e fui espiar o que ficava atrás daquele imponente prédio que vi durante toda minha vida.

Encontrei um enorme pátio, em cujas vagas de estacionamento constavam as “patentes”¹⁶ militares: “major, coronel, capitão”. Entendi que ali só podia parar o “dono” da vaga. Dentro do prédio a sensação era diferente: parecia tratar-se de uma prisão. Pequenas portinholas em alguns corredores. Do outro lado, uma ampla sala, com escadas que davam para as salas das divisões administrativas, dentre elas a Divisão de Ensino e Pesquisa.

“Olá, a senhora está perdida?”.

“Estou. Na verdade, o rapaz na portaria me indicou mais ou menos onde eu tinha que ir, mas acabei me perdendo”.

O simpático oficial, então, me levou pessoalmente ao Protocolo Geral, onde eu entregaria o ofício pedindo a autorização da pesquisa. Esta foi a primeira das mais de 8 tentativas por uma autorização para este estudo. Não tive coragem de responder que estava curiosa para conhecer o QCG, afinal se nem de camiseta se pode entrar, que dirá permitir curiosos olhando por entre os corredores.

“Uma pesquisa sobre a Polícia? Por que você quer falar da gente?”. (capitão)

¹⁶ Neste momento, ainda não havia o conhecimento por parte da pesquisadora de que “patente” não era o nome correto dado às funções de oficiais, tais como “major, coronel e capitão”. Esta diferença está explicada na nota de rodapé nº 45 e optamos por deixar “patente” nesta parte do texto tendo em vista que este desconhecimento está presente nos modos de se referir às funções militares por aqueles que não são militares.

A pergunta veio do oficial que estava no Protocolo Geral, neste primeiro contato feito com a Corporação. O “a gente”, particularmente, intrigava: dava uma sensação de separação – “a gente” e “eles”. Os policiais eram o “a gente” e os civis o “eles”. Eu era um “d’eles”, uma civil que se lança a pesquisar em território militar.

Durante os percursos da pesquisa, compreendi que era a vontade de ver, de conhecer, de xeretar¹⁷ que movimentavam esta empreitada. Por não ser militar, por ser alheia àquele espaço, o estranhamento do que parecia óbvio aos militares ganhava contorno: era estranho ver vagas destinadas a cargos hierárquicos específicos, era estranho ver que existiam fardas diferentes, era estranho notar como era o QCG por dentro¹⁸. Era mesmo como acessar um outro território, um outro mundo cuja organização e modos de funcionamento pareciam querer marcar a distinção entre civis e militares.

A resposta que dei ao capitão foi quase a mesma que repeti das outras vezes:

“Venho de uma família com alguns policiais militares. Nenhum deles atua no Espírito Santo¹⁹, mas durante minha vida me inquietou observar algumas questões acerca da Polícia. Meus parentes, quando nos víamos, falavam de algumas situações. À medida que fui crescendo, e depois me formei, me interessei em tentar conhecer mais da Polícia Militar, dos policiais do meu estado e sobre o que eles fazem”.

Constatar que eu vinha de família com policiais (alguns me perguntavam onde eles atuavam) parecia quebrar um pouco o receio que os pm’s pareciam ter, ou me colocar em lugar mais próximo do “a gente”. O receio que demonstravam se dava no modo como perguntavam e os detalhes que pediam. Quando observavam que havia conhecidos na Polícia, a impressão é que os pm’s se tornavam menos desconfiados.

¹⁷ Segundo Heckert (2012, p. 247), xeretar “é ficar à espreita dos processos que pedem passagem, que provocam perturbações”. Xeretar aponta para a experimentação, indo além do que é visível/formatado, e completa: “espreitar o acontecimento raro, vasculhando com insistência por entre formas já dadas (mas sempre contingenciais) e forças informes talvez seja o que mova o pesquisador-xereta”.

¹⁸ Nesta visita ao QCG o fato de ser um espaço com muitos corredores e portinholas que lembram bastante prisões sobressaiu como característica.

¹⁹ Todos os policiais que têm parentesco com a pesquisadora moravam em outros estados brasileiros. No ES, dentro da Polícia Militar, há amigos e vizinhos que, desde a infância, colaboravam na imagem do homem-farda para a pesquisadora.

Notoriamente, era incomum um civil buscar pesquisar uma instituição militar. Todos que compõem uma força militar são militares, de acordo com a Constituição, a partir do momento em que passam pelos Cursos de Formação Militares e são aprovados. Desta maneira, considera-se que deixam de ser civis e passam a ser militares. A maioria²⁰ dos trabalhos científicos sobre a PMES que tivemos acesso durante o estudo foram escritos por militares. A PMES tem um grande acervo de monografias e trabalhos de conclusão de curso que abordam inúmeras temáticas referentes à Corporação. Todo este material é produzido pelos alunos que participam dos Cursos oferecidos pela Polícia, ou seja, são todos alunos-militares.

Nestes caminhos percorridos para a autorização, sentimos latejar a distância entre civis e militares. Dizemos isto pois, por não sermos ambientados aos procedimentos militares, muitas vezes ou não entendíamos o que nos era solicitado – seja pelo modo como era dito, através de siglas, seja pela indicação de lugares que desconhecíamos –, ou, não sendo militares, a desconfiança comparecia.

A entrada no Quartel anunciava a existência de duas maneiras distintas de funcionamento. O modo como os militares me receberam indicava a relação que estabeleceram com a pesquisa e como a compreenderam: ali, no território “d’a gente”, seriam outros procedimentos para entrada, outras buscas, outros modos de operar com os métodos que dispúnhamos. E ali, o jeito de me portar também deveria ser outro: desde a maneira de me vestir e falar, até os caminhos e procedimentos necessários para conseguir a autorização para realizar a pesquisa. Um dos procedimentos dizia da obediência à hierarquia: ninguém poderia autorizar nada além daquele que ocupasse o maior posto hierárquico dentro da pirâmide militar²¹. Isto se reverteu em uma busca de meses até conseguirmos submeter o projeto.

Este processo contribuiu para expressar uma organização que fala de outros modos de conduzir os processos, com uma temporalidade própria, com maneiras de constituir

²⁰ Não quer dizer que não existam importantes estudos produzidos por quem não trabalha nas instituições militares, apenas ressaltamos que nos saltou aos olhos que também a surpresa dos policiais com nossa presença se reflete no número reduzido de materiais produzidos por quem não pertence à Corporação.

²¹ Ver Apêndice A.

confiança diferenciadas, alinhando uma pesquisa que precisou operar com métodos situados e em consonância ao contexto que nos dispusemos a habitar.

Foi no estranhamento deste “novo” funcionamento que vimos delinear o desafio de conseguir realizar a pesquisa compartilhando do “território militar”, em algum dos quartéis da PM. Inicialmente, já precisávamos aprender as funções hierárquicas e buscar as divisões da PMES para submeter o projeto. Não sabíamos por onde começar! Os militares já sabem quem são seus capitães, majores, coronéis. A que repartições devem buscar. Aprendem isso no dia-a-dia, nos Cursos, vivendo, formando e fazendo! Eles têm que saber o posto ou a graduação do militar só de olhar a farda do colega. São raros os manuais que expliquem detalhadamente cada subdivisão da PMES; um pouco como os policiais, estávamos aprendendo onde ir, com quem falar e como falar, ao fazer e ler algumas indicações que constavam no site da PMES. Contudo, não sendo militares, nos faltava a farda, nos faltava o modo de falar por siglas, nos faltava entendimento para algumas expressões, nos faltavam muitas das características que compunham aquele universo militar. A falta nos fazia conhecer de outro modo aqueles espaços, observando funcionamentos que pareciam ser tidos como “naturais”. Em outras palavras, “ser nova ali indicava a possibilidade de fazer ver e conhecer o que já se fazia, mas não se traduzira ainda numa investigação sistemática” (BARROS; KASTRUP, 2012, p. 60).

Como nossa primeira tentativa de autorização foi negada sem quaisquer esclarecimentos, fizemos uma segunda investida: ao invés de uma autorização que abrisse espaço para que a Corporação nos indicasse onde fazer a pesquisa, fomos nós mesmos a alguns espaços a fim de observar se seriam “propícios” à nossa entrada e ao nosso objetivo de conversar com policiais que estivessem atuando em diferentes batalhões, com funções também diversas.

As possibilidades de atuação do policial militar são consideravelmente variáveis: há pm's que trabalham nas viaturas, nos helicópteros, outros de bicicleta, uns ficam a pé. Tem os que são dos grupos operacionais, da banda de música e os que ficam no Quartel. Sem contar os que trabalham nas áreas metropolitanas e os que ficam no interior. Entendendo que a atividade de policial militar tem inúmeras nuances, optamos por tentar localizar algum espaço de convivência que tentasse reunir policiais cujas tarefas fossem diferenciadas.

Localizamos no *site* da PMES o Hospital da Polícia Militar (HPM) que na descrição informa aos leitores ser um espaço em que se convivem militares e civis. Como até aquele momento o que tínhamos era o “não” ao nosso pedido de autorização, resolvemos tentar. Fizemos uma ligação, depois enviamos um e-mail e conseguimos marcar uma visita para conhecer as dependências do Hospital.

Chegando o dia da visita, fui surpreendida ao ser recepcionada pelo coronel, diretor do HPM, que informou haver uma comissão de pesquisa para me ouvir.

“Vamos ao auditório. A comissão de pesquisa está lá para conversarmos”.

Comissão de pesquisa? Foi um choque, afinal de contas era para ser apenas uma visita ao Hospital. Nossa solicitação estava clara no e-mail enviado: queríamos conhecer as dependências do hospital. Mil perguntas vinham: “seria uma averiguação, uma avaliação sobre a pesquisa?”.

No auditório estavam presentes o diretor do Hospital – que era também diretor da Divisão de Saúde da PMES na época – a oficial que me foi apresentada como psicóloga²² do HPM, uma capitã e dois sargentos. A conversa transcorreu tranquila; leram todo o projeto e indicaram modificações para facilitar a entrada. Indicaram as pessoas e locais que deveriam ser buscados na PMES para entrega do projeto de pesquisa, bem como deram ideias de onde poderia começar as observações. A indicação do CFA foi feita neste momento, quando disseram haver, na Escola de Formação, policiais de todo o estado. A reunião finalizou com a fala da psicóloga, após todos os outros terem saído:

“Também faço uma pesquisa aqui na Polícia. Não é nada fácil entrar. Tenho clareza que eu consegui porque também sou oficial. É de se compreender também... Qualquer trabalho vira notícia, expõe a Corporação e é preciso cuidado e ética quando se fala do trabalho do outro”.

A colocação da psicóloga era um aviso, uma indicação que fez interrogar os limites do estudo no que tange aos cuidados com os trabalhadores e à PMES. O Estatuto

²² Apesar de exercer as funções de psicóloga e ter formação em Psicologia, a referida oficial não era concursada como Oficial Psicóloga. Vale ressaltar que não existe atualmente no Quadro de Saúde da PMES o cargo de Oficial Psicólogo, diferentemente de outras funções, como médicos e enfermeiros.

dos Militares já aponta que os assuntos tratados acerca da Corporação somente devem ser feitos com responsabilidade, comprometimento e autorização. Eram notórias a prudência e a seriedade com que haviam tratado nossa chegada. Além de ser incomum civis pesquisando a Polícia, parecia ser mais incomum civis querendo estar nas dependências da Polícia. Quando pesquisamos em outros locais, como hospitais, escolas, a quais procedimentos temos que nos submeter? Há algo que difere no ambiente militar? Acreditamos que sim. Apresentar-se a uma Comissão de Pesquisa, não poder transitar por todos os lugares do Quartel que já tínhamos ido, camiseta era proibido: sutis detalhes que vão particularizando o início do processo de pesquisar e que dizem do modo de lidar com o que é “d’a gente”.

Assim, após a visita ao HPM e pelas indicações que nos foram dadas pelos policiais naquela ocasião, foi feito um levantamento das Unidades da Polícia Militar e de onde era realizada a formação dos policiais. Desta maneira, destacou-se o Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CFA) da PMES como a Escola²³ de policiais militares no Estado. Nas discussões para pensar onde faríamos a pesquisa, o CFA surgia como possibilidade de alcançar policiais militares de, praticamente, todos os municípios do Espírito Santo.

2.1 O CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA POLÍCIA MILITAR CAPIXABA

Localizado no município de Cariacica/ES e inaugurado em 1972, O CFA constitui-se por duas escolas, sendo a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (EsFAP) e a Escola de Formação de Oficiais (EsFO). No organograma da Corporação, segundo Alves (2004), o CFA define-se como órgão de apoio à Diretoria de Ensino e Instrução (DEI²⁴). À DEI, chefiada por um oficial de posto coronel, cabe o planejamento das ações na área do ensino e instrução de todos os pm's e ao CFA cabe a otimização pedagógica dos cursos. Quem comanda o CFA (ou Escola de Polícia) é um Tenente-Coronel, ao passo que o subcomandante é um oficial de posto “major”, que cuida de

²³ As Escolas Militares diferenciam ensino de instrução. O ensino é a formação inicial, ou seja, os primeiros cursos frequentados pelos ingressantes, seja o Curso de Formação de Soldados (CFSd) ou o Curso de Formação de Oficiais (CFO). A instrução se estabelece com base nos planejamentos ligados à formação profissional continuada, ou seja, diz respeito aos eventos direcionados aos policiais já formados (ALVES, 2004).

²⁴ A partir do Decreto Estadual nº 2476-R, de 26 de fevereiro de 2010, a DEI ganha a denominação Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa (DEIP).

organizar e administrar os fluxos para repassar ao comandante, que deverá tomar as decisões finais.

Quando optamos por focar a pesquisa nas dependências do CFA, realizamos uma visita a esta Escola com a intenção de conhecer o local. Nesta visita nos informaram que era preciso que o coronel que chefiava a DEIP assinasse uma autorização para que pudéssemos frequentar o local e realizar a pesquisa. Após conseguirmos a autorização com o referido coronel, retornamos mais algumas vezes ao CFA na tentativa de conversar com o subcomandante da Escola e definir juntos os procedimentos que seriam possíveis para conduzirmos a pesquisa no CFA.

Na primeira reunião com o subcomandante do CFA foi feita uma breve apresentação do estudo, momento em que o subcomandante se mostrou solícito e informou que apesar de concordar e achar importante uma pesquisa sobre o trabalho dos policiais, era preciso uma autorização dos superiores. Neste caso, precisaríamos de uma autorização da Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa, a DEIP, que fica no QCG.

Daí em diante a busca por esta autorização da DEIP foi morosa. Fizemos a primeira tentativa e nada:

“Sua pesquisa não foi autorizada e não há um porquê. Não foi e pronto” – informou-nos por telefone um soldado.

Continuamos tentando. Mais contatos: um major, um capitão, outro major, um soldado, outra capitã, um cabo, e de policial em policial íamos ganhando um pouco mais de visibilidade. Vários e-mails para envio do projeto, dos modelos de autorização. Ida ao Quartel para entregar pessoalmente o projeto e breve explicação do que estávamos nos dispendo a fazer. E mais algumas semanas de ligações e mais e-mails.

A cada dia, uma espera ansiosa.

“Não recebemos ainda o seu e-mail”. (soldado)

“Hoje está muito corrido, mas vou ver o que posso fazer”. (soldado)

“Ah! Sua autorização está na mesa do coronel...”. (cabo)

“Sua autorização está na mesa do coronel...”. (cabo)

“Sua autorização ainda está na mesa do coronel...”. (cabo)

*“O coronel ainda não pôde ver a sua autorização, mas ela está lá na mesa dele”.
(soldado)*

“Oi. Você pode vir aqui conversar com o coronel sobre sua autorização?”. (cabo)

Eis que três meses depois, mais de sete ligações em um mesmo dia, e o coronel nos fala em uma reunião pessoalmente:

“Eu estava inclinado a não lhe autorizar esta pesquisa. Aliás, eu não ia autorizá-la, veja aqui o parecer. Porém, eu me sensibilizei com a sua insistência”.

Após alguns segundos me olhando, prosseguiu:

“Olha só! Melhorar²⁵ a imagem da Polícia é impossível. Eu não acredito nisso. Está na natureza da missão! O bombeiro, ele vai atuar no sofrimento da sociedade... O cara lá todo ensanguentado, quem vai salvá-lo? O bombeiro! Mas o policial militar não. Ele vai atuar com a violência, com a escória da sociedade. Então, policial nunca vai ser bom. E a gente se acostuma com isso. Mas estamos aí para tentar fazer o nosso melhor!”.

Ao assinar a autorização, o coronel – trinta anos de Polícia – nos revela que irá se aposentar dentro de alguns meses. Não sabe o que vai fazer:

“Minha vida é isso aqui. Acho que depois vou pro meu sítio”. (coronel)

Na autorização, prazos definidos: nosso dia de entrada e saída estipulados. A versão que enviamos por e-mail foi reescrita ali, junto com o coronel. Desta maneira, estava descrito detalhadamente o que estava e o que não estava permitido.

“Os treinamentos que você poderá acompanhar terão de ser sempre re-autorizados. Mas posso te adiantar que você poderá acompanhar muito poucos. O de marcha é um exemplo que você poderá acompanhar, mas os de tiro são mais difíceis”. (coronel)

²⁵ A fala do coronel não foi baseada nos objetivos do projeto apresentado.

Finalmente, tínhamos a autorização! A sensação era de uma superação depois de ouvir tantos “não”. Sabíamos que não seria qualquer cotidiano que poderíamos acompanhar, assim como as possibilidades de ações desenvolvidas pelos policiais que tínhamos acesso seriam restringidas. Mais uma vez a mediação entre a relação civil e militar se colocava: como civil era possível acompanhar o treinamento de marcha, mas o de tiro seria mais difícil. Por quê? Talvez a marcha fosse uma ação mais compreensível aos civis? O que teria no treinamento de tiro que não pudesse ser – já de antemão – autorizado? Nos chamou atenção o sentido dado no tom de voz usado pelo coronel ao falar dos diferentes treinamentos: o treinamento de marcha foi colocado como menos importante na formação do policial e o de tiro foi expresso pelo coronel como um treinamento mais sério.

“O treinamento de marcha é aquele que os alunos ficam ali no pátio andando pra lá e pra cá até pegarem o jeito. Você vai ver e se enjoar. Mas é importante também. O de tiro não. O treinamento de tiro é um método específico, não pode entrar qualquer um, tem que ter colete, a equipe tem que estar preparada. Quase impossível você entrar”.
(coronel)

Enfim, estávamos autorizados para poder acompanhar as aulas teóricas que quiséssemos e o treinamento de marcha. O que nos foi permitido já possibilitava estar entre os policiais. Iríamos observar-participando, participar-observando. Seríamos ali “os sem-farda” que deixam vir, podendo observar, indagar, estranhar (KASTRUP, 2007).

Assim, durante cerca de um ano e meio estivemos próximos a alguns policiais militares capixabas, frequentando o CFA.

2.2 PERCURSOS METODOLÓGICOS NO CFA

Nossa escolha metodológica foi sendo traçada no percurso mesmo do fazer-pesquisa. Contudo, isso não significou uma ausência de rigor e critério metodológico. Desde o início do delineamento desta pesquisa, tínhamos um plano de estudo, referências bibliográficas, objetivos que nos norteavam, ações que nos direcionavam, mas que iam ganhando novos contornos tão logo os encontros de pesquisa ocorriam. Uma aposta, porém, era o motor para que esta pesquisa se desenrolasse: a vontade de

estar **em meio** aos policiais. Neste sentido, a metodologia pela qual nos guiamos foi o método cartográfico.

A cartografia como método de pesquisa-intervenção pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas, nem com objetivos previamente estabelecidos. No entanto, não se trata de uma ação sem direção, já que a cartografia reverte o sentido tradicional de método sem abrir mão da orientação do percurso da pesquisa. O desafio é o de realizar uma reversão do sentido tradicional de método – não mais um caminhar para alcançar metas prefixadas (*metá-hódos*), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas (PASSOS; BARROS, 2012, p. 17, grifo do autor).

O método da cartografia se direciona por pistas que orientam o percurso de pesquisa, buscando considerar “os efeitos do processo de pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados” (PASSOS; BARROS, 2012, p. 17). Assim, tendo em vista que estaríamos em meio aos pm’s, buscando nos abrir aos encontros que a produção dos dados possibilitava, também nos orientamos por algumas pistas do método da cartografia, em especial as pistas “a cartografia como método de pesquisa-intervenção”, “cartografar é acompanhar processos” e “cartografar é habitar um território existencial” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2012). Destacamos estas três pistas, pois compreendemos que estas foram as norteadoras deste processo de composição que significou a dissertação. Contudo, não podemos excluir qualquer uma das pistas, tendo em vista que não há verdades estabelecidas quando o que se tem são pistas que indicam possibilidades.

Ao tomarmos a pista “a cartografia como método de pesquisa-intervenção” (PASSOS; BARROS, 2012, p.17), temos que uma pesquisa conduzida pela metodologia cartográfica é produzida no acompanhamento dos processos que estão em curso. Portanto, o direcionamento dado foi na indissociabilidade entre o conhecer a realidade pesquisada ao passo em que se transforma tanto objeto de pesquisa quanto pesquisador. Neste sentido, não há a possibilidade de neutralidade: toda pesquisa é uma intervenção que se faz tão logo se acompanham os processos! Logo, objeto, sujeito e conhecimento serão efeitos da coemergência de um plano comum, de um território habitado, passível de uma experiência compartilhada.

Temos, pois, mais uma pista “cartografar é habitar um território existencial” (ALVAREZ; PASSOS, 2012, p. 131): ao pesquisador que se orienta pelas pistas deste

método é necessária a habitação de “um território que, em princípio, não se habita” (KASTRUP, 2012, p. 45). Neste sentido, para nós, se colocava como primordial conversar com os pm’s, conversa esta, como nos falam Amador e Barros (2011, p. 18) que “é estar sempre ‘em meio a’”. Sustentando esta perspectiva, seria no debate sobre a atividade dos policiais que conheceríamos os policiais, a PM, seu funcionamento, os efeitos e as compreensões deste trabalho. Entendíamos que, uma vez havendo a distinção “civil-militar”, se estivéssemos no espaço militar seria possível tensionar estes “muros” de separação e se familiarizar a este novo território. Contudo, “tensionar os ‘muros’ de separação” não estava garantido, dependeria do modo como entraríamos, das alianças que comporíamos, dos laços que constituiríamos.

Havia o cuidado de não reforçar a separação entre civis e militares, mas de habitar aquele território. Habitar um território não se coloca como simplesmente transitar por um espaço físico delimitado, como um quartel. Ao contrário, poderíamos habitar um território comum que se constituía na relação que estabelecíamos com os pm’s mesmo estando em diferentes espaços físicos. A noção de território que admitimos aqui diz das expressões de um certo domínio, falando dos movimentos rítmicos de condutas, modos de vida e sentidos que se inter-relacionam (ALVAREZ; PASSOS, 2012). Desta maneira, habitar um território é transitar e compor um domínio de compartilhamento de experiências que se dá no movimento de engajamento. Alvarez e Passos (2012) nos explicam que engajar-se em uma experiência de habitação dos territórios existenciais exige um esfacelamento dos lugares clássicos de pesquisador e objeto, o que pressuporia um “falar sobre” ao invés de “falar com”. Aqui, na perspectiva que afirmamos do “falar com”, pesquisador e objeto não estão separados, mas em permanente relação. É na possibilidade de composição com o campo que as singularidades dos eventos se expressam.

Entendíamos que, apesar de podermos compor com os policiais independentemente dos espaços físicos em que nos encontrássemos, seria importante transitar, também, pelos espaços físicos que configuram uma instituição militar, tendo em vista que estes espaços são representativos do que constitui o militarismo. É nos quartéis que se exige, preponderantemente, os simbolismos militaristas e também a este simbolismo queríamos lançar nossa atenção. Assim, cartografar significou observar e participar, compartilhando momentos, experiências e um território que se constituiu no encontro com os policiais. Eis outra pista do método “cartografar é acompanhar processos”

(BARROS; KASTRUP, 2012, p. 52). Indo para além das representações, seria nos encontros e na vivência que veríamos o “por trás”, que estranharíamos, que nos fariamos estranhar, que conheceríamos e que poderíamos exercitar uma prática coletiva de análise dos processos de trabalho.

De acordo com a metodologia escolhida, nossos dados não foram “coletados”, foram “produzidos”. Produção no sentido de que foi por conta das pessoas que ali estavam, da pesquisadora, do espaço, daquela conjuntura que estes dados, e não outros, foram possíveis. Caso outro pesquisador, com outras posturas, em outras circunstâncias fosse ao “mesmo” espaço encontraria um outro espaço, pois nada é o mesmo, há sempre transformação. Ressaltamos este ponto tendo em vista que não intentamos fazer generalizações, mas a partir do que produzimos neste recorte de pesquisa analisar funcionamentos que estão sempre localizados e são efeitos de inúmeros atravessamentos.

Na dinâmica de acompanhar processos e observar efeitos e funcionamentos era preciso sistematizar os dados produzidos. Enquanto ferramenta de sistematização dos dados, fizemos uso dos diários de campo. De acordo com Lourau (1993), os diários de campo são importantes por contemplarem o “como se faz pesquisa”, revelando, em grande medida, as implicações²⁶ dos pesquisadores. Rossetti-Ferreira et al. (2004) completam apontando que os diários de campo apreendem vários elementos envolvidos neste “fazer-pesquisa”, propiciando um primeiro delineamento dos impactos, sentidos, significações e sensações que as situações investigadas podem suscitar.

Durante toda a pesquisa lá estava nosso “diário de polícia²⁷”, um caderno, propositalmente, colorido e com desenhos de flores, que chamava a atenção. Dizemos “propositalmente”, pois o “diário de polícia” contemplava gostos da pesquisadora: muitas cores, florido. Foi o presente de uma amiga que guardou as memórias daqueles dias. A pesquisadora mostrava-se também através daqueles tons

²⁶ Trazemos a noção de implicações na perspectiva de uma impossibilidade de neutralidade na pesquisa, ou seja, incluem-se à análise os diferentes atravessamentos do pesquisador que vão constituindo o processo de pesquisar, como suas implicações afetivas, profissionais, institucionais... (ROCHA; DEUSDARÁ, 2010).

²⁷ O diário de polícia foi como chamamos nosso diário de campo que tratava da produção de dados com os policiais militares.

e desenhos que pareciam destoar do cenário militar: as múltiplas cores do caderno contrastavam com o cinza monocromático das fardas; as flores diferenciavam das estrelas nos ombros dos oficiais, dos broches que os pm's carregavam nas suas fardas ou das armas que estavam nas suas cinturas.

À medida que ia frequentando uma aula ou um treinamento, qualquer observação que julgasse relevante estava descrita no diário. Os policiais já até brincavam, depois de algum tempo: *“lá vem o caderninho...”*.

Os momentos de estruturar o diário de polícia, fora do CFA, rememorando as situações e as sensações – complementando os escritos –, foram significativos, se fazendo como um meticuloso exercício de escrita acerca do que vivemos. Como salientam Barros e Kastrup (2012), a elaboração dos diários requer um certo recolhimento que possibilita um retorno à experiência de campo, abrindo caminho para uma escrita que se faz no plano coletivo ao recordar diálogos, cenas, expressões.

Os passos em que esta pesquisa se dividiu foram sendo, assim, sistematizados em nossas escritas à medida que íamos podendo acompanhar as aulas, que era possível travar uma conversa ou participar de um treinamento. Não necessariamente era preciso que um passo finalizasse para que outro fosse iniciado, tendo em vista que “como o próprio ato de caminhar, onde um passo segue o outro num movimento contínuo, cada momento da pesquisa traz consigo o anterior e se prolonga” (BARROS; KASTRUP, 2012, p. 59).

Desta maneira, acompanhamos o Curso de Habilitação de Sargentos (CHS) por meio da solenidade de apresentação dos alunos e do acompanhamento das aulas teóricas de Abordagem Sócio-Psicológica do Crime e da Violência, Policiamento Ostensivo Geral (POG) e Ordem Unida. O momento de estar nas aulas não buscava nada em específico, pelo contrário, estávamos nas aulas atentos no que acontecia, em uma espécie de atenção que ao mesmo tempo que se faz concentrada, se prolonga abertamente²⁸.

²⁸ A respeito do tema da atenção nas pesquisas cartográficas ler: KASTRUP, V. (2012). O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo.

Concomitante à vivência no Curso de Sargentos, realizamos três entrevistas individuais a fim de complementar os dados produzidos. Os entrevistados foram escolhidos no pelotão²⁹ que acompanhamos, sendo alunos-sargentos que se dispuseram a conversar conosco e ter o áudio gravado.

Após a realização das entrevistas, propusemos um grupo de quatro encontros com dez alunos-sargentos³⁰, em quatro dias diferentes, com duração de 2 horas cada encontro. O grupo se mostrava como espaço coletivo de discussão da atividade. A proposição dos encontros com os alunos-sargentos surgiu à medida que questões eram suscitadas durante o acompanhamento das aulas. Desta maneira, os próprios alunos-sargentos deram a ideia de colocar o grupo como parte do Curso de Habilitação que estavam fazendo, não para contar pontuação na classificação final do CHS, mas para que pudessem aproveitar como um “*plus*” da formação. Encontramos uma brecha de incluir como parte do CHS quando este foi chegando à reta final e alguns horários ficavam vagos (sem uma programação definida). É comum nos cursos oferecidos pela PMES que os alunos fiquem nas últimas semanas limpando o CFA ou reunidos na sala para cumprir carga-horária. Assim,

Me dirigi a um capitão do CFA que era responsável pelo conteúdo trabalhado no Curso e perguntei a possibilidade de realizar o grupo com os alunos para ver se havia uma reciprocidade em abrir espaço para esta empreitada. O capitão, que me conheceu naquele dia, ficou surpreso com o tempo que eu estava no CFA. Disse que havia ouvido falar da pesquisadora que andava por ali, mas não imaginava que eu estava acompanhando todas as aulas de determinadas disciplinas.

Ele me explicou que parcerias eram bem-vindas, contudo era preciso ter cautela: reatentou no fato de que é durante o Curso que os alunos são classificados por nota, então era preciso ser cuidadosa para que não parecesse que os alunos que estavam participando eram privilegiados na classificação final. Logo, tinha de ser dito que era algo a mais, não era parte da avaliação dos sargentos.

²⁹ Pelotão é um grupo de soldados especializados ou designados para uma determinada tarefa. Neste caso, a tarefa seria concluir o CHS. O pelotão era, então, a “turma” do Curso de Habilitação.

³⁰ Os dez alunos foram os mesmos durante os quatro encontros.

Também havia o fato do tempo que os alunos ficariam no grupo:

“Eles têm dificuldade de participação durante uma hora de aula. Precisa ser algo que desperte o interesse, não seja muito maçante, senão eles largam mesmo”. (capitão)

Por fim, sugeri que ao invés de grupo, a iniciativa fosse chamada de Programa de Formação, pois ficaria mais fácil apresentar ao Comando, ser entendida a proposta e aprovada como parte do CHS. Para mim era importante que o grupo não fosse entendido apenas como parte da pesquisa, mas também como uma possibilidade de validar a discussão sobre a atividade, de modo que os policiais sentissem que falar do trabalho seria também cuidar de si.

A partir de tais sugestões, estruturamos o Programa de Formação que foi intitulado “Vida em Atividade: o trabalhador policial militar no Espírito Santo”, organizado em 4 encontros, de duas horas cada. A carga-horária final seria de 10 horas, incluindo a preparação para os trabalhos. Estipulou-se o número de dez participantes e solicitamos que os dez fossem da turma de alunos-sargentos que acompanhamos e que atuassem nos municípios com maior número de pessoas no Espírito Santo. Esta ressalva foi sugerida pelo oficial que conversamos, para que déssemos minimamente um critério de escolha. Também apontamos como requisito para participação que os alunos deveriam ir por vontade própria, que não deveriam ser pressionados. Assim, um sargento encarregado de organizar as tarefas de instrução do pelotão que acompanhamos foi até os alunos-sargentos incumbido de perguntar quem gostaria de participar.

Organizamos os quatro encontros a partir de técnicas que visam a disparar discussões, facilitando o desenvolvimento do grupo. As técnicas que lançamos mão foram adaptadas ao espaço físico que dispúnhamos (uma sala de aula que tinha uma janelinha na porta de modo que quem estava do lado de fora conseguia ver quem estava do lado de dentro), ao tempo que nos foi designado e ao número de participantes.

Os disparadores que utilizamos foram, respectivamente:

– “Quebra-gelo”: utilizada para apresentação de cada participante, nesta técnica cada policial deveria falar seu nome, quanto tempo estava na PM e uma característica

marcante. A partir desta técnica – e das características trazidas por cada policial – foi possível estabelecer alguns acordos para o andamento do grupo, como sigilo, horário, local e acolhimento acerca do que seria dito. Por exemplo, usando da característica “amigo que gosta de trabalhar em equipe” puxamos a discussão do que seria este “trabalhar em equipe” e formalizamos alguns apontamentos para garantir que as informações discutidas ali deveriam ser acolhidas.

– “Mosaico de grupo”: cada participante deveria pintar seu nome em uma peça de cartolina, usando materiais como lápis de cor, canetinha, purpurina, giz de cera. Posteriormente, deveria montar-se, conjuntamente – com tempo marcado – o mosaico, usando todas as peças que haviam sido pintadas individualmente. Esta técnica foi utilizada para trazer o funcionamento da organização de trabalho policial, o modo com que operam em conjunto, como compreendem as informações que recebem, etc.

– “Dados da possibilidade”: Foram feitos, com papel cartão, dois dados³¹, um de cor vermelha e outro de cor amarela. No dado de cor vermelha, tínhamos nas faces escrito “posso”, “não posso”, “faço”, “não faço”, sendo que “faço” e “não faço” estavam escritas – cada uma – em duas faces diferentes do dado. No dado de cor amarela, tínhamos escrito “gosto”, “não gosto”, “posso”, “não posso”, sendo que “gosto” e “não gosto” estavam escritas – cada uma – em duas faces diferentes do dado. Assim, cada participante jogaria os dois dados e deveria indicar coisas que se encaixassem na combinação e que dissessem respeito à sua realidade de policial militar. Por exemplo: algo que “faço” (dado vermelho) e “não posso” (dado amarelo).

– “Instrução ao sócia”: a técnica de “instrução ao sócia” proposta por Oddone (CLOT, 2007) na década de 1970 serviu para nos inspirar a formular um disparador a ser usado coletivamente. Assim, no horário de trabalho, em um bairro da região metropolitana do Espírito Santo, encontramos um dos policiais que participava do grupo e lhe demos a seguinte instrução:

³¹ Cada dado era um cubo com dimensões de 50 centímetros.

“Suponha que eu seja sua sócia e que amanhã eu deva te substituir em seu trabalho. O que preciso saber para que ninguém perceba a substituição? Como eu devo realizar o seu trabalho? Irei insistir nos detalhes”. (pesquisadora)

Na posição de instrutor, o policial deveria mostrar o “como” de sua atividade, traçando aspectos do que faz habitualmente, do que deixa de fazer para alcançar os objetivos, do que não deve ser feito de jeito algum, do que poderia fazer, mas não faz (CLOT, 2007). O local escolhido para a entrevista de instrução foi dentro de um centro comercial perto de onde o policial estava “fazendo a guarda³²” naquele dia. Dos dados produzidos na instrução, a pesquisadora produziu um texto corrido que foi levado ao grupo e discutido coletivamente. Vale ressaltar que o texto redigido a partir da fala do policial foi validado por este antes de ser apresentado ao grupo.

– “Salva-vidas”: com a situação fictícia de que estão em um navio e podem se afogar, os policiais deveriam fazer trocas com os materiais recebidos (balas e chocolates) para conseguirem os salva-vidas e todos se “salvarem”. Este disparador foi usado no último dia de grupo e colaborou para finalizarmos o ciclo de encontros abordando como havíamos operado coletivamente nas discussões e no acolhimento às opiniões trazidas.

O Programa de Formação foi conduzido na penúltima semana de Curso dos alunos-sargentos. Atendendo aos pedidos feitos pelos alunos-sargentos que estiveram no grupo, validamos a participação através de certificado³³.

Ao fim do CHS, acompanhamos a solenidade de formatura dos mais de 700 sargentos no ano de 2013. Dentre acompanhamento de aulas, treinamentos, realização de entrevistas e Programa de Formação, neste primeiro momento frequentamos o CFA por cerca de 6 meses. A frequência variava com as aulas que eram dadas – normalmente era uma aula por semana de cada uma das três disciplinas. Assim, houve semanas que fomos três dias, houve semanas que fomos todos os dias, houve

³² “Fazer a guarda” é um dos termos que os policiais usam para expressar que estão presentes fisicamente em algum lugar; neste caso o policial “fazia a guarda” perto do centro comercial, ou seja, ficava andando – a pé ou de viatura – nas ruas próximas àquele local.

³³ Ver Apêndice B.

semanas que fomos um dia. Durante este período não deixamos de ir ao CFA em nenhuma das semanas de Curso.

Quando acreditamos que a produção de dados havia acabado, recebemos uma ligação de um capitão do CFA informando que haveria o Curso de Formação de Soldados 2013 (CFSd) e que poderia ser importante observarmos como é a transição daqueles que chegam como civis e terão de passar a compor a PMES, como militares. Desta maneira, retornamos ao Centro de Formação – cuja autorização inicial que recebemos do coronel foi facilmente prorrogada³⁴ – para acompanhar o Curso de Soldados. Estivemos presentes na aula inaugural em que os alunos se apresentam no CFA, posteriormente acompanhamos a solenidade³⁵ de apresentação ao Governador do Estado. Também acompanhamos algumas aulas de Abordagem Sócio-Psicológica, outras de Ordem Unida e um dia do curso de “Tiro Defensivo na Preservação da Vida” – Método Giraldi (SÃO PAULO, POLÍCIA MILITAR, 1998) – para outra turma do CFSd que não foi a que acompanhamos nas já citadas disciplinas. Ao final do CFSd, realizamos três entrevistas com alunos-soldados do pelotão em que estivemos nas aulas e por último fomos à formatura dos 1100 soldados.

Concomitante a todo o percurso da dissertação, buscamos analisar alguns Códigos que regem a Corporação. Elencamos a Constituição Federal de 1988, o Estatuto dos Policiais Militares do Espírito Santo e o Regulamento Disciplinar dos Militares Estaduais do Espírito Santo (RDME) como os principais direcionamentos para a conduta dos policiais militares da PMES.

³⁴ A prorrogação foi dada por outra coronel que agora já ocupava o posto de comandante da DEIP. O coronel que havia nos dado a primeira autorização havia aposentado.

³⁵ A apresentação do CFA ocorre em um dia. Durante este dia de apresentação e no dia seguinte os alunos são treinados ininterruptamente para aprenderem o hino do soldado capixaba e a marcha para se apresentar ao governador. No terceiro dia ocorre a solenidade de apresentação ao governador da nova turma de alunos-soldados. Nesta última solenidade também são convidados os parentes e amigos dos alunos.

3 DE CIVIL A MILITAR: PRODUZINDO UMA FORMA/FÔRMA-PM

3.1 REGISTROS DE UM CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS

Às 6:48 de uma manhã de quarta-feira do mês de junho, chego ao CFA para acompanhar a primeira aula do curso de soldados do ano de 2013. No local, um intenso fluxo de carros, pessoas, alunos-oficiais que indicavam onde os recém-chegados alunos-soldados deveriam se encaminhar. Algo em particular saltava aos olhos: as pranchetas nas mãos dos alunos-oficiais. À medida que os carros subiam a ladeira e pessoas desciam dos automóveis, os alunos-oficiais verificavam se tratavam-se dos alunos-soldados. Em caso afirmativo, começava a medição: estava amassada a roupa? Anota o nome na prancheta; está atrasado? Anota o nome na prancheta; de boné? Anota o nome na prancheta.

“Cooooorre aluno. Não fica zanzando... Tá na hora de formar”. (aluno-oficial)

Chegavam rapazes e moças, novos, novíssimos. Meio perdidos, procuravam seus nomes nos 23 pequenos mastros que indicavam onde os pelotões deveriam formar. Ali se colocavam, de pé. Sem a forma militar. De pé. Camisa branca, calça jeans azul, tênis preto. Elas de cabelo cuidadosamente preso, eles de cabeça raspada.

Começava o Curso. A cada pelotão, um sargento conduzia as ordens. Dentre as ordens, os ensinamentos de como “entrar em forma”. Passa por mim uma aluna-oficial:

“Por que você está com essa roupa?”.

Olhei e procurei se havia algo de errado comigo. Retornei:

“Não posso?”.

Eis que ela percebe não se tratar de uma aluna-soldado.

“Me desculpe, te confundi”. (aluna-oficial)

Assim como ela, mais três pessoas me confundiram.

O primeiro dia de aula dos alunos-soldados é representativo: tal qual uma cerimônia de ritual de passagem, tínhamos a apresentação dos futuros policiais militares. A

transição ao universo militar significa passar a se reconhecer como parte da “Família PMES” e ser reconhecido pelos familiares, pelos amigos, pelos vizinhos, pelos outros policiais como pertencente aos quase-policiais³⁶. Mais do que uma solenidade de apresentação ao Governador, vemos o início da transição do civil ao militar.

Era também naquele primeiro dia, de apresentação aos rituais militaristas, que se dava um dos únicos momentos em que era possível confundir civis e militares dentro do CFA. Chegavam os alunos-soldados, ainda civis que se tornariam soldados, que ainda pouco – ou nada – sabiam de como ser policial, de como se comportar como militar. O máximo que sabiam era o que ouviam dizer, o que viam fora da Escola de Formação; uma vez estando ali para se tornar policial militar, as estratégias a concretizar a passagem eram novas para eles, desconhecidas. Assustavam! O que começava a definir quem adentrava o universo militar eram as determinações trazidas no edital do concurso de como o aprovado deveria se apresentar na Escola de Formação: calça jeans em específico tom de azul e blusa branca de manga, o cabelo preso ou raspado, o sapato deveria ser de um modelo específico.

Chegando ao enorme pátio do CFA, logo se via os alunos-oficiais³⁷ vigiando os novatos que adentravam à portaria. A prancheta nas mãos dos mais antigos já anunciava que agora era a hora de fazer o que fora mandado: vigilância atenta em anotar os nomes dos alunos-soldados que desviassem da norma estipulada. Os alunos que chegavam perdidos, misturados, desorganizados, eram fixados: nas filas, no jeito que deveriam estar penteados e vestidos. Um exercício de fabricação/docilização dos corpos se iniciava com aquele primeiro dia de aula do CFSd. A docilidade do corpo é útil, permitindo que se faça um uso deste com propósitos ideológicos. Em outros termos “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2011, p. 132).

³⁶ Dizemos “quase-policiais” porque é como os próprios alunos se referem a si mesmos. Uma vez apresentados na solenidade ao Governador já passam a representar a PMES, porém ainda não são policiais porque estão em curso de formação. Desta maneira, são os “quase-policiais”.

³⁷ Os alunos-oficiais fazem o Curso de Formação de Oficiais (CFO). Por estarem se formando oficiais e terem de exercer a função de gerência, já durante o curso alguns exercícios para desenvolver as ações de comando são feitos, como, por exemplo, comandar e vigiar os novatos alunos-soldados.

Deixar de ser “eles” para ser “a gente” e dar nova utilidade ao corpo antes civil, em vias de se tornar militar, não se faz do dia para a noite. Era preciso disciplinar os civis e ensiná-los a ser militar. A preparação inicia com aquela apresentação no CFA, e é moldada ao longo dos meses de Curso, no convívio com os já policiais, com os alunos-oficiais, com os professores civis que precisam exigir o cumprimento dos princípios da hierarquia e disciplina, prossegue na habituação a certas condições que se refletem sobremaneira no domínio do corpo dos futuros soldados, paralelamente refletindo práticas que limitam o modo como vivem e convivem. Pensando bem, a preparação para aprender a ser militar inicia antes da apresentação no CFA, começando já ao passar pelas etapas iniciais do Concurso para Soldados em que é exigido aos candidatos prova didática, prova física para, somente depois, serem classificados a fazer o CFSd. E, se aprovados no CFSd, se tornariam oficialmente policiais militares. Mas como seria possível passar de um universo a outro? Deixa-se de ser civil ao se tornar “oficialmente” militar?

Na legislação temos marcada a distinção entre civis e militares, sendo os primeiros a população em geral e os militares todos aqueles que compõem os serviços de Segurança Armada do Estado. A estes últimos, ficam facultados Estatutos próprios de conduta (Lei Estadual nº 3.196, de 09 de Janeiro de 1978). Outra distinção é apontada por Fraga (2006) que indica serem os militares os únicos trabalhadores julgados tanto pela Justiça Civil quanto por uma Justiça regida por regras próprias, a Justiça Militar. Nesta lógica, nascemos todos civis e podemos vir a ser militares. Para ser militar é preciso se formar militar e se formar passa por dar um outro uso a si mesmo, se colocar sob uma outra condição, a condição de militar. Podemos refletir acerca da dicotomia “civil e militar” apontando para arranjos sócio-históricos que produzem utilidade: aos militares cabe controlar os civis, manter uma estrutura que regula vidas de pessoas diferentes por meio de normativas que, muitas vezes, não incluem essas diferenças (SILVA; VIEIRA, 2008).

Foucault (2011) aponta que é a partir da segunda metade do século XVIII que o soldado se tornou algo fabricável,

corrigiram-se aos poucos as posturas: lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, assenhoreia-se dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio no automatismo dos hábitos; em resumo, foi “expulso o camponês” e lhe foi dada a “fisionomia de soldado” (FOUCAULT, 2011, p. 131).

Essas mudanças do camponês ao soldado/do civil ao militar respeitam a mesma lógica: ambas situações são efetivadas por meio de técnicas disciplinares e tecnologias de poder a fim de garantir a disciplinarização dos militares.

De acordo com Rosa e Brito (2010), a transformação do civil em militar ocorre por meio da transmissão aos novos membros do conjunto de valores, normas e padrões de comportamento que são necessários para garantir a identificação e a integridade da organização militar. Ainda segundo os autores, o ponto principal desta transição consiste na domesticação para que os novos membros se adequem ao novo espaço, tornando-se dóceis e úteis. Em outras palavras, era preciso disciplinar o corpo aprendendo a usar este corpo em uma lógica performática. Ora, pois, era preciso dominar o corpo e fazer dele instrumento de trabalho. Era preciso demonstrar com o corpo a organização a que passariam a pertencer – é preciso olhar um militar e saber que é um militar. É preciso fazer-se militar e viver como militar. Se faz militar todo os dias. Neste sentido, a formação nunca é finalizada, é permanentemente praticada.

Assim, é fundamental compreender que disciplinar um corpo é ir além de impor gestos ou ensinar metodicamente; é garantir o contexto da melhor realização da ação/ato no melhor emprego do tempo, sendo assim, nada deve ficar ocioso ou inútil. O controle disciplinar “impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é a sua condição de eficácia e de rapidez” (FOUCAULT, 2011, p. 147).

Podemos pensar no uso da arma: os alunos são treinados metodicamente para aprenderem a manusear o armamento, com rapidez, destreza, garantindo que a mão alcance onde a arma está sem que se precise olhar. É necessário tirá-la do coldre e empunhá-la em fração de segundos. O corpo todo está atento!

O modelo de bom soldado evidencia-se, exatamente, por ser aquele mais rápido, eficaz, que sabe fazer uso de sua força e também acatar as ordens. Os mínimos detalhes não passam despercebidos. A sutileza do processo disciplinar se atualiza nas ínfimas maneiras de relação...

Uma soldado passou verificando se os cabelos de todas as moças estavam do jeito que deveriam estar: arrumados nos padrões determinados. O sargento – chamado de instrutor – foi conferir os tênis.

“Soldado, este tênis não está nos padrões. Você sabia?”. (sargento)

“Sim, senhor!”. (aluno-soldado)

“Por que você não está nos padrões, ‘215’³⁸?”. (sargento)

“Porque eu não tive dinheiro para comprar, senhor”. (aluno-soldado)

Eis que o colega ao lado fez alguma expressão que não pude alcançar do lugar em que estava. O sargento, em tom reprovador, continua:

“Você está rindo, 223? Você deveria ajudá-lo a comprar um tênis, 223, e não rir do seu colega” – um silêncio dentre o pelotão – “Amanhã esteja no padrão, 215”. (sargento)

“Sim, senhor”. (aluno-soldado)

O aluno que não tinha condições financeiras para comprar o tênis exigido: inesperado. O sargento foi pego de surpresa pela resposta do aluno e claramente ficou impressionado. Tentou dar conta da situação, disfarçando e fazendo menção a outro aluno. O que passou na cabeça do sargento naquele momento? Nenhum manual explica o que fazer nesta circunstância.

“202, você tentou se matar antes de vir para cá?”. (sargento)

“Não, senhor”. (aluno-soldado)

“Tem certeza, 202?”. (sargento)

“Sim, senhor”. (aluno-soldado)

“Você não tentou cometer suicídio antes de chegar para seu primeiro dia de aula, 202?”. (sargento)

“Não, senhor”. (aluno-soldado)

“Então porque você está com essa cara toda esfaqueada, 202?”. (sargento)

³⁸ Os números são fictícios. Como os números indicam diretamente as pessoas nos cursos da PMES, aqui a escolha foi aleatória, para que não haja identificação.

De onde eu estava, ao fundo da formação dos alunos, não conseguia ver os rostos mais à frente. Mas seus corpos eram pura expressão. Empolgação, firmeza. Uma vontade de rir, um constrangimento. Respeito, medo. Ao perguntar ao aluno sobre tentar se matar, logo me preocupei. Pensei: “meu Deus, o rapaz está assim tão desesperado?”. Ao final do diálogo entendi que a pergunta era uma ironia ao modo como o rapaz havia feito a própria barba.

Barba no padrão, camisa no padrão com a quina da manga acompanhando a costura da camisa na altura do ombro, sapato no padrão, resposta no padrão, expressão corporal no padrão, conduta no padrão! Os padrões buscavam igualar, tornar aquelas pessoas padronizadas.

Eram 23 pelotões, 1065 alunos. 23 instrutores. Comecei a reparar nos instrutores: sargentos formados, sendo muitos deles conhecidos meus do curso anterior³⁹. Uns mais sérios, outros menos sérios. Talvez mais exigentes uns e menos exigentes outros.

As horas iam passando no pátio do CFA e o sol esquentava. Aqueles jovens, provavelmente, não estavam acostumados a ficar 4 horas direto em pé no sol quente. Não demorou, um desmaiou. Outro e mais outro. O oficial responsável vai ao microfone e fala a todos:

“Se você reparar que seu colega está bambeando levanta a mão. Se você se sentir mal, avise. Não vão ser punidos e nem presos por isso, né, gente” – falou o capitão em tom de brincadeira.

Pipocavam os que se sentiam mal. O colega oferecia o ombro, a moça carregava a outra no colo até a ala de Saúde. Perguntei quem cuidava da saúde: um médico e um enfermeiro. Ao nervosismo dos alunos nenhum paliativo. O oficial me fala que é normal nos primeiros dias os alunos passarem mal. “Caindo”. O verbo para sair da forma por se sentir mal é o “cair”. É o corpo se acostumando. Contou que viu um rapaz quase chorando. Me perguntei por que aqueles meninos e meninas estavam ali. Salário? Me parecia algo mais. Engraçado que por mais forte que os treinamentos me

³⁹ O curso ao qual me refiro é o Curso de Habilitação de Sargentos que foi acompanhado no primeiro semestre de 2013.

parecessem naquele dia, algo despertava como uma liga, um pertencimento entre os alunos.

Naquele primeiro dia para o CFSd foi ensinado como formar, onde colocar a mão. Posição de sentido, descansar. Como chamar o oficial (o braço direito levanta, mas a mão tem de estar fechada). Como sair de forma. Qual perna, qual altura se coloca o punho. O cinto deve ser fechado quatro dedos à frente de onde abotoa a calça. PADRÃO! E no padrão, des-padrões. Os alunos não conseguiam manter a postura exigida, riam de vez em quando, acenavam em outros momentos para um parente. Não conseguiam realizar o movimento cadenciado da marcha, erravam o hino. Cada um com seus “erros” e “acertos” compunha aquela grande turma de alunos-soldados.

Uma folhinha foi entregue a cada um dos alunos.

“Este é o Hino do Soldado Capixaba. Vocês têm 40 minutos para aprenderem a letra! Ouçam uma vez o ritmo e decorem!”. (tenente)

Em forma, retilíneos, e decorando em voz baixa. Canta, recanta, tira o papel da frente dos olhos, olha pra cima, tenta cantar sozinho. Lá se vão 30 minutos.

“Acho que já estão prontos. Vamos lá alunos”. (tenente)

“Pelotão, seeentido!”. (sargento)

Todos em forma, começam o cântico. Canta uma, duas, três, quatro, quinze vezes. 2 horas ininterruptas de versos até que literalmente se incorpore a letra.

Quando achei que tivessem acabado e fossem para outro treinamento, os pelotões foram separados, adivinhem para quê? Ensaiar em menor número o ritmo, a cadência do Hino do Soldado Capixaba.

Ao todo foram quase 4 horas de canto do Hino do Soldado Capixaba durante aquela manhã.

Após quatro horas de hino, em pé, no sol, víamos um ritual de passagem que se estabelecia por uma repetição visivelmente cansativa, bastava olhar os rostos daqueles novatos. De acordo com Rodolpho (2004) os rituais de passagem legitimam as novas posições ocupadas pelas pessoas e têm um caráter coletivo fundamental no

que tange a partilhar de uma sensação de coesão social. Albuquerque e Machado (2001) confirmam que as Corporações de Polícia Militar oferecem a quem as observa uma gama de ritos: ritos de ingresso, ritos de nivelamento (corte de cabelo e uniformização), ritos de formatura.

Naquela manhã já se via iniciar o processo de disciplinarização instaurando-se a partir do ritual vivenciado. Ter que fazer o controle da voz, da corda vocal, do ombro, da mão, do braço, das pernas, da vontade de ir ao banheiro e tomar água, estratégias para aprender a “formar” um soldado. Era preciso observar o contexto para não se diferenciar, era preciso ter o movimento idêntico aos demais e criar assim a turma de alunos-soldados 2013. Era preciso controlar o próprio pensamento mantendo atenção na fala dos sargentos, recobrando cada movimento a ser feito, não ceder às necessidades fisiológicas. Controlar a si e controlar o outro: ninguém pode falar, é preciso observar se o colega vai “cair”, cuidado para não errar o hino, gritar na hora certa.

Ao mesmo tempo que era preciso ser idêntico, o processo de disciplinarização impõe a estratificação, categoriza, divide em filas, retira os nomes dos alunos e passa a nomeá-los por números. Eis uma formação cujos propósitos parecem se fazer na contramão da criação e da autonomia. O sentido se aproxima, muito mais, ao da homogeneização coletiva, a fim de expurgar as diferenças, e da obediência que se coloca como submissão às ordens dos considerados superiores na escala hierárquica.

Podemos pensar a homogeneização como um dos aspectos da condição de policial uma vez que a condição é compartilhada através de valores, ideias, saberes e opiniões que vão conformar um modo de ser policial. Utilizamos o termo “condição” a partir das contribuições do médico Le Guillant (2006) que a indica como uma série de elementos indissociáveis que servem para designar, por detrás de diferentes facetas, modos de vida, estados, circunstâncias mais ou menos comuns àqueles pertencentes à considerada condição.

Foi no atendimento às empregadas domésticas que o médico se atentou em pistas que confluíam para o quadro de transtornos e sofrimentos relatados por essas trabalhadoras. Assim, aspectos da história de vida e das condições concretas das situações de trabalho – como exaustivas jornadas de trabalho, não serem chamadas

pelos seus nomes, não poderem expor as insatisfações por receio de perder o emprego – evidenciavam elementos que configuravam relações pautadas na subordinação aos patrões. O que se enfatizou nos estudos de Le Guillant (2006), porém, não foi o caráter patogênico da condição, mas sim as contradições, as incompatibilidades e os conflitos admitidos nas relações estabelecidas *na e pela* condição de empregada doméstica.

A partir de Le Guillant fomos, então, impelidos a indagar sobre a configuração atual de condição de pm. Importante ressaltar que não consideramos aqui haver uma “natureza” de policial militar, tampouco que haja aspectos imutáveis referentes ao trabalhador da PMES. Contudo, já no primeiro dia de aula dos alunos-soldados vemos algumas pistas do que comporia esta condição: necessidade de se manter forte nas situações imprevisíveis e adversas, repetição e obediência das ações, padrão de virilidade.

A este respeito, Morais e Paula (2010) informam que a Corporação, através de regimentos, regras, treinamentos e rituais, busca inserir os novos policiais nos valores e regras compartilhados pelos demais membros da Corporação. Assim, o policial não só “veste a camisa”, mas “passa a fazer parte de um grupo altamente organizado, que tem a identificação entre seus membros, seja nas ações, ideias, modos de reação, conceitos ou preconceitos, relacionados aos ideais aí presentes, como forte fator de coesão grupal” (NOGUEIRA; MOREIRA, 1999, p. 36-37). Um dos efeitos é a tendência a dificultar a expressão individual e singular em busca da coesão grupal, uma vez que há padronização das condutas, dos gestos e até da roupa.

A coesão grupal não é somente conquistada, é também imposta. Por exemplo, caso um aluno de um pelotão chegue atrasado, primeiro ele terá de responder a um procedimento interno e caso aconteça novamente pode ser que os colegas do pelotão tenham que ser punidos também. Entendendo que são um grupo, uma equipe, e ao formarem-se policiais uns dependerão dos outros, quaisquer deslizes são punidos em grupo. Assim, os alunos passam a vigiar uns aos outros para que ninguém corra o risco de ser punido e ficar o final de semana⁴⁰ no CFA.

⁴⁰ Ficar o final de semana no CFA é uma das punições que os alunos têm de cumprir.

Assim, por meio da correção, por receio da punição ou em última instância por não quererem ser expulsos do concurso, sutilmente os alunos vão se submetendo. O argumento da superação de si mesmo também se fazia ouvir e era também estratégico, agindo a nível dos receios mais pessoais servindo de força-motriz para não desistir frente às dificuldades a que estavam passando. Salientamos, contudo, que os alunos-soldados não ocupam um lugar de vítimas ou se submetem sem fazer escolhas, sem administrarem, ainda que em parte, os valores que lhes são apresentados e os que já trazem com sua história de vida.

O processo de disciplinarização não se dá de modo apenas repressivo, indicando o que “não se pode fazer”. Através de estratégias que apresentam o modo “correto” de se fazer, que buscam ensinar o que se fazer, se vai moldando o corpo dos recém-chegados alunos.

Os alunos-soldados que chegavam ao CFA seriam futuramente os policiais militares, ou seja, estavam ali buscando um desempenho no Concurso. Era necessário passar pelos treinamentos, pelos cinco, seis meses de curso para somente aí serem considerados aprovados. Depois da aprovação, seriam formados policiais e, aí sim, trabalhariam como tal. Teriam um emprego, salário, um lugar social, “missões” a cumprir como policial militar. Antes, porém, era preciso se tornar militar. A importância de compartilharem do saber militar, dos valores, dos costumes, das regras, enfim, de compartilharem do viver enquanto policial militar exigia o esforço de mudança da vida que levavam até então. E mudar de vida, nos parâmetros difundidos no CFA, implicaria mudar as condutas, sendo que estas seriam, agora, avaliadas de perto...

“Vocês precisam ter controle total sobre si mesmos afinal suas funções exigirão isso de vocês!”. (sargento)

A fala do sargento ecoava e era repetida por outros sargentos, por oficiais e se fez ouvir bastante naquele dia. Se dizia sobre exercitar a si mesmo para controlar os impulsos, pois só assim poderiam exercer a atividade de policial. Mostrava-se que somente por via de muito regramento é que se conseguiria dar conta das funções de um policial. Muito mais do que demonstrar as técnicas possíveis de serem usadas por um pm, compreende-se que é fundamental que os futuros policiais se comportem como “verdadeiros” policiais, que tenham cara de policiais, que andem, que falem, que

interajam nos “moldes” policiais militares. E isso não ocorre rapidamente: passa por um processo de reconhecimento do que é ser policial, de fazer policiais os jovens que chegam ao curso. Desta maneira, cada ação é criteriosamente avaliada e levada como um meio de inserir os alunos-soldados ao que poderão encontrar quando estiverem trabalhando nas ruas. A imprevisibilidade das ações que vão ter que atuar traz como sombra o perigo que podem encontrar em cada situação. É neste sentido que “controlar os impulsos” é visto como norma necessária para dar conta de fazer o policiamento.

Ainda na aula inaugural, pouco antes da hora do almoço, o oficial vai ao microfone e fala:

“Os alunos dos carros placas XXX-0000 e YYY-1111 favor comparecer à frente!”.
(capitão)

O policial ao meu lado, formado há anos e que estava ali por ter levado a irmã, me explicou que eles anotam a placa do carro e buscam a situação do motorista e do veículo no sistema de trânsito para conferir se tudo está correto. Se houver algo de errado com os carros, os alunos são multados.

“É pra já entender que tem que fazer tudo certo”. (cabo)

Fiquei chocada.

Controle das atitudes, regularização das condutas: nem os carros podiam estar em situação considerada irregular. Além do caráter pedagógico, multar os alunos no primeiro dia de aula era informar que antes, quando civis, até podiam estar em situação considerada irregular, mas agora, militares, isso não era mais possível. Técnicas de poder aplicadas no processo de saber (FOUCAULT, 2011): a formação do aluno-soldado que se pretende policial militar. Eis a exigência de que enquanto policial militar é preciso “andar corretamente, sempre!”.

Último treino no turno matutino:

“Alunos, agora vocês vão gritar com toda força, ‘Cumprir a lei – POLÍCIA MILITAR’. Alto, em bom som, com força”. (tenente)

E lá ficaram eles por meia hora repetindo essas palavras.

Término da manhã. À tarde seriam os mesmos treinamentos. A preparação era para a solenidade com o Governador dali a dois dias.

Tomando o próprio Hino do Soldado Capixaba como exemplo, vemos que ali são veiculadas noções que contribuem na condição. Não tomamos o Hino como viés de análise por acaso: no primeiro dia de aula é, preponderantemente, sobre o Hino que os alunos aprenderão. Aprenderão a cantá-lo, aprenderão o ritmo, decorarão a letra. Que mensagens passam o Hino? Que princípios e valores norteiam o Hino repetido ininterruptamente por mais de 4 horas pelos alunos-soldados?

Vejamos a letra...

Canção Do Soldado Capixaba – (Abdom Rodrigues Cavalcante)

<i>Sou soldado da terra de Ortiz</i>	<i>Defender com ardor meu país</i>
<i>Missão nobre me impõe o dever</i>	<i>Pela Pátria vencer ou morrer.</i>
<i>Defender com ardor meu país</i>	<i>Na peleja sou bravo, sou forte</i>
<i>Pela Pátria vencer ou morrer.</i>	<i>Do inimigo não temo a metralha.</i>
<i>Na peleja sou bravo, sou forte</i>	<i>E desdenho até mesmo a morte</i>
<i>Do inimigo não temo a metralha.</i>	<i>No entrecchoque feroz da batalha.</i>
<i>E desdenho até mesmo a morte</i>	<i>Sou herói destemido e valente</i>
<i>No entrecchoque feroz da batalha.</i>	<i>Sei amar com fervor minha terra</i>
<i>Camarada, marchemos avante,</i>	<i>Vivo sempre feliz e contente</i>
<i>Desfraldando a Sagrada Bandeira</i>	<i>Quer me encontre na paz ou na guerra</i>
<i>Que na luta será triunfante</i>	<i>Já se ouve o soar da corneta</i>
<i>A invencível nação brasileira!</i>	<i>Camaradas avante, marchemos!</i>
<i>Sou soldado da terra de Ortiz</i>	<i>Carregar e armar baioneta</i>
<i>Missão nobre me impõe o dever</i>	<i>Pela Pátria querida lutemos!</i>

A visão partilhada é a da guerra; a missão, nobre, é a de defender o país e pela Pátria é preciso vencer ou morrer; luta-se armado contra o inimigo ao qual não se teme a metralha; o ideal é o do soldado bravo, forte, herói, destemido, sempre feliz e contente. Àqueles considerados fracos, que “caem” já no primeiro dia, a eles cabe deixar a Polícia. As características trazidas no Hino – bravo, herói, destemido – se apresentam

como valores de um certo ideal de policial. É preciso alcançar estas características enquanto se vive como policial. Não há lugar para policiais fracos, inseguros, amedrontados.

Neste sentido, o Hino e a formação ultrapassam a atividade de trabalho e ganham a vida do policial, dos homens e mulheres que se fazem trabalhadores da Polícia. Alguns princípios passam a gerir a conduta, a nortear o comportamento, a pontuar o que é permitido e o que não é, a nível de todas as relações, dentro e fora do ambiente de trabalho. É a este conjunto de princípios, valores e regras que os alunos-soldados são apresentados e que fundamentarão sua formação durante o CFSd, alicerçando sua vida enquanto policial.

Assim, afirmamos que se formar policial é ir além de aprender conteúdos programáticos, hinos ou marchas. É uma formação que se faz também por estes vieses, que se faz também na ação de viver enquanto policial, de estabelecer relações com o mundo e de ver o mundo a partir dos pilares que norteiam a atividade de policial militar. À esta altura, nos perguntamos: o que cabe ao policial quando este fraqueja? O que se faz com a dimensão que não suporta a tudo ao ser policial militar? Policiais são pessoas e sua condição humana vem antes da condição militar a que são apresentados. Como negar as fragilidades e os sofrimentos da vida humana? É possível? O que se produz como efeitos para a própria Corporação ao tentar inculcar um policial “sempre feliz e contente”, quer se encontre na paz ou na guerra?

3.2 MILITAR – DE SOLDADO A SARGENTO: ALGUNS APONTAMENTOS DA VIVÊNCIA NO CURSO DE SARGENTOS

Era o primeiro dia de aula do Curso de Habilitação de Sargentos, no ano de 2013, uma segunda-feira, logo após o feriado de carnaval, dia 18/02/2013. Cheguei ao CFA por volta das 9 horas da manhã para acompanhar a aula de Ordem Unida. Como já havia comunicado que iria assistir essa disciplina, pensei que o professor já saberia da minha presença. Quando cheguei na área onde ficam as salas percebi uma confusão geral: vários policiais correndo de um lado para o outro e eu tentando achar a sala do pelotão que eu acompanharia. Procura daqui, procura dali, desce ladeira, sobe ladeira, eis que de repente surge um rapaz bem jovem, aluno-oficial, que me fala:

“Vamos lá. Qual sala você está procurando? Vou te ajudar a achar”. (aluno-oficial)

Após um tempo buscando a sala do pelotão que eu acompanharia e uma breve conversa na qual me identifiquei como pesquisadora, encontramos o local procurado. Quem estava dando a aula era um tenente, que nos vendo abrir a porta, foi até nós. O aluno-oficial que me acompanhava, então, comunicou:

“Tenente, peço licença. Essa moça veio acompanhar sua aula. Ela é... Ela é... Professora!”.

O “professora” foi dito diretamente e baixo para o tenente que fez uma cara de que não sabia o que estava acontecendo. Realmente, alguém acompanhar a aula não sendo policial era incomum. Eu, então, tentei explicar brevemente e disse que estava autorizada. Ele, ainda sem entender muito bem, me apresentou para os alunos que me olhavam meio intrigados:

“Essa é a... É a... Como é mesmo o seu nome? Ah, é Janice. Ela está fazendo uma pesquisa e vai acompanhar essa aula”. (tenente)

E lá fiquei eu, parada no fundo da sala: de pé! O professor disse pra eu ficar à vontade, mas parecíamos todos muito pouco à vontade. Os alunos ficaram quietos, o professor media as palavras e eu, em pé, calada, no fundo da sala, encostei-me na parede e fiquei olhando. Reparei que as carteiras eram contadas e numeradas, desse modo só sobraria cadeira se alguém faltasse.

Primeiro dia de aula e todos fardados naquele calor. O ar condicionado, basicamente, não funcionava. Apesar de estar quente, de suarem, os alunos-sargentos não pareciam tão incomodados. A turma era composta só por homens, a única mulher ali era eu. Depois de algum tempo, uma meia hora talvez, um aluno se levantou, foi até mim e me ofereceu seu lugar. O professor vendo a cena, pediu que buscassem uma cadeira para que eu sentasse. Creio que como ele não sabia o que eu faria, também não sabia se eu teria que ficar de pé. Como viu que eu podia sentar, mandou buscarem a cadeira. E ali fiquei até o final da aula. Sentada no fundo da sala, um pouco distante do último aluno daquela fileira. Enquanto o professor explicava sobre o que trataria na matéria, eu observava. Tentava entender um pouquinho aquele ambiente...

O Curso de Habilitação de Sargentos que acompanhamos era composto ao todo por 720 policiais, divididos em 18 pelotões. Este curso era organizado em 2 Companhias, tendo cada Companhia 9 pelotões. A carga horária do curso foi estimada em 538 horas e o total de disciplinas, ministradas tanto por civis quanto por militares, foi de 30. O perfil que encontramos no CHS são cabos, indicados para participarem do Curso por conta dos anos na Corporação (há quem esteja por 10 anos, 12 anos) e também pelo chamado “merecimento”, que seriam boas práticas na conduta policial, engajamento nas tarefas e contribuição para a PMES durante sua carreira. Para este curso são disponibilizadas 50% das vagas para os mais antigos e 50% para os indicados por merecimento.

Durante todos os meses de curso, estivemos na companhia de um dos pelotões, cuja turma era de 40 policiais, todos homens. Optamos por não alternar os pelotões em que assistiríamos as aulas, para tentar conhecer uma turma, com seus costumes, dialetos, modos.

A primeira aula acompanhada foi a de Ordem Unida que

é um dos principais mecanismos ritualísticos que a escola possui, se não o principal, para garantia da continuidade, da sobrevivência da tradição e dos valores da instituição. Por meio da Ordem Unida, o superior demonstra ao seu subordinado o seu poder de comandamento, ou seja, solidificam-se os dois principais valores de uma instituição militar: hierarquia e disciplina (ALVES, 2004, p. 76).

Esta era uma aula completamente desconhecida para mim, mas para os futuros sargentos a novidade era a presença de uma pesquisadora em sala. Por já serem da Polícia (havia alunos com mais de 15 anos de PM), os conhecimentos que a matéria buscava passar já eram conhecidos: como formar, como prestar continência, como marchar, regras hierárquicas e de como se comportar ao passar por um superior... Estes são considerados os ensinamentos básicos da Ordem Unida e todos que servem a uma Corporação Militar aprendem, pelo menos, sobre estes pontos. A cada ascensão de graduação militar, novos conhecimentos de Ordem Unida são somados a estes princípios básicos.

O que se tinha de excepcional, desta maneira, a passar na disciplina de Ordem Unida era o que a graduação de sargento exigia: o comando de tropa. Assim, além de reverem assuntos referentes à marcha, à continência, em como se portar nas

solenidades, a graduação de sargento aprenderia o conteúdo “comando de tropa”. A graduação militar “sargento” indica que se é praça, mas que se tem subordinados os cabos e soldados. A figura do sargento é a do que gerencia os praças, mas não totalmente. Se houver qualquer nível hierárquico acima, há de se obedecer a este.

A ordem “comando de tropa” é introduzida ao saber da graduação sargento uma vez que em situações de solenidades, como desfile militar, é o sargento que deverá conduzir o pelotão em marcha. Além disso, em situações vivenciadas nas ruas, quando de fazer uma abordagem, por exemplo, caso não haja nenhum superior hierárquico, será o sargento que deverá comandar os subordinados: cabos e/ou soldados. Por outro lado, se houver um tenente, este que dará as ordens e, os sargentos – subordinados aos tenentes na escala hierárquica – devem acatar os comandos. O sargento ocupa, digamos assim, um nível hierárquico intermediário: há de se obedecer e também há a quem mandar.

Obedecer e mandar são situações que se pautam prioritariamente no pilar da hierarquia. Enquanto elemento de organização do trabalho, a hierarquia ampara as relações estabelecidas: se é de um nível hierárquico mais alto será responsável pelos subordinados, se é de um nível hierárquico mais baixo é preciso acatar as ordens para garantir o “bom” funcionamento da equipe. Desta maneira, o “bom” policial militar é aquele respeitado pelos colegas por ter suas ordens obedecidas pelos subalternos hierarquicamente, obedecer e acatar as ordens dos superiores e, minimamente, ser cordial no tratamento com a tropa que trabalha mais próxima. Um aluno-sargento definiu com suas palavras que:

“Não precisa de simpatia, precisa saber obedecer, saber mandar, mandar não, dar as ordens certas. É isso!”. (aluno-sargento)

Obedecer, que aos recém-chegados alunos-soldados era uma ação sofrível e difícil de acompanhar, para os sargentos era praticamente “natural”. Ao acompanhar algumas aulas foi possível notar que para os sargentos os valores e normas que vão compor o arcabouço da instituição Polícia Militar já estão sedimentados. Prestar continência ao superior, levantar a mão sempre fechada ao querer falar, usar a farda no padrão exigido, marchar são tarefas realizadas quase automaticamente. Em

algumas conversas, os alunos-sargentos deixavam escapar que suas condutas não foram sempre assim:

“A gente já foi aluno-soldado. Não nasci marchando, aprendi. É igual andar de bicicleta, quando tem que fazer, a gente faz”. (aluno-sargento)

Por outro lado, por estarem ambientados às normas, era possível aos sargentos fazerem um uso destas em favor de si. A norma estabelecida nas aulas de Ordem Unida era manter o silêncio, garantir o aprendizado e a demonstração do militarismo a fim de exercitar uma *“ordem que une”*. Os sargentos, porém, destacavam que precisavam criar mecanismos para não dormirem ou para não perderem a atenção sob risco de serem punidos. Levantavam, muitas vezes, no meio da explicação e faziam exercícios físicos *“para que o sangue circulasse”*, segundo um aluno-sargento; ou contavam casos que haviam passado a cada comentário do professor que permitisse uma fala. Assim, acabava que as aulas não eram tão silenciosas como para os alunos-soldados. Quando eram colocados em posição de marcha, erravam propositalmente o passo para que o colega de trás se atrapalhasse e brincavam com a situação.

As experiências que *“traziam das ruas”*, como costumeiramente se referiam ao trabalho realizado fora dos quartéis, eram convocadas como exemplos nas discussões travadas nas aulas de Abordagem Sócio-Psicológica, a fim de que pudessem entender o que estava sendo passado como conteúdo. Discutiam pontos de vista com o professor, mesmo que este fosse um tenente, capitão ou major.

Mesmo observando uma flexibilidade nas relações, como por exemplo debatendo questões com seus superiores hierárquicos – situação que só vi no Curso de Soldados após algumas semanas – ali, dentro da sala-de-aula, também era preciso acatar os princípios militaristas. “Acatar os princípios” significava manter alguns procedimentos como somente chamar de “senhor/senhora” quaisquer pessoas que não fossem militares; sempre pedir a palavra com o punho fechado; somente se pronunciar quando a autoridade em sala de aula permitisse; ou seja, demonstrar os fundamentos hierárquico-disciplinares nos comportamentos e relações.

A hierarquia se fazia presente naquela sala-de-aula, dentre outros elementos, pela relação aluno-professor. Os professores eram em sua maioria também militares,

contudo quando eram civis a Corporação exigia que alguns procedimentos fossem cumpridos para que os alunos não se esquecessem de sua condição de policial militar.

Desta maneira, além de estarem todos fardados, sentados em seus lugares criteriosamente numerados, em todo início e fim de aula a turma era apresentada ao professor com um comando de tropa⁴¹. Ao professor cabe liberar o pelotão para que possa se sentar, ou, nas palavras dos militares, “descansar!”. Deixar sair para ir ao banheiro ou tomar água só em casos extremos; cochilar em sala é uma falta grave.

No CFA, o professor na sala-de-aula, independentemente de ser civil ou militar, é a autoridade. Assim, o que ele fala, faz ou indica é a ordem a se cumprir, ou mesmo o que deixa de fazer, deixa de falar ou deixa de indicar. É preciso estar alerta e compreender a ordem. A ordem, ainda que não-dita, era para ser seguida. E como saber qual era a ordem? Era preciso observar. A observação dos exemplos dados pelos superiores é algo bastante importante na carreira militar. É por meio do exemplo do superior que as atitudes dos subalternos se ancoram. Este elemento observado na vivência foi confirmado quando os pm's trouxeram suas experiências.

De acordo com um sargento:

“Em qualquer ocorrência se o superior fala, a gente tem que cumprir a missão! O que o superior faz é a ordem. Se ele manda ir, a gente vai. Por isso precisamos nos unir com uma única ordem. Teoricamente ele está preparado para comandar. Se a gente jura pela vida ou pela morte, às vezes mesmo com medo, vamos lá e tentamos cumprir a missão!”.

Aqueles que um dia foram soldados e que passaram por treinamentos para aprender a ser policial, retornavam aos bancos do Centro de Formação, com experiências do viver como policial e, agora, treinavam para lembrar, assistiam aula não mais para aprenderem a obedecer, mas para – além de não esquecerem o “como” obedecer – também aprenderem algumas falas do *como* comandar! Obedecer já tinham aprendido quando soldados. Neste sentido, é possível afirmar que os Cursos

⁴¹ A expressão “comando de tropa” é trazida sempre que é preciso dar uma ordem em que todo o pelotão precisará ter a mesma ação, agir conjuntamente. Assim, há “comando de tropa” em ações de policiamento ostensivo, em que um superior indica o que deverá ser feito, há “comando de tropa” também na apresentação aos professores, quando os alunos têm que se levantar e prestar continência ao professor, seja ele civil ou militar.

promovidos no CFA formam para ações, mas também conduzem a uma fôrma-pm, buscando reforçar o que constitui a condição de pm.

3.3 GANHEI UMA “PATENTE⁴²”: “PROFESSORA”

Todo o Centro de Formação se conforma dividido em espaços nos quais somente se pode transitar respeitando as regras da hierarquia. Também aos civis, somos interpelados de hora em hora a dizer a que viemos. Estes espaços são representativos de que ali “não se pode tudo”. De acordo com Foucault (2011), os espaços complexos ao mesmo tempo que realizam a fixação, permitem a circulação;

Recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. São espaços mistos: reais pois que regem a essa organização caracterizações, estimativas, hierarquias. A primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de “quadros vivos” que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas. (FOUCAULT, 2011, p. 126-127)

Nesta multiplicidade organizada já apontada por Foucault não era possível transitar despercebida. Quem passa pelas dependências do CFA sem farda ou é professor ou é da equipe que presta serviços terceirizados. Excepcionalmente, jornalistas, juízes ou policiais civis podem comparecer em treinamentos oferecidos pela PMES. Assim, se a pesquisadora não era prestadora de serviços, jornalista ou juíza, o que mais se aproximava era o papel de professor. Ainda que reafirmasse a todo momento que era pesquisadora e não professora, esta foi a “patente” com que me identificaram: professora!

Bastava cumprimentar o pm na portaria que já começava o dia como “*professora que veio fazer a pesquisa*”.

Desta maneira, compreendemos ao longo do tempo que ser reconhecida como “professora” significou um modo possível de pertencer àquele espaço. Foi como “professora” que passei a ser reconhecida, era como uma “patente” para a civil que assistia aula com os policiais. Ao mesmo tempo que chamar de “professora” buscava incluir no cotidiano organizado por “patentes” e lugares definidos, também

⁴² Neste momento, ainda não havia o conhecimento por parte da pesquisadora de que “patente” não era o nome correto dado aos postos e graduações. Ver nota de rodapé nº 45.

diferenciava: não era qualquer professora, era uma professora que não dava aulas. Não era também uma civil comum, era percebida como uma civil que transita pelo quartel. Nas palavras de um aluno-sargento:

“É a professora que senta com a gente!”. (aluno-sargento)

Na determinação de um lugar, foi possível ser incluída, tecer fios de confiança. Assim, na perspectiva do “con fiar – fiar com, tecer com, composição e criação com o outro/outrem” (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2013, p. 283), fomos tecendo alguns pertencimentos que possibilitaram um “desmanchar” de algumas formalidades. Os policiais demonstravam cada vez menos cerimônia no tratamento, à medida que compartilhávamos das aulas, das discussões, dos treinamentos, ao passo que até a ausência na sala-de-aula era indagada com um “por quê” de preocupação:

“Por que faltou nossa aula, professora?”. (aluno-sargento)

A convivência que surtiu uma “patente” à pesquisadora também localizava esta nas redes de relações. Como nos indica Foucault (2011), as relações de poder organizam o múltiplo, dão lugar a cada um dos indivíduos. Também à “professora” essas relações alcançavam.

Um dia me peguei escolhendo uma calça que pudesse usar para ir ao CFA. Não podia ser qualquer calça: tinha que ser a mais larguinha que eu tivesse! Quando entrava no Centro de Formação, ainda que quase involuntariamente, lançava meu olhar à bandeira no mastro em frente à sala do comandante: “será que ele veio hoje?”. Durante as aulas, segurava o máximo que aguentava a vontade de ir ao banheiro.

Quando dei por mim, me vi atravessada pelos muitos controles que se processam nas relações estabelecidas no CFA. Logo no primeiro dia de aula dos alunos-soldados observei que as calças precisavam ser largas; com o tempo passei a me cobrar esta característica. Ficava mesmo envergonhada de ir com uma roupa um pouco mais justa. Bastou saber que uma das bandeiras na entrada do CFA indicava a presença do comandante – quando hasteada é porque este estava nas dependências da Escola de Formação – para que eu não me furtasse a olhá-la. Se convivia com os policiais, na sala-de-aula, ainda que não fosse obrigada, me sentia mal de sair para ir ao banheiro sabendo que os pm’s deveriam aguentar ao máximo suas necessidades.

À medida que outros arranjos da civil na sala-de-aula militar do CFA se forjavam, também capturas daqueles modos vigilantes se expressavam em nós. Arranjos diversos que contribuíam para suscitar perguntas daquela que ainda desconhecia boa parte dos procedimentos ou dialetos de pm. Ainda assim, não estávamos alheios às expressões difusas de poder, que manipulavam nas minúcias diárias.

Nesta perspectiva, em meio a várias perguntas, amparados em relações que demonstravam fios de confiança, alinhavamos discussões que trouxeram à baila aspectos da atividade dos policiais militares do Espírito Santo.

4 ENTRE AMARRAS, NÓS E ALÍVIOS: ATIVIDADE DO PONTO DE VISTA DO POLICIAL MILITAR

Ao propormos empreender algumas análises acerca da atividade do policial militar, recorreremos às contribuições ergológicas para sustentar o debate, as quais afirmam a importância de analisar a atividade a partir das situações concretas de trabalho (BENDASSOLI; SOBOLL, 2011; SCHWARTZ, 2011, 2013). De acordo com a Ergologia, a atividade de trabalho é uma das atividades humanas, logo, ao falarmos da atividade estamos falando também daquele que a realiza. Assim, para compreender a atividade de trabalho, é importante conhecê-la do ponto de vista dos que a realizam – levando em consideração que estes a efetivam em um espaço específico, num tempo determinado, atravessados por questões sócio-político-econômico-histórico-culturais singulares. Dessa maneira, afirmamos com a Ergologia que as análises sobre a atividade de trabalho devem ser empreendidas de modo “situado”, local, em cada espaço que nos propusermos a conhecer/intervir (SCHWARTZ, 2011).

Entendemos com Schwartz e Durrive (2007) que a atividade de trabalho, assim como a vida, não é estática, mas se faz através de contínuas mudanças; modificam-se os trabalhadores, as condições de trabalho, as questões que atravessam o fazer. Analisar a atividade de modo deslocado das situações em que o trabalho acontece, portanto, seria perder de vista a própria dimensão da atividade. Nesse sentido, empreendemos uma análise de alguns aspectos da atividade dos policiais militares do Espírito Santo em relação à produção da condição de policial militar; através da vivência com eles durante alguns cursos, treinamentos e solenidades, das entrevistas e grupos que realizamos, e entrando em contato com alguns de seus regulamentos, buscamos constituir um caminho de pesquisa que possibilitasse discutir os meandros da atividade com seus protagonistas, os policiais.

Dessa maneira, o que apresentamos aqui não são verdades absolutas sobre o fazer policial, nem características universais admitidas a eles. Tampouco um resultado aplicável a qualquer polícia militar, apartada do tempo e do espaço. Possivelmente, retornando ao Centro de Formação e travando outras conversas teríamos outras linhas de questionamento, outros debates, ou ainda veríamos alguns dos pontos traçados aqui se apresentarem novamente de outra forma. Pretendemos, então, ir na

contramão de generalizações de resultados, de saberes produzidos em condições exteriores aos que, efetivamente, são responsáveis pela prática da atividade. Reafirmamos que nossa busca se fez no sentido do “fiar com”, discutindo o fazer policial a partir da perspectiva dos próprios policiais.

Entendemos que, ao falar da atividade, falamos, necessariamente, do trabalhador, portanto, nenhum conhecimento ou julgamento deve ter primazia ao saber do próprio trabalhador. De acordo com Schwartz e Durrive, considerações feitas de antemão acerca do trabalho dos outros representam um perigo, pois isto seria “julgar no lugar dos outros” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007). É importante prudência, portanto, ao se referir à atividade, sobretudo porque a atividade se dá de modo encarnado “no espaço, no tempo, nos coletivos e no corpo” (BARROS; HECKERT; MARCHIORI, 2006, p. 24). É por isso que os apontamentos que se seguem, como dito, foram discussões e assuntos que emergiram no encontro **com os pm’s, com aqueles pm’s**.

A partir das experiências vividas nesses encontros, algumas questões foram apontadas como centrais pelos policiais, operando modos de ser/estar policial. Dentre estas, temos a hierarquia, a fragilidade das prescrições (do como fazer) e as restrições que muitas vezes essa atividade impõe ao trabalhador. Escolhemos trazer para o *corpus* de análise estas e outras questões que ora nos pareceram recorrentes na fala dos policiais, ora nos tocaram por destoar um pouco de todas as nossas preconcepções sobre Polícia. Não pretendemos apresentá-las como respostas, mas nos interessa produzir questionamentos e indicar possíveis afrouxamentos em situações que possam, aparentemente, se apresentar enrijecidas na vida dos policiais.

4.1 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO

A organização do trabalho da Polícia Militar do Espírito Santo é pautada por uma série de prescrições, estruturas organizativas e regulamentos. Além disso, falar dessa Polícia é também contemplar peculiaridades da organização do trabalho que dirá dos modos de vida dos trabalhadores que compõem a Corporação, ou seja, os policiais militares.

A “organização do trabalho” pode ser entendida, pelos preceitos da Ergonomia, como o modo como se organiza o processo de trabalho, compreendendo aspectos da divisão do trabalho, das sequências operatórias, das relações estabelecidas entre os

trabalhadores, do funcionamento da hierarquia. Em linhas gerais, podemos pensar, com base na Norma Regulamentadora 17, do Ministério do Trabalho e Emprego, como sendo as condutas, os métodos e as instruções que são disponibilizadas aos trabalhadores para realizarem o seu serviço (BRASIL, 1978).

A Polícia Militar do Espírito Santo se organiza pelos princípios da hierarquia e disciplina, como já mencionamos, sendo reserva militar das Forças Armadas. É considerada uma prestadora de serviços públicos cujas funções se dão, prioritariamente, na manutenção da ordem e na prevenção de delitos, através da efetivação do policiamento ostensivo.

As atividades que podem ser realizadas por um policial são classificadas como atividades-meio ou atividades-fim. As atividades-meio são aquelas que contemplam as tarefas administrativas e de gerenciamento, enquanto as atividades-fim são as tarefas a serem executadas a partir das ordens dadas pelo comando. Contudo, o que pode ser uma atividade-meio ou atividade-fim contempla inúmeras variações, como atividades-meio em áreas urbanas ou áreas rurais, atividades-fim a serem realizadas a pé, em viatura, em cavalaria, em motos, dentre outras possibilidades, como demonstra o quadro abaixo:

Variáveis	Aspectos
Processo	a pé, motorizado, embarcação, de bicicleta, aéreo, montado;
Modalidade	patrulhamento, permanência, diligência, escolta;
Circunstância	ordinário, especial, extraordinário;
Lugar	urbano, rural
Desempenho	atividade de linha, atividade auxiliar;
Duração	turnos, jornadas;
Efetivo	individual, dupla, trio, grupamento, pelotão, companhia ou esquadrão, batalhão ou regimento;
Forma	desdobramento, escalonamento;
Tipo	rodoviário, trânsito, geral, ambiental, de guardas, comunitário, operações especiais ou outros;
Suplementação	cães, rádio transceptores, armamentos e equipamentos peculiares ou outros meios.

Quadro 1: Variáveis e aspectos do policiamento ostensivo exercido pelos policiais militares. Fonte: FRAGA, 2006, p. 7.

O modo de ingresso na Polícia ocorre através de concursos públicos que podem ser concursos para soldados ou concursos para oficiais. As vagas oferecidas nos

concursos de oficiais são proporcionalmente em menor número do que as oferecidas para soldados. Isto se explica, segundo fala dos oficiais que conversaram conosco, pelo argumento de que os oficiais são o grupo que gerencia e dá as ordens, enquanto os praças – que iniciam a carreira de policial como soldados – devem ser em maior número para cumprirem as atividades-fim.

A divisão hierárquica rege o funcionamento dessas relações, dividindo os trabalhadores entre praças e oficiais. Dessa maneira, fica a cargo dos oficiais administrar, gerir, coordenar e propor tarefas a serem cumpridas pelos praças (MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011). Não se pode esquecer que a Polícia Militar se subordina ao Governo do Estado, como indica o art. 144, § 6º da CF. Portanto, além de estar submetida à cadeia hierárquica que organiza o funcionamento interno da própria Polícia, a Corporação se subordina, funcionalmente, às vontades políticas do Governo do Estado. Infere-se que mesmo existindo padrões técnicos norteadores do serviço policial, a Polícia Militar poderá receber outras determinações por parte do Governador do Estado, ainda que não estejam ancoradas tecnicamente. Mormente, a forma como essas ordens políticas são trazidas podem desestruturar o fazer policial, o que poderá acarretar prejuízos na atividade dos pm's, tais como, dificuldade de compreensão, de fato, de onde as ordens realmente estão vindo; sensação de desvalorização do saber policial. Por derradeiro, toda essa tônica influenciará diretamente nas funções policiais, incluindo a base dessa Corporação que é composta pelos soldados, ou seja, o nível hierárquico que compõe a maior parte do efetivo da PM.

A partir do momento que entram para os quadros militares ao frequentarem os Cursos, os futuros policiais já estão submetidos aos códigos que regem a Corporação. Neste aspecto, há regulamentos de conduta especificando atos e situações proibidas aos policiais ou que caracterizam transgressões de níveis diferenciados. Quando já estão há algum tempo (cerca de dois ou três meses) ambientados ao funcionamento do Curso e que já tenham aprendido algumas técnicas de como formar, como prestar continência, os alunos são autorizados a utilizar o fardamento militar.

A fim de garantir que os princípios da hierarquia e disciplina não serão descumpridos, existe o Regulamento Disciplinar dos Militares Estaduais (RDME), que dispõe sobre uma série de punições aplicadas aos vários níveis de transgressões que a Corporação

considera que os militares podem cometer. Uma “transgressão disciplinar”, segundo o RDME, define-se no Capítulo I, art. 13, como:

toda ação ou omissão, praticada por militar estadual, que viole os preceitos da ética e os valores militares ou que contrarie os deveres e obrigações a que está submetido, ou ação contrária aos preceitos estatuídos em leis, regulamentos ou normas internas da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) e do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo (CBMES) (ESPÍRITO SANTO, 2000, p. 8).

As transgressões disciplinares na atividade policial refletem punições aplicadas quando se contraria alguns princípios militaristas ou se vai contra a ordem estabelecida, sendo classificadas em: leves, graves, médias ou gravíssimas, sempre que não houver justificção. Os tipos de sanções aplicadas podem variar de acordo com a classificação da transgressão. A depender da gravidade da transgressão pode ser aplicada uma: advertência, repreensão, detenção, reforma disciplinar, licenciamento a bem da disciplina, exclusão a bem da disciplina ou demissão.

A importância em não receber sanções – o que é o mesmo que não cometer transgressões – se dá, por exemplo, ao nível das promoções hierárquicas, ou seja, os policiais com menos sanções são menos suscetíveis a perderem uma promoção haja vista que a sanção pode descontar ponto dos seus títulos, vide art. 59 do RDME.

4.2 A HIERARQUIA COMO ESTRATÉGIA DE SUBORDINAÇÃO: MANDA QUEM PODE, OBEDECE QUEM TEM JUÍZO

A hierarquia e a disciplina, como vimos até aqui, são consideradas as bases organizacionais do sistema de trabalho militar, sendo os fundamentos que vão alicerçar as relações estabelecidas dentro e fora dos quartéis.

Na organização do trabalho dos policiais militares, a maioria dos oficiais fica nos trabalhos de administração e proposição das ordens e regulamentos, enquanto a menor parte do efetivo desses policiais vai para as ruas. Nas ruas, eles têm a tarefa de gerenciar a equipe e dar as ordens que vêm de um comando superior a eles (os oficiais que regulam o que fazer, onde fazer, quando fazer e como fazer). Uma vez “indo às ruas”, os oficiais ocupam na equipe o lugar daquele que coordenará as ações, é ele quem dará as ordens em consonância aos regulamentos, às indicações passadas pelo Comando, etc. Em outras palavras, são eles que darão as ordens a

serem cumpridas pelos praças. Desta maneira, os oficiais gerenciam os praças que, por sua vez, executam as ordens dos oficiais. Nas palavras de um sargento:

“Para o bem ou para o mal, hierarquicamente o superior manda e o que está abaixo obedece”.

E completa:

“Imagina se todo mundo quisesse mandar. Ou se ninguém assumisse a responsabilidade?”. (sargento)

Como efeito da divisão hierárquica temos que responsabilidade e ação estão separadas no discurso e na prática dos policiais. A pessoa que se responsabiliza por uma ação não é a mesma pessoa que executa esta ação. Responsabilizar-se por uma ação vai desde o pensar sobre o que fazer – negociações que, segundo alguns dos policiais que conversamos, acontecem dentro dos Batalhões, pelos oficiais superiores em busca de efetivar a ordem vinda do comandante⁴³, para, posteriormente, o oficial responsável pela ação poder indicar aos seus subordinados o que devem fazer.

Assim, o soldado que aborda alguém na rua, o faz ancorado em uma série de normas que determinam à sua função que seja ele o trabalhador que fará aquela abordagem. A um capitão, dificilmente caberá a função de abordar alguém na rua, mas sim a função de comando da equipe. A este capitão, por sua vez, na escala hierárquica, cabe responder sobre as ações de sua Companhia aos seus comandantes, os quais não estão presentes no momento das ações. Nota-se que uma ação tem desdobramentos variados no processo de trabalho da PM, ou seja, uma ação é tomada ancorada nas leis vigentes, nas normas compartilhadas entre e pelos trabalhadores, nas ordens dadas pelos superiores, nas escolhas feitas pelo trabalhador no momento imediato em que a ação acontece, na dimensão das possíveis consequências que essa ação pode ter para si e para a equipe. Além disso, aos oficiais cabe tanto responder pelas ações de seus subordinados quanto organizar e gerir o trabalho destes, pautando-se também nas ordens daqueles que ocupam escalas superiores e nas normativas da Corporação.

⁴³ Que pode ser o comandante-geral ou o comandante do Batalhão

Esta relação estabelecida pela hierarquia parece resultar em efeitos que cerceiam a ação dos trabalhadores: medo de errar e ser punido pelo superior; angústia por agir em nome de outro (alguns praças relatam sentir-se pressionados porque sabem que, se errarem, seus colegas praças ou oficiais superiores poderão responder também por seus atos); não poder responder diretamente pela ação e assim também não ser diretamente reconhecido por ações exitosas. Desta maneira, se coloca que “pensar” sobre as tarefas parece estar deslocado da efetivação desta tarefa.

Hierarquia e disciplina se colocam, portanto, como restritivas na medida em que se articulam e separam a ação das reflexões sobre esta mesma ação. Entende-se que aquele que reflete sobre efeitos de uma medida não será o mesmo que executará esta medida. Isto seria um estilo de funcionamento de equipe que, de acordo com os pm's, facilita para não sobrecarregar os trabalhadores, porque divide as tarefas, entretanto também amarra as ações, posto que não é possível cumprir as ordens tal qual elas chegam às equipes. Teoricamente, o funcionamento satisfatório de equipe se faz valer pela subordinação: equipe em que um manda e os outros cumprem as ordens! Argumenta-se que é preciso que haja disciplina e subordinação hierárquica para que haja o “bom” funcionamento da equipe.

“É preciso que haja coerência entre a ordem e a execução. Assim, cabe ao oficial de plantão dar o comando e gerenciar para que o resto da equipe, quase sempre de praças, cumpra o que foi estipulado. É uma relação de chefia e respeito, necessária para que a gente saiba como agir, para que não vire bagunça também!”. (capitão)

Logo, como demonstra um oficial, ele ocupa o lugar do “chefe” da equipe e aos outros cabem serem seus subordinados. Para garantir a efetivação do “respeito” aos superiores hierárquicos é sempre lembrado que se um policial não fizer o que cabe ao seu posto/graduação, toda a equipe vai sofrer por não saber como tem de proceder. O receio de cometer um erro é reforçado pelos discursos:

“Se não fizer como foi mandado, pode dar errado!”. (sargento)

“Se a gente não avaliar muito bem, pode colocar em risco a nossa vida e a dos outros”. (capitão)

De acordo com Minayo, Souza e Constantino (2008), os oficiais indicam a hierarquia como funcional e necessária, ao passo que para os praças, muitas vezes, se traduz em autoritarismo e arbitrariedade. Vale ressaltar que os pm's com quem convivemos destacaram que a relação da hierarquia – se pode haver mais diálogo ou menos diálogo, se é um comando mais autoritário ou menos autoritário – depende bastante dos comandantes em questão. Desta maneira, ainda que a tentativa seja a de restringir e cercear os trabalhadores, garantindo que estes vão agir de modos específicos, as condutas serão variáveis, tão logo se coloquem outras variáveis em questão – quem são os comandantes, quem compõe a equipe, que valores comparecem para cada trabalhador.... Afirmamos que não é possível seguir as normas totalmente; às vezes se recusa uma norma, se faz outro uso dela. É preciso subverter, criar outras estratégias para dar conta do que foi colocado como objetivo.

A hierarquia, que tem por um de seus efeitos a subordinação, indicando uma tentativa de controle absoluto do trabalhador em relação ao seu superior hierárquico, não submete praças ou oficiais de tal modo que estes fiquem completamente sem espaço de fazer de outros modos. Como indicam Dollé et al. (2007), é fundamental não perder de vista que as imposições do trabalho, mesmo quando excessivas e restritivas, se articulam aos projetos de vida daqueles que trabalham. Neste sentido, quando tais imposições são julgadas muito contrárias aos projetos coletivos de vida, existe aí um espaço de escolha que remeterá à recusa da mesma.

A partir deste ponto, podemos considerar que hierarquia e disciplina se afirmam também em conjunto a alguns dos projetos coletivos de vida: fazendo uso destes projetos, colocando-se como alternativas possíveis em meio às quais é possível viver. A submissão e as restrições, que são alguns dos efeitos destes fundamentos, se colocam a partir de uma rede de técnicas que incidem sobre os corpos, sobre a vida, que fazem funcionar relações humanas que expressam vários sentidos: funcionamento da “boa” equipe, noção de pertencimento ao grupo, importância de manter uma simbologia e uma tradição. Hierarquia e disciplina passam a fazer sentido para os policiais, passam a se articular com seus valores, fazem uso de seus projetos, viram também ideais a se alcançar.

A este respeito, temos que o modo como os pilares militaristas se colocam contribuem reforçando a rigidez das prescrições impostas pela Corporação. As prescrições,

conceito proposto pela Ergonomia, dizem dos regulamentos e códigos que visam a descrever o que é esperado ao final do processo de trabalho. Em outros termos, a prescrição diz o que o trabalhador tem que fazer e de que modo deve ser feito, definindo gestos, ritmos e instrumentos.

Guérin et al. (2001) indicam que a tarefa, prescrita pelas organizações, é sempre imposta ao trabalhador. Nos lembram ainda que ao mesmo tempo que a prescrição é exterior ao trabalhador, determinando e restringindo sua atividade, também é indispensável, uma vez que, ao determinar a atividade, serve de base à ação do trabalhador. A prescrição se coloca, portanto, como trabalho esperado, o que foi concebido previamente e normatizado pela administração (BENDASSOLI; SOBOLL, 2011). Funciona como uma tentativa de antecipar os resultados do trabalho e é sempre anterior à atividade, sendo a concepção teórica do que deve ser feito.

De acordo com Brito (2009), refere-se tanto aos métodos e procedimentos previstos, às ordens estabelecidas pela hierarquia, aos protocolos e normas técnicas, quanto às condições disponíveis, sejam elas temporais, sociais ou econômicas. Além disso, o trabalho prescrito também engloba a dimensão dos objetivos esperados, dos resultados a serem obtidos, bem como da divisão de trabalho prevista para a execução da tarefa.

Em uma instituição cujos pilares são a hierarquia e a disciplina, a obediência às prescrições pode ser acentuada. As prescrições assumem, neste sentido, o peso de ordens, que devem ser seguidas quase sem nenhuma discussão, sob risco de punições severas.

Embora a normativa aponte que é preciso seguir os comandos dados pelo superior, quando conversamos com soldados já formados ou outros praças que trabalham nas ruas, uma angústia era apontada ao constatarem que viviam sob ordens rígidas, sem poder problematizar ou discutir as situações nas quais tinham que intervir. Ao estarem em contato com a população, ao precisarem representar a ordem, fazer “cumprir a lei”, acabam replicando os entendimentos de subordinação, como vemos na fala de um dos sargentos entrevistados:

“A gente não é treinado pra conversar. Muito pelo contrário, a ordem é obedecer. Aí a gente vai pra rua e chega uma denúncia que tal cara tem droga. A gente ainda não

sabe se o cara tem droga ou não, mas tem que fazer a abordagem. Tem o padrão da abordagem, botar na parede, separar as pernas para tirar um pouco o equilíbrio da pessoa e assim evitar dela fugir. Esse padrão não é por acaso, é pra garantir também que o cara não vai sacar a arma pra cima de mim. Mas aí tá. Se o cara começa a querer falar, não tem como falar. Ele tem que obedecer. A gente tá representando a lei. Eu não gosto de ficar apalpando ninguém, mas tem que fazer. O cara podia entender. O capitão manda, a gente faz”.

Segundo os pm's, é preciso cumprir as tarefas de acordo com as ordens, ainda que muitas vezes cumprir o prescrito seja algo desagradável ou constrangedor, posto que parte do que seguem são também procedimentos importantes para a segurança dos trabalhadores e daqueles para os quais, supostamente, os policiais estão fazendo seu trabalho. Desta feita, cumprir uma ordem de um superior pode significar também, de acordo com o discurso veiculado entre os policiais, diminuir a possibilidade da ocorrência de erros que podem ser cometidos em atividade, quando deixam de cumprir algum procedimento.

Vemos ainda, nos relatos dos policiais com quem conversamos, que estes tentam cumprir as ordens integralmente, na expectativa de se isentarem de punições. Ainda que nos regulamentos constem artigos indicando que, em caso de extrema discordância da ordem estabelecida pelos superiores, cabe à equipe decidir a melhor estratégia a ser usada, os policiais afirmam que, ao seguirem o que foi mandado, é mais difícil ser punido em caso de cometerem algum “erro”.

Ainda pensando na subordinação às ordens sem discuti-las, tomemos por um momento a ideia de que todos os policiais que não são soldados têm pelo menos este nível hierárquico como suporte. Quando observamos o funcionamento hierárquico das relações, notamos que, sendo o soldado a base da hierarquia militar, este nível está subordinado a todos os demais graus hierárquicos da Corporação. Logo, aos soldados cabe obedecer e se submeter a todos os demais níveis militares. A subordinação emerge como prescrição: subordinação ao superior, acatar ao máximo as ordens recebidas e nunca discuti-las. O que parece ser transmitido aos soldados e por eles entendido, mesmo não estando claramente apontado em nenhum regulamento, é que eles precisam integralmente obedecer ao que o superior mandar.

Sendo a maior parte do efetivo da Polícia Militar do Espírito Santo composta de soldados – e admitindo que este nível se subordina a todos os demais –, que efeitos essas relações de hierarquia pautadas na submissão, efetivada pela subordinação, têm tido na atividade dos policiais militares? Como os policiais têm, muitas vezes, replicado estes funcionamentos em suas relações com aqueles que não são militares? Como esta organização tem contribuído para uma vida de amarras, em que os processos de trabalho parecem restringir as ações? Como é ter que garantir ações de comando e responder integralmente pelo êxito ou desastres nas ações quando se é oficial? Aos policiais cujos círculos hierárquicos ocupam posições de subtenentes e sargentos e do círculo de oficiais subalternos, como é garantir o fato de ora exercerem funções de chefia e ora terem que se subordinar⁴⁴?

Para alcançarem a graduação⁴⁵ de sargentos⁴⁶, os policiais aprendem que devem ora comandar soldados e cabos, ora se subordinar a subtenentes e oficiais. Contudo, vemos que este mecanismo de hierarquia pode funcionar em várias situações que não se restringem às situações vivenciadas somente entre militares.

No segundo encontro de grupo que fizemos com os pm's, eles não apareceram no horário combinado. O tempo passando e nada dos alunos chegarem. Dez minutos, quinze, meia hora, quarenta minutos depois e eu fui procurar o capitão responsável pela coordenação dos Cursos. Rapidamente enviaram um sargento à sala do pelotão e os alunos foram encaminhados ao grupo. Quando chegaram eu perguntei se haviam desistido, ao que me responderam bravos:

⁴⁴ Conforme art. 13, caput do Estatuto dos Militares Estaduais do Espírito Santo, na Polícia Militar são fixados círculos, seguindo uma escala hierárquica. Tem-se, então, o círculo de oficiais que se subdivide em círculo de oficiais superiores, intermediários e subalternos; o círculo de praças que se subdivide em círculo de subtenentes e sargentos e de cabos e soldados; o círculo de praças especiais que incluem os aspirantes a oficial, aluno-oficial, aluno-soldado, aluno-sargento.

⁴⁵ Conforme art. 13, §§ 1º e 2º, o posto é o grau hierárquico do oficial, conferido pelo Governador do Estado, e a graduação é o grau hierárquico da praça, conferido pelo Comandante-Geral da Polícia. A patente é o título de “oficial da Polícia Militar” conferido pelo Governador do Estado e registrado na respectiva “Carta Patente”.

⁴⁶ A função de sargento está descrita no art. 115 do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais – R-1 do Exército Brasileiro – Ministério da Defesa.

“Não professora. Era o oficial lá passando um filme. Aí a gente foi lá uma, duas vezes e avisamos que tínhamos que tá aqui, mas aí ele mandou a gente sentar, aí já viu né. A gente sentou e ficou esperando a senhora dar um jeito!”. (aluno-sargento)

“E como vocês tinham tanta certeza que eu daria um jeito?”. (pesquisadora)

“Ué, porque você é a responsável. Você sabe que o professor é oficial e que nem sempre dá pra gente discutir!”. (aluno-sargento)

Os alunos-sargentos, mesmo tentando argumentar com o professor-oficial sobre o encontro de grupo, se calaram porque isso poderia significar ir contra a norma que impõe “respeito” ao superior. Ao mesmo tempo que a cena reflete a falta de questionamento da situação, expressa também a necessidade de seguir a prescrição, sob risco de serem punidos.

Ainda assim, os policiais confiavam que a “professora” iria dar um jeito de conversar com o professor-oficial. A confiança na resolutividade de quem consideram superior expressa também um outro efeito da hierarquia: um funcionamento quase uníssono e de confiança entre os que usam a farda ou mesmo dentre os que consideram que compartilham de alguns de seus valores.

Como os alunos-sargentos supunham que, devido a nossa convivência, eu sabia que os oficiais “mandavam”, imaginaram que eu conseguiria “dar um jeito” e subverter a ordem inicial de que não deveriam se retirar da aula. Ainda neste segundo encontro de grupo, os alunos-sargentos relataram que a hierarquia e a disciplina implicam uma confiança dentre os que convivem sob estes pilares:

“A gente é treinado e adestrado mesmo para obedecer. Mas fica tanto tempo junto, sofrendo junto, rindo junto, tentando brincar com as situações, que olhamos pro lado e vemos que somos todos iguais. Mesmo quem é superior da gente, quando sai dessa coisa de ter que mostrar que é superior, sabe que somos todos colegas de farda, que fomos treinados pelos mesmos princípios e acaba tendo uma confiança. Como a gente sabia que você tinha vivenciado nosso dia-dia, a gente também confiou que você ia pensar um pouco o que podia tá acontecendo. Por isso que é difícil pras pessoas entenderem que mesmo com essa rigidez toda, a gente tem uma sensação de tá junto!”. (aluno-sargento)

Fazendo uso da ideia de hierarquia entre “professor-civil” e “alunos-militares”, os alunos se ampararam no princípio da hierarquia. Acreditaram que, devido à nossa convivência e pelo fato de eu, teoricamente, ocupar um lugar de “superior” por ser chamada de “professora”, eu poderia questionar a atitude do oficial, coisa que eles, no lugar de alunos-sargentos, não poderiam fazer. Temos aí uma generalização desta relação hierárquica. Como essas relações pautadas na hierarquia alcançam também as outras relações que os policiais estabelecem? Que efeitos esta falta de questionamento causa na atividade de trabalho dos policiais militares?

4.3 AGIR NO LIMITE DA ORDEM: NORMALIZAÇÃO E IMPREVISIBILIDADE NO TRABALHO POLICIAL

Era dia de aula de Ordem Unida para os futuros sargentos. O pelotão era colocado no pátio do CFA de modo a receber as instruções do tenente responsável. O treinamento daquele dia era para comandar a tropa em solenidades. Assim, os alunos-sargentos ficaram horas treinando o momento de repetir a frase de comando, na altura da bandeira amarela. Quando dez passos haviam sido dados outra frase seria proferida e por aí vai. A marcha cadenciada não podia se perder. Se um pm errasse, complicava. Todos teriam que recuperar o tempo perdido, correndo e tentando acertar a marcha. Se fizesse sol ou chuva, não importava. O treinamento não parava e eles, policiais que eram, teriam de estar a postos em todas as situações. Durante o treinamento, o tenente explica aos comandados:

“Não é à toa que o nome da aula é Ordem Unida. Uma ordem que visa a unir. Nos unir. É importante aprendermos com maestria cada movimento, externando o simbolismo que compõe a nossa Corporação, mas também o rigor com que levamos nossas atividades. Vocês, sargentos, estão no nível intermediário da hierarquia, assim, têm de saber dar ordem e também obedecer. A Ordem Unida não busca somente reforçar o simbolismo do militarismo, mas também reforçar a atenção que precisamos quando vamos para as ruas, nas mais diferentes ações em que somos solicitados. É preciso seguir a ordem, ter um padrão, seguir o padrão onde quer que estejamos”.

A ideia de “padrão” é vinculada a uma série de características que vão compor a atividade de trabalho do policial: “padrão” que significa aprender os gestos a serem

feitos ao prestar uma continência, ao participar de um desfile cívico; “padrão” que significa treinar a atenção; “padrão” significa rigor ao cumprir as determinações vindas dos comandantes.

Dentre um dos “padrões” que a Ordem Unida busca garantir, além do simbolismo da marcha ou de prestar continência, é o “padrão” do policial militar, do policial se mostrar no “padrão” militar. Assim, logo no primeiro dia de aula, como mencionamos no Capítulo 2, os alunos-soldados são exigidos a irem com uma roupa determinada – camisa branca e calça azul – e com o cabelo cortado. Estas características serão exigidas ao longo da vida do policial: mesmo que não seja a camisa branca ou a calça azul, a farda será obrigatória, o modo de falar não poderá ser o considerado de “baixo calão”, os lugares a se frequentar não poderão ser todos. Muitas são as normas que vão restringindo as possibilidades ao se trabalhar como policial, ao viver como policial. Estas normas que englobam os valores compartilhados, que vão comparecer na atividade, são as chamadas normas antecedentes, conceito proposto pela Ergologia.

As normas antecedentes são uma ampliação do conceito de prescrição, contemplando não só o que consta nos regulamentos, mas também os valores e o arcabouço cultural que vão nortear e autorizar a realização da atividade de trabalho pelos coletivos de trabalhadores. Mais do que se tem prescrito sobre o que deve ser feito, o que se encontra definido pela organização do trabalho, as normas antecedentes contemplam um patrimônio coletivo que diz o que se deve fazer e o que não se deve fazer (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007).

Entretanto, há sempre uma tensão entre a prescrição e o que é, de fato, possível realizar. A definição da tarefa é proposta por quem delega a sua execução, ou seja, é feita pela organização que prescreve modos de operação, tempo, regras, sempre de forma exterior a quem, de fato, irá executar (GOMES, 2009). Nas condições reais de trabalho é preciso alterar, recriar, subverter ao prescrito para que a atividade se realize. É aí que se coloca o trabalho real, como a “atividade efetivamente realizada pelo trabalhador ou pelos coletivos de trabalho” (BENDASSOLI; SOBOLL, 2011, p. 14).

Era dia de aula de Policiamento Ostensivo Geral. Naquele dia, os policiais eram colocados todos em frente a uma viatura para treinarem abordagem em carro. O oficial que ministrava a aula dava a indicação:

“Vocês vão ser divididos em duplas para fazerem a abordagem, aí vão lá pra trás e esperam. Quando voltarem vão ter que fazer a revista e ver se tem algo errado ou não!”. (capitão)

O intuito do “ir lá pra trás” era que cada dupla saísse de perto de onde estava toda a turma de pm’s e o carro, para que o professor escondesse – ou não – uma arma ou droga⁴⁷ dentro do automóvel. Quando voltasse, a dupla deveria fazer a abordagem – falando as palavras que constituem as instruções para o condutor e passageiros saírem do carro, se posicionarem ao lado para acompanhar a revista – e procurar se tinha arma ou droga. Cada dupla tinha uma situação diferente no treinamento.

O policial do meu lado fez uma consideração:

“Mas é um pouco diferente do que a senhora tá vendo aqui, sabe, professora! Nunca é fácil assim. Nunca é só arma ou droga. Às vezes são as duas coisas, isso quando não tem coisa pior, um corpo escondido. Tem também quando as pessoas saem correndo, fogem da gente e a gente acaba querendo ir atrás. Aí vai e no caminho lembra que tem que voltar porque não pode ir atrás. Vai que é uma emboscada. Tem que juntar tudo que aprendeu e resolver rápido. E tem também o que a gente aprende só na rua mesmo, vivendo”. (aluno-sargento)

Há, portanto, uma distância entre trabalho prescrito e trabalho real, sendo que é nesta lacuna que surge o inédito, que emerge o inesperado. Diante de situações que não foram previstas, é necessário que os sujeitos ajam, recriem, alterem. Guérin et al. (2001) destacam que o trabalho prescrito é formulado a partir de condições específicas, as quais já apontam resultados cerceados pelas condições controladas. Neste sentido, os resultados antecipados não são os resultados efetivos.

⁴⁷ Vale ressaltar que ao se referir a “droga”, na verdade, tratam-se de elementos utilizados em instrução/treinamento, como embalagens que remetem às utilizadas para envolver entorpecentes encontrados em contexto, considerado pelos policiais, como real.

Constatamos que o trabalho policial é regido por intensas prescrições, ou seja, está registrado o que se pode e o que não se pode fazer. A definição do “como” fazer em alguns casos é deixada de lado, o que produz certa insegurança aos próprios policiais de como deve ser a ação, ou mesmo ações bastante diferenciadas em um mesmo contexto. Assim, como nos relata um sargento:

“Você tem que fazer revista e colocar o cara na parede. Isso é um procedimento-padrão de abordagem. É para garantir a nossa segurança também. A gente tem que colocar o cara na parede, garantir que ele vai abrir as pernas. A gente verbaliza, mas se não colaborar a gente tem que ser mais incisivo. Esse limite do ‘como’ fazer vai ser ali na hora e isso deixa a gente nervoso também. Eu não gosto de ficar apalpando homem, mas eu tenho que fazer”.

E ainda um soldado:

“Alguns equipamentos são padrões, como a algema. Aí a gente tem que botar a algema. A gente sabe quando não pode usar, mas se vai ter que usar ou não aí vai muito do que a gente sente na hora. Se oferece perigo ou não, se a força é desproporcional ou não e por aí vai. Além disso, tem um outro fator: o tamanho da algema nem sempre leva em conta os pulsos das pessoas. Aí às vezes chega reclamação na Corregedoria que apertamos demais a algema, mas tem gente com o pulso muito grande igual cara muito forte. Aí fica difícil”.

Usar ou não usar a algema? Como e quem algemar? O uso da algema ilustra algumas normas que vão alicerçar a atividade: os policiais têm direito a usar a algema, mas as escolhas que vão ser feitas serão norteadas pelos entendimentos compartilhados de com quem se pode usar a algema, quando não usar, o preço que se pode pagar por usar a algema em situações consideradas inapropriadas. Há julgamentos a serem empreendidos na ação de algemar, há valores que vão comparecer ao tentar darem conta da norma “algemar suspeitos”. Um dos fatores que contribui às ações, que, por exemplo, limitam o “quem se algemar”, que incide sobre os policiais restringindo suas condutas, são as punições impostas pela Corporação.

Viver como policial é ter de lidar também com uma organização do trabalho que incute medos, que explicita punições e que, por vezes, demonstra o modo “correto” de se fazer algo, mas que não tem parado para refletir sobre as ações desastrosas ou as

situações que fogem ao modo “correto”. Uma alternativa que poderia ser pensada seria a de ouvir as próprias dúvidas que os policiais trazem e trabalhar em cima destes questionamentos. Observamos durante a pesquisa uma vasta experiência que os anos de policial militar trazem para a vida dos trabalhadores, fazendo-os compreender suas ações sob diversos prismas. Enquanto a formação na PMES se nortear na perspectiva de garantia do acerto, somente punindo os erros, e excluindo as possibilidades de discutir, efetivamente, os imprevistos que ocorrem na prática, consideramos que boa parte das possibilidades de ampliação das ações humanas estão sendo desconsideradas.

4.4 VIVER EM MEIO ÀS NORMAS: DOS MEDOS ÀS PUNIÇÕES

Ao conviver com os pm's conseguimos observar que a atividade de trabalho policial militar é atravessada por “medos”. Os policiais com quem conversamos expressavam que a atividade policial lida com os medos das pessoas para as quais atua – de serem assaltadas, de morrerem, de perderem algum ente querido – e com o medo produzido no trabalho que atinge diretamente o trabalhador policial. A este respeito, os policiais indicaram que se fala sobre o medo nos treinamentos do CFA como uma alternativa para garantir a segurança do trabalhador:

“Se a gente sente medo a gente não vai meter a cara em qualquer lugar e vai pensar duas vezes antes de fazer alguma coisa. E ninguém quer trabalhar com o colega que não tem medo porque ele vira kamikaze⁴⁸”. (capitão)

Ao mesmo tempo que os treinamentos e o discurso afirmado entre os policiais indicam a importância de dar atenção aos medos que podem advir nas situações de trabalho enquanto indicativos de uma situação ser mais ou menos perigosa, notamos que não é validado entre os policiais os medos serem discutidos ou expressados fora das situações em que são suscitados. Em outras palavras, sentir medo em uma situação de troca de tiros é considerado normal e saudável entre os policiais que convivemos, porém ao passar a trocar de tiros, não é tido como algo positivo admitir que se sentiu

⁴⁸ Kamikaze era o nome dado a pilotos designados a missões de guerra em que jogavam o avião contra alvos. Assim, o piloto kamikaze era um piloto suicida que ia para a missão sabendo que iria morrer. No exemplo, o policial usa a expressão “kamikaze” para apontar que policiais que não demonstram sentir medo podem colocar a própria vida e a dos colegas em risco, uma vez que não avaliam as situações que intervirão tendo como um dos critérios o medo que a situação pode produzir.

medo. O fato de admitirem ter sentido medo seria como rachar a imagem de policiais que sabem lidar com as próprias emoções, e este princípio de “saber lidar com as emoções” é indicado na formação do policial como fundamental para que os policiais consigam lidar com a atividade de trabalho.

Além do medo produzido durante as atuações, há uma outra dimensão da sensação de medo que vale destacar e que está ligada à hierarquia. Como já discutido, a hierarquia pode ter o sentido de subordinação na relação e caso se vá contra este instituto, o policial subordinado deverá ser punido. Desta maneira, as punições – ou sanções – são aplicadas para garantir que a hierarquia será acatada e também no intuito de corrigirem condutas consideradas como fora do determinado pelos regulamentos da PMES.

Nesta perspectiva, ao perguntarmos para um aluno-sargento – durante uma aula de POG – do que ele tinha medo, eis que ele nos responde:

“Me diz aqui... Vocês lidam com tanta coisa, né? Do que você tem medo?”.
(pesquisadora)

“Medo? Hum... Medo? Ah, a gente tem medo de fazer alguma coisa errada e tomar punição. É medo do superior mesmo”. (aluno-sargento)

Uma das visões que tinha antes de conviver com os policiais no CFA – como discorrido no Capítulo 1 – é a de que policiais, lidando no limiar da finitude da vida, pudessem atrelar o medo ao receio de morrer, ou ao receio de matar. Vimos que estes também são medos e questões que comparecem à atividade dos policiais. Contudo, saltou-nos aos olhos a referência que é feita à hierarquia como situação que opera com o medo.

Neste sentido, em mais de uma oportunidade ouvimos de soldados, cabos, sargentos e subtenentes que o que parece ser o “grande” medo dos policiais é a relação que estabelecem com os oficiais. Os medos que advêm das situações de trabalho nas ruas parecem perder o foco quando comparados pelos policiais com as estratégias da hierarquia e disciplina operadas pela Corporação. Garantir a relação “superior/subordinado” passa por sentir medo do superior e, assim, acatar suas

ordens. O significado dado ao “respeito” à hierarquia é, pois, o de cumprir as ordens para não ser punido.

Tendo em vista que o trabalho exige gestões por parte dos trabalhadores para que a atividade se cumpra e que realizar a atividade não está sempre de acordo com o trabalho prescrito, como então atuar sabendo do constante risco de ser punido? Como avaliar as situações no momento do acontecimento e talvez se colocar contrário a uma determinação de um superior quando se é valorizado e ensinado que o medo é importante balizador na relação “superior/subordinado”?

A punição é uma norma antecedente na atividade de trabalho policial. Além de estarem prescritas no RDME (e em outros regulamentos e leis), as punições estão presentes no cotidiano policial inclusive no local em que um policial pode atuar.

“Se a gente fica mal colocado no Curso de Soldados a gente sabe que vai ser mandado pra bem longe de casa, pra onde ninguém quer ir. É punir a gente por não ter se esforçado no Curso de Formação, né?”. (aluno-soldado)

Entendemos a punição como uma norma antecedente e que, apesar de aparecer em outras atividades, na atividade policial ela é explícita, prescrita. Entretanto, definir o que a norma diz não é algo simples, tampouco compreendido da mesma maneira/intensidade pelos policiais:

Observei no Regulamento Disciplinar dos Militares do Espírito Santo alguns pontos que julguei não muito definidos e que falam das condutas permitidas ou não, podendo significar a aplicação de transgressões. Assim, “manter relações de amizade com pessoas de comprovada má reputação ou de conduta social reprovável ou irregular, ou apresentar-se publicamente com elas, salvo por motivo de serviço” configura-se transgressão gravíssima, ao passo que “postar-se de modo inconveniente e sem compostura, faltando aos preceitos da boa educação e da moral” é uma falta grave. O que seria, porém, uma “conduta social reprovável”? Ou ainda “postar-se de modo inconveniente”? Vislumbrando que algumas expressões são amplas em seus sentidos, cabendo várias interpretações, resolvi indagar praças e oficiais com que encontrasse no CFA naquela semana do CHS sobre o que entendiam acerca de algumas destas frases contidas no RDME. Assim, obtive as seguintes respostas:

“Conduta social reprovável é você roubar, matar”. (sargento)

“Má reputação pode ser tanto você ficar bêbado o dia inteiro, tratar mal seus filhos, não trabalhar, quanto cometer algum crime”. (sargento)

“A gente pode considerar também que faltar com a boa educação é quando alguém desrespeita a gente”. (cabo)

“Postar-se de modo inconveniente é o que incomoda. É ficar falando gracinha”. (soldado)

“A gente ficar de olho na mulher do outro pode ser entendido como conduta social reprovável. Aí tem que tomar cuidado, né?”. (sargento)

“Se você sabe que a pessoa tem um vício e você é policial, não dá pra aparecer com a pessoa. Mas se tinha amizade antes de entrar na Polícia, faz como? Não dá pra abandonar assim fácil. É difícil”. (capitão)

Constatamos que nenhuma das respostas dadas consta explicitamente traçada em qualquer manual militar. Assim, ao mesmo tempo que se diz o que se pode fazer ou o que não se pode fazer, isto aparece com frases generalistas, dando brechas nas próprias definições das regras. Como atentam Duraffourg, Duc e Durrive (2007), é importante ter os critérios relativos à atividade concreta de trabalho expressos de forma clara, caso contrário corre-se o risco de trabalhar às cegas.

As exigências sobre os trabalhadores no caso de normas pouco definidas suscitam debates por parte dos trabalhadores que podem produzir sofrimentos aos mesmos, por não saberem por onde podem caminhar. Se há dificuldade em definir o que a própria normativa impõe é preciso decidir “às cegas”. Ao se perguntar “como fazer quando se tem um amigo com algum vício”, o oficial demonstra um conflito com as regras impostas por seu ofício e o que acredita e valoriza em termos de amizade. Como lidar com normas que dizem da conduta em todos os âmbitos da vida? Como agir quando não se tem clara a norma? Como ser policial sem romper com os regulamentos?

4.5 MOBILIZANDO DRAMÁTICAS DOS USOS DE SI: DESAMARRANDO O POSSÍVEL EM ATIVIDADE

Vimos que a atividade de trabalho ocorre ao gerir a distância entre o que está normatizado e o que é realmente possível de se alcançar em trabalho. Como um paradoxo, o trabalhador precisa seguir as regras, mas também precisa subvertê-las, criar estratégias situadas, sob risco de não conseguir dar conta do real (GOMES, 2009). Para tomar decisões, o trabalhador se ancora tanto nas normas que antecedem a atividade quanto nos valores que servem de referenciais para qualificar e direcionar suas ações.

Quando pensamos nos ideais de “bom policial” que são afirmados entre o coletivo de policiais, vemos que algumas noções são constantes: virilidade, heroísmo, saber lidar com os próprios sentimentos, jamais se mostrar fraco, sempre garantir a segurança. Estas características, que podem ser pinçadas desde o Hino do Soldado Capixaba até às orientações que são passadas aos alunos-soldados, vão formatando também modos de ação. Por vezes, os policiais – buscando alcançar e dar conta destes ideais de “bom policial” – deixam de cumprir procedimentos-padrões entendidos pela gerência como importantes, a fim de perseguirem o “ideal policial militar”.

“Por mais que a gente saiba que o nosso trabalho não se resume a prender e que fazer preventivo são várias coisas – como estar na viatura, numa escola, conversando com a comunidade –, se a gente está na ocorrência e o cara foge, acabou! A gente errou. Então pra ser um bom policial, pra eu me sentir um bom policial, eu preciso conseguir prender. Só assim dá a sensação que garantimos a ordem quando houve desordem!”. (cabo)

“Se a gente tinha alguma suspeita e o cara fugiu, a gente vai tentar até o fim conseguir achar, porque senão a gente chega em casa e parece que fez alguma coisa errada. A gente tem que garantir a ordem e se foge vai continuar fazendo coisa errada”. (soldado)

“Mesmo que a gente tenha ido lá, atendido a ocorrência, acalmado os ânimos, se houver fuga, a gente não garantiu a ordem, parece que não garantimos a segurança, que fomos um policial ruim”. (sargento)

Ao fazerem a ligação entre prevenir, garantir a ordem pública, com a ação de prender, os pm's demonstraram que virilidade, ser forte e destemido, combatente, são valores que vão orientar a ação do policial para “cumprir a qualquer custo” a prisão do suspeito. A norma que é imposta diz que cabe aos policiais militares manter a ordem pública e não informa que é preciso prender ninguém. Prender será uma consequência que dependerá de cada situação vivida pelos policiais. Ainda que as normas antecedentes demonstrem que prender não é uma garantia de resultado e nem sempre será a opção mais plausível, na idealização dos profissionais com os quais conversamos, a “atividade-fim” de sua atividade de trabalho ultrapassa a ideia de manter a ordem e passa a ser suprimir o elemento disruptor de tal ordem, como, por exemplo, “prender o suspeito”. O bom policial militar é também aquele que consegue realizar suas tarefas de “garantir a ordem pública”, “prendendo o suspeito”. Deixar o suspeito fugir, nesse caso, passa a ser inadmissível para o ideal de policial militar valorizado por ser forte, viril, resolutivo e destemido.

As razões que comparecem em atividade, portanto, vão além das razões da gerência; os propósitos orientados pelos valores de cada um e pelos valores que são compartilhados, também irão contribuir para que a atividade se efetive e para determinar *como* será realizada a atividade. É preciso empreender escolhas que vão ser balizadas dentre essas várias razões para a atividade.

Escolher não atirar, escolher fazer uma abordagem, deixar de fazer revista em algum carro durante uma blitz são exemplos de escolhas que se fazem a partir de negociações – nem sempre conscientes – em que o policial confronta valores, normas, saberes, modos de atuar. A pergunta, nestes casos, que nos ajuda a entender a dimensão que ultrapassa as prescrições, seria “em função de que se age de tal maneira e não de outra?”.

Em um dos grupos, um pm do Grupo de Apoio Operacional (GAO) da PMES relatou uma de suas experiências que julgou angustiante porque, ao agir de acordo com o que indicam as normas, acabou se deparando com uma circunstância inesperada em que se sentiu culpado. Segundo ele, em uma invasão em um dos morros de periferia do Estado, ele encontrou um menino de 11 anos que, naquele momento, ele teve certeza que era o dono de um papete de droga que estava jogado próximo. O

menino dizia que não, “mas todos falam isso”. Assim, o pm cumpriu o que é estipulado: encaminhou o “menor”, segundo ele, para a Delegacia da Criança e do Adolescente.

Saindo da Delegacia, o policial voltou ao local. Segundo o pm, a invasão ao morro continuava. Alguns dias depois um traficante foi preso bem próximo ao local onde o menino havia sido encontrado. Esta prisão acabou despertando dúvidas no policial acerca de quem era o verdadeiro dono do papelote: no primeiro momento, julgaram ser o menino, mas depois houve a dúvida em relação ao traficante. Segundo o policial, naquele instante sua consciência pesou.

“Pesou e pesou tanto que eu quis ir lá pedir desculpas pro menino. Mas não fui. Eu sabia que havia colocado o menino no Sistema. Ele estava agora fichado. Mesmo que depois ele complete 18 anos e não tenha mais nada em sua ficha, mas ele passou pelo sistema, ficou marcado. Ainda que aquele papelote fosse dele, mas podia ser apenas naquele dia, por alguma necessidade. Eu cumpri o meu papel, mas não fiquei em paz. Tenho tentado tomar mais cuidado, ser mais justo. Só que é difícil. Ao mesmo tempo que não nos cabe julgar, a gente também tem a função de julgar ali, na hora”.
(aluno-sargento)

Quando se julga, quando se escolhe uma hipótese, uma atuação em detrimento de outra, isto será uma maneira de escolher a si mesmo e, em seguida, ter que assumir as consequências advindas de tais atitudes (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2007). Vemos que mesmo em uma instituição hierarquizada, com rígidas normas, é possível – e necessário – empreender escolhas para dar conta do vazio de normas.

Ao prender o menino e, posteriormente, ter dúvidas sobre sua culpa, o policial demonstrou arrependimento por não ter ponderado antes de encaminhá-lo à Delegacia. Nesse ínterim, o policial ao prender o menino antes de questionar outras possibilidades para aquela situação buscou cumprir os protocolos.

A dúvida que se colocou, posteriormente, quanto ao papelote ser ou não do menino mobilizou-o em outros sentidos, fazendo-o debater sobre o que considera justiça, sobre o que cabe ou não a um policial, sobre as possíveis circunstâncias que poderiam fazer o menino portar uma droga, sobre o próprio crime de portar droga. Assim, o policial quis pedir desculpas por tê-lo “colocado no sistema”, mas não teve coragem.

O modo que encontrou para lidar, dali em diante, foi tentar “tomar mais cuidado” e assim evitar cometer julgamentos que apartam.

Ao ser tocado pela situação e ao colocar em questão os julgamentos que fazia, o policial empreendeu um debate entre os valores que concebia como importantes; questionou os efeitos do próprio trabalho e; atentou-se em quais princípios tem se ancorado para cumprir as normas impostas pela organização do trabalho. A par dessa sensibilização, foi preciso rever o modo como vinha conduzindo o seu fazer, visto que se deu conta que há efeitos na vida dos outros a partir de suas ações enquanto policial militar. Foi necessário ressingularizar o meio criando outras normas para si.

Trinquet (2010) indica que cada pessoa age do seu jeito para dar conta do que é prescrito e isso envolverá sempre um debate: de normas, de valores e de histórias que são atravessados pelas questões do viver junto. Cada trabalhador ressingularizará o meio à sua maneira, mas sem perder de vista que há normas partilhadas em âmbitos coletivos. É, pois, conhecendo e se utilizando das normas que compõem a atividade de trabalho dos pm's que é possível criar estratégias para não sofrer ou pelo menos diminuir os sofrimentos que o trabalho pode produzir.

Em atividade, os sujeitos buscam recompor o seu meio de trabalho também em função daquilo que desejam que ele seja. Ao “julgar o menor” como traficante, o pm mobiliza um drama em atividade. A partir disso, tenta recompor o meio em que atua para seguir, em parte, o que suas experiências demonstraram significar possíveis equívocos durante as ações policiais. Nesse caso, podemos refletir acerca do que Schwartz e Durrive (2007) nomeiam de “dramáticas⁴⁹ dos usos⁵⁰ de si”, ou seja, dramáticas que indicam os embates que os sujeitos são permanentemente confrontados quando em atividade.

Há sempre usos imbricados no desenvolvimento da atividade. Os usos são sempre “uso de si por si” e “uso de si pelos outros”. Não podemos esquecer que a atividade

⁴⁹ Considerar a atividade de trabalho como mobilizadora de dramáticas é conceber o caráter de tensão postulado nessas escolhas feitas cotidianamente quando em atividade. Não há, portanto, um sentido de tragédia, de trágico, de negatividade, atrelado à expressão “dramática dos usos de si”.

⁵⁰ Como não somos produções *do* meio, mas produzimos **com** o meio, é preciso retrabalhar os valores e as normas, criando outras normas para que se possa gerir as infidelidades. Assim, fazemos “usos de si”.

de trabalho acontece a partir de situações singulares que devem ser pensadas pelos sujeitos levando em conta seus valores, normas e saberes para garantir – ainda que em parte – o recentramento do meio em favor de si. Esta é a dimensão do “uso de si por si”.

Nossas escolhas contemplam sempre uma dimensão coletiva que engaja os outros em nossa atividade e também nos engaja na atividade dos outros. “Os outros” podem ser – como apontam Schwartz e Durrive (2007) – colegas de trabalho, ou os que procuramos fora do ambiente de trabalho para dividir experiências, ou ainda quem avalia nosso trabalho, ou a quem se direciona a tarefa, ou ainda quem paga para o trabalho. São muitos os “outros” que atravessam a atividade. Portanto, na medida em que se trabalha, a atividade de trabalho se constitui como relação com “os outros”, formando vínculos. Estes vínculos vão influenciar nossas decisões e em função também destes vínculos que agimos, que recentramos o meio. Temos aí a dimensão do “uso de si pelos outros”.

Neste sentido, temos o depoimento de um oficial que deixa transparecer que, ao cumprir a prescrição de comandar a equipe, cumprindo ele também ordens que vêm de comandantes superiores, é preciso levar em consideração a situação em que as ordens precisam ser cumpridas, atentar nos “usos”. Assim, nem sempre é possível garantir uma busca, uma patrulha, sob risco de colocar a vida dos colegas em risco:

“Enquanto oficial de equipe, se eu levo minha patrulha pro Bairro da Penha, por exemplo, e eu vejo que naquele dia o ‘bicho tá pegando’ e a equipe está desmotivada, cansada, eu não vou botar meus homens pra subir o morro. Eu polício embaixo. Se a gente subir é quase certeza que vai dar problema. A gente tem que tentar sentir como a equipe está, como o clima das situações está. A gente tem o compromisso com a vida de todo mundo que é colega de farda. Se um deles morrer, eu vou me culpar. A ordem é: suba! Mas na prática eu não posso subir. Eu sei que não posso. O trabalho nunca vem à polícia, é a polícia que vai ao trabalho. Nestes casos, eu prefiro não ir ao trabalho ou ir a outros trabalhos”. (capitão)

Não podemos, portanto, perder de vista que o trabalho é tanto um protocolo a ser seguido quanto uma “necessidade de gerir um encontro que ninguém experimentou antes de você, exatamente nas mesmas condições” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007,

p. 88). No caso do capitão que prefere não subir o morro, este avalia as implicações de suas instruções sobre as vidas dos colegas de trabalho, ponderando sobre as condições a que estão expostos: em dadas circunstâncias – de cansaço dos policiais que formam a equipe, de desmotivação – cumprir a ordem de “subir” pode colocar em risco a sua vida e a dos outros policiais. Nenhuma normativa indica o que fazer em uma circunstância dessas; cabe ao oficial avaliar a situação tal qual ela se mostra.

Ao mesmo tempo que é preciso ter parâmetros que buscam antecipar a atividade de trabalho, é somente no encontro e nas situações únicas e singulares que as negociações acontecem. Como tais negociações não podem ser previstas completamente, é somente nos encontros que é possível gerir a lacuna entre prescrito e real. Desta maneira, há sempre um “vazio de normas” que é preciso ser manejado pelo trabalhador, ou seja, – uma vez que a atividade não é mera execução – há sempre “insuficiência das normas para dar conta do real da atividade” (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2007, p. 192).

Estar em atividade, portanto, não consiste em mera execução ou assujeitamento sem lutas travadas ainda que no ínfimo da atividade; como há variabilidades que tornam impossível se equalizar as situações, submeter-se integralmente às normas seria invivível aos homens. Temos, pois, que os trabalhadores são convocados a agir, a fazer escolhas, a arbitrar, orientados por critérios que não são somente os referenciais aprendidos e exigidos nos regulamentos da organização do trabalho. Podemos retomar o caso da prescrição “barba sempre aparada”. Um sargento durante o grupo nos disse que gosta de usar barba e bigode, porém que precisa deixá-la aparada porque a Corporação cobra este “padrão”. Contudo, de acordo com ele:

“Fora do CFA a gente até pode deixar crescer um pouquinho. Mas aqui no CFA não pode, tem que estar sempre bem aparada. Só que eu acho bonito a barba e o bigode. Quando a gente tá na rua, o oficial superior muitas vezes é camarada e faz ‘vista grossa’ e aí a gente pode deixar um pouquinho de pelo no rosto”. (sargento)

Eis uma maneira de lidar com a prescrição “barba sempre aparada”: o “sempre” não é “sempre”, é “quase sempre”. O sargento demonstra que a depender do oficial, do local em que se encontra, é possível deixar um pouquinho de pelos no rosto. E ele não deixa os pelos crescerem por mero acaso: ele acha bonito ter barba e bigode!

Como fazer, então, quando não se pode ter barba e se deseja ter barba? Seguir à risca a norma não seria também perder um pouco da autonomia? É preciso confrontar gostos, vontades, normas e fazer escolhas. Ao mesmo tempo que o sargento se ancora nas normas – “não poder ter barba” – e escolhe deixar só um pouco de pelos, ele entende que não é com qualquer superior que se pode subverter à prescrição. Quando se subverte a ela é porque também o superior escolheu uma atitude: fazer “vista grossa”! Uma atitude se dá em detrimento dos outros, para os outros, com os outros. Atitudes que reconsideram as normativas em questão.

Schwartz e Durrive (2007) falam que é por meio dos debates empreendidos em atividade – “debate de normas e valores” – que se estabelece uma relação viva com o meio como “uma tentativa de renormalização” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 98). Renormalizar é a tentativa dos sujeitos de recentramento das normas que foram produzidas externamente, levando-se em conta a si mesmo. Em outras palavras, é necessário recentrar o meio para se poder viver porque há sempre o “vazio de normas”. Ao retrabalhar as normas há uma produção de novas normas. A esse fato, dá-se o nome de “renormalizar o meio em função de si”, estabelecendo uma relação *com* o meio.

Nesta relação produzida *com* o meio que afirmamos que é possível “desamarrar alguns nós” que podem estar constituindo uma “vida de amarras”. Entendendo que a atividade não é simplesmente assujeitamento, é ao não se perder de vista a dimensão das escolhas – mesmo que mínimas – que podemos pensar em mudanças. Não há uma maneira única de agir ou de ser policial. É tentando de maneiras diferentes, ampliando os diálogos, confrontando valores que ampliamos o horizonte de possibilidades nas relações de trabalho.

De um lado, temos um trabalho extremamente regulado, com uma gama de tarefas bem definidas a serem seguidas. De outro, um ofício que age na rua, com pessoas diferentes, que estabelece usos tão diversos ao lidar com imprevistos, tentando gerir o “como” fazer:

Em um dos grupos, as temáticas das drogas e da maioria penal surgiram como assuntos que atravessam a atividade dos policiais. Eles consideraram que é preciso discutir alguns assuntos que não falam necessariamente de procedimentos e desta

maneira travaram um debate entre si que expressou algumas ideias que se contradizem:

“A gente sempre vai lá e pega o menino. Aí a gente vê que nunca acontece nada, a gente fica meio bravo mesmo. Todo mundo fica. A gente acaba fazendo justiça ali na hora mesmo. Às vezes dá um sermão e libera”. (aluno-sargento)

“Por isso que eu acho que a redução da maioria penal tinha que acontecer logo”. (aluno-sargento)

“Mas aí ia só enfiar mais e mais gente nos presídios e a gente sabe que não adianta nada”. (aluno-sargento)

“Sabe o que acontece, professora? Vai abrindo presídio, vai abrindo presídio, mas no fim das contas eles colocam todo mundo junto. O cara que roubou uma galinha e o cara que é chefe do morro. Fim das contas o cara da galinha sai trabalhando pro chefe do morro”. (aluno-sargento)

“Isso quando ele mesmo não vira o chefe do morro”. (aluno-sargento) – todos riem.

“Então você quer dizer que acha que tem que deixar como tá? O menino vai lá, mata, e nada acontece com ele? Porque você sabe que não acontece”. (aluno-sargento)

“Não. Não acho que é por aí não. Mas também não acho que só diminuir a idade pra poder prender vai ajudar muito. Isso não vai fazer o menino repensar, não vai recuperar nada. Eu também sou a favor da legalização das drogas”. (aluno-sargento)

“Você é doido, cara? Isso é a mesma coisa de você falar que aprova o crime”. (aluno-sargento)

“Não. Não sou doido. Eu só acho que a droga tá aí. E tá em todo lugar. Assim como fumar. Quem aqui não fuma ou bebe? Então. Temos drogas diferentes. A gente mesmo nem conhece todas. Toda hora vem uma diferente. E pensa... Nem a gente tem treinamento direito pra saber das drogas. Talvez se fosse legalizado pudesse falar mais abertamente”. (aluno-sargento)

“Eu sou contra. Eu acho errado. Droga só serve para estragar a família da gente”. (aluno-sargento)

“Quem usa droga podia não usar. Se usou, fez sua escolha. Tem que pagar”. (aluno-sargento)

“É. Eu não penso assim”. (aluno-sargento)

“Então você deixa o cara usar?”. (aluno-sargento)

“Não, né, J2. (E expressa que ficou um pouco nervoso). Eu sou policial e sei que não posso deixar. Mas isso não quer dizer que eu concorde com a lei como está. Eu acho que tem muitas coisas que podem levar o cara a usar e tem muita droga diferente também”. (aluno-sargento)

Ao escolher afirmar uma posição diferente do discurso que sustenta o combate às drogas e sua criminalização, o pm se coloca como aquele que contraria o tido como óbvio e afirma uma opinião divergente. Vemos que isto significa um preço a ser pago: lidar com as perguntas, com as dúvidas, com os julgamentos dos outros policiais. Todos que estavam presentes ficaram surpresos com as colocações do aluno-sargento. Pareciam jamais imaginar um policial falando tal coisa. Este policial não está alheio a outros espaços, a outras relações. Cada um ali entendia “fazer justiça” a partir de perspectivas diversas.

No debate sobre drogas e maioria vemos a complexidade da atividade de policial que, por vezes, exige posicionamentos determinados. Subverter a estes posicionamentos é destoar da concepção de “corporação”. Não pensar igual, não poder equalizar as situações de trabalho, ser permanentemente convocado a fazer escolhas nas mais simples experiências da atividade de trabalho são desafios constantes ao partilhar da condição de pm. Como ser pm, sem perder a autonomia? Como partilhar valores da Corporação, sem negar alguns valores que vão contra aos impostos pela organização?

Ao acompanharmos os policiais militares no CFA, conversarmos com eles, trocarmos experiências, constituirmos laços de confiança, fomos nos deparando com uma atividade que vai além de protocolos, prescrições, ordens, marchas, por vezes escapando a esses roteiros e criando outras tantas estratégias. Ao mesmo tempo que é preciso partilhar características, condutas, visões de mundo, empreende-se tentativas que vão no sentido de diferir, na busca de afirmar a autonomia. Estar em

atividade, é, pois, mobilizar dramáticas, desamarrando tanto quanto possível a atividade tal qual ela se apresenta.

4.6 O POLICIAL E A OSTENSIVIDADE: UMA CONDIÇÃO AFIRMADA PARA ALÉM DOS QUARTÉIS

Observamos que desde o primeiro dia, ao adentrar os portões do Centro de Formação, os alunos-soldados são cobrados a se comportar como um militar considerado ideal, com características que no próprio hino do soldado capixaba temos descritas: forte, destemido, valente. Ao passarem a estudar o militarismo, os recém-chegados alunos-soldados já representam a Corporação. Cada aluno-soldado, cada aluno-sargento, cada praça ou cada oficial, enfim, cada policial militar, é a Polícia Militar representada.

Ouvimos inúmeras vezes que um policial militar representa a Polícia através da ostensividade, toda vez que exerce o policiamento ostensivo. A expressão “policiamento ostensivo” é uma das primeiras coisas que os alunos-soldados aprendem que será a sua tarefa enquanto policial militar e, uma vez representando a Polícia, precisam saber policiar ostensivamente. Logo no dia de sua apresentação no CFA, os recém-chegados alunos-soldados ouvem dos seus superiores a fala de que:

“Vocês terão de realizar o policiamento ostensivo”. (sargento)

“A função da Polícia é realizar o policiamento ostensivo”. (tenente)

Buscando na Constituição Federal (1988), temos que cabe à Polícia Militar a preservação da ordem pública através do policiamento ostensivo e preventivo. Fonseca (1992 apud SIMAS, 2004) define policiamento ostensivo por ações que tenham como características:

- a) predominância do aspecto preventivo e que sejam desenvolvidas por elementos ou fração de tropa identificados pelo uniforme, viatura ou tipo de equipamento; b) que tenha como objeto de planejamento uma universalidade de fatos ainda que em local determinado por um evento certo, como, vigiar jogos programados em estádios desportivos, concentrações em festas populares, conhecidas entre nós como ‘festas populares’, shows artísticos, etc.; c) que a ostensividade determinada pelas condições de identificação dos elementos empenhados ou fração de tropa, relativamente a uniforme, viatura e tipo de equipamento, sejam intrínsecas à própria estratégia operacional (FONSECA, 1992 apud SIMAS, 2004, p. 4).

Como aponta o autor, a ostensividade se coloca como uma estratégia operacional, contribuindo para inibir possíveis delitos, a partir do momento que os policiais se fazem ver, se fazem notar, se fazem presentes através do quesito “ostensividade”.

“Mais de uma vez você me falou que uma das características do trabalho do policial é prender. Mas eu vi que vocês fazem muitas coisas além de prender. O que é pra você o trabalho do policial?”. (pesquisadora)

“É um trabalho ostensivo... De prevenção... Tem um lugar de risco, você tá passando numa viatura e sabe que ali tem uma boca de fumo... Se você tá rodando, você tá inibindo aquela pessoa ali, tá mantendo a ordem, porque você tá presente”. (aluno-sargento)

Esta analogia da presença ostensiva à diminuição dos crimes reforça o imaginário de que é preciso cada vez mais policiais nas ruas. Entretanto, ter mais policiais nas ruas é garantia de melhor Segurança? Como estes policiais estão indo para as ruas? Como tem sido a instrumentalização destes trabalhadores?

Apesar de estudos (SALES; FERREIRA; NUNES, 2009; SOUZA; OLIVEIRA; FERREIRA, 2009) apontarem que Segurança Pública não tem necessariamente a ver com aumento da presença de policiais em contato com a população, é afirmado nos Cursos de Formação e nos círculos de convivência dos policiais que os pm's precisam fazer valer a ostensividade. Argumenta-se que ao se fazer ver, se fazer notar, atrelando a presença física à Corporação, exerce-se controle de modo a inibir atos considerados potencialmente ilícitos.

Deste modo, a função ostensiva, de acordo com os pm's, é fundamental para que a outra função determinada aos policiais possa estar garantida: a função preventiva. Contudo, ao perguntar aos alunos-soldados e alunos-sargentos que entrevistamos o que é policiamento ostensivo, as respostas foram variadas:

“Policiamento ostensivo é se fazer ver”. (aluno-soldado)

“Policiamento ostensivo é prevenção”. (aluno-soldado)

“Policiamento ostensivo é estar em todo lugar, todo o tempo”. (aluno-sargento)

Temos uma prescrição cujas definições não parecem claras. Assim, víamos que cada um entendia que precisava fazer o “policiamento ostensivo” de um jeito diferente:

*“Quando eu estiver na rua, vou fazer o policiamento ostensivo já estando fardado”.
(aluno-soldado)*

“Fazer policiamento ostensivo é tudo: é ficar andando na viatura, mesmo que às vezes a gente nem esteja realmente procurando algo, mas só de ficar ali estamos fazendo o policiamento ostensivo. Ou ainda, parado em algum lugar. Ou só de ver uma viatura estacionada ou o emblema da Polícia”. (sargento)

A ideia de policiamento ostensivo/ostensividade indica a complexidade do trabalho policial o qual precisa dar conta de situações imprevisíveis, por vezes com a vida do trabalhador ou de terceiros em risco, além de termos uma prescrição que se propõe a alcançar os modos de vida do trabalhador. O próprio fato de se apresentar como policial militar, vestido como pm, penteado como pm, já compõe uma tarefa ostensiva do policial militar. Logo, podemos pensar que as tarefas ostensivas da atividade policial ganham o sentido também de uniformizar a aparência do policial, uma vez que o modo de se mostrar se configura como uma de suas tarefas.

Neste aspecto, além de treinarem os movimentos e abordagens, é preciso treinar o modo de se apresentarem de tal maneira que se torne parte da vida do pm. Um dos alunos-sargentos, durante o grupo, evidenciou que algumas atitudes prescritas nos regulamentos sobre a aparência passaram a ser parte de sua vida, de modo que já nem as percebe como uma exigência da organização do trabalho:

“Não faço barba, eu ‘rapo’ mesmo. É ‘rapa’... Nem é raspar com cuidado. Tem que fazer mesmo, não pode deixar crescer, então tenho que fazer – muitas vezes sem paciência – aí vou lá e meto o barbeador. ‘Rapo’ tudo, no automático mesmo”. (aluno-sargento)

A importância de fazer a barba, deixá-la sempre aparada, é uma cobrança feita aos militares, seja da Polícia ou das Forças Armadas:

“Imagina ficar todo barbudo? Tem que ter padrão. Fazer a barba mostra asseio, cuidado e também a disciplina. Mostra que aqui não é oba-oba”. (aluno-sargento)

“Nem os pelos do nosso corpo a gente pode deixar do jeito que quer”. (aluno-sargento)

Esta norma de “manter a barba aparada nos moldes militares” incide no corpo dos policiais e vai contribuir, inclusive, no reconhecimento de quem é ou não é policial militar:

“Às vezes a gente se reconhece porque o cara tem o jeito meio de policial, barba bem-feita, cabelo raspado. Em uma ocorrência, encontramos um rapaz que estava fardado, mas sua barba estava enorme. Desconfiamos e aí fomos na casa dele, puxamos a situação e comprovamos que ele não era nada de pm”. (aluno-sargento)

Ao tentar regulamentar variáveis distintas – como se mostra policial, como se faz policiamento, onde se faz o policiamento – a normativa “fazer policiamento ostensivo” pressupõe uma fragilidade ao não conseguir dar conta da variabilidade de situações que almeja alcançar. Esta fragilidade indica o vazio de normas que convoca os trabalhadores a recriarem em atividade de trabalho, instituindo normas para darem conta de *policiarem ostensivamente*.

Nessa lacuna impressa pela ausência de uma definição concreta da expressão policiamento ostensivo, os policiais expressam como uma das estratégias para garantirem que exercerão a ostensividade “o viver integralmente como policiais”. Não podemos esquecer que algumas normas que regulam a Polícia Militar, incluindo o Estatuto e o RDME, trazem uma série de direcionamentos que demonstraram, nesta pesquisa, impor aos policiais que estes jamais deixam de ser policiais. Da mesma forma, que precisam se comportar como tais, independentemente de estarem ou não no considerado *horário de serviço*.

Representar a Polícia se coloca como uma exigência que precisa ser levada a todos os níveis da vida do trabalhador: desde os modos de se comportar até as relações que estabelecem; os policiais vão se adequando e criando “padrões” que devem ser seguidos: padrões de família, padrões de relações, padrões de conduta. Temos uma série de normas prescritas que estão para além dos modos de fazer, falando do modo de viver. Assim, ser policial exige se adequar e viver sob outra condição: a condição de policial militar.

Retomando a ideia de condição de Le Guillant (2006) que apresentamos, uma condição fala de uma série de pistas que confluem para estabelecer relações com certa classe de trabalhadores. Os policiais são treinados para se adequarem aos valores e regras impostos pela Corporação e a compartilhar noções do viver junto enquanto um militar, em características que são tidas como do “bom cidadão”. Rosa e Brito (2010) nos lembram que as bases militaristas da disciplina e da hierarquia nas quais são treinados passam a gerir também as relações e visões de mundo pelos militares, extrapolando os quartéis, batalhões e demais locais de trabalho, alcançando suas casas, os momentos de lazer, os mais diversos locais que frequentam; o que consideram ser fundamental ao “bom cidadão” passa a ser exigido ao estabelecer seus vínculos.

“Quando a gente é policial a gente acaba sabendo que tem lugar que não pode ir mesmo. Porque a gente pode ver coisa errada, aí acaba preferindo não ir. Quando a gente tem filho a gente exige do filho que também não vá. Assim como dos filhos a gente cobra educação, se for filho homem a gente cobra também que ele trabalhe, que dê conta da família, que seja provedor, porque a gente vê como isso vai ser importante”. (aluno-sargento)

Através das características que precisam compartilhar para garantir a ostensividade, dos valores militaristas, das imposições da organização do trabalho, os pm's vão compartilhando suas vidas com a Corporação. Passam a ser policiais vinte e quatro horas por dia. Um policial quando está fardado representa visualmente a Corporação, ao passo que, mesmo não trajando a farda, mesmo estando “à paisana” ou fora do horário de serviço, ainda assim “é” pm! Um policial aposentado encontra-se na condição de “inatividade”, conforme o Estatuto da PMES. Ao contrário, encontram-se na “ativa” os policiais militares de carreira, vide art. 3º desse Estatuto. Na situação de “inatividade”, o policial passa à “reserva remunerada” e, posteriormente, para a situação de “reformado”, condição na qual o militar fica dispensado, definitivamente, da prestação de serviço na ativa, porém continua sendo remunerado pelo Estado. Retornamos à pergunta que nos fazíamos ainda na época dos atendimentos a Jota... É possível deixar de fazer parte da Polícia?

Afirmamos a atividade de policial militar como uma condição na qual se estabelece a vida do trabalhador. É preciso compartilhar desta condição, praticá-la nos mais

diversos âmbitos da vida para ser policial. Não há, porém, características imutáveis que a compõem... Apenas pistas, das quais discutimos alguns pontos neste percurso de pesquisa. A ideia de uma atividade que se figura através de elementos que conjuram uma condição foi algo que emergiu na pesquisa, no contato com os policiais, ouvindo suas angústias, suas estratégias, seus modos de agir, observando as exigências do trabalho, as relações que se forjam.

Esta condição não se produz apartada das configurações sociais. Logo, também é efeito do que se espera dos policiais, ou mesmo do que não se espera de um policial. Os policiais, enquanto uma certa materialização da instituição Polícia Militar através da ideia de ostensividade, são atravessados pelas considerações e afirmações acerca da instituição. Entretanto, cada policial, cada trabalhador pode fazer um uso – mais ou menos a seu modo – das normas e valores impostos.

Em meio a tantas exigências e à necessidade de adequações, e mesmo se colocando sob elementos que vão dirimir a vida e as relações, é sempre necessário (e possível) – para que a atividade aconteça – empreender escolhas, promover mudanças, mesmo que no mais ínfimo do trabalho. É empobrecido o pensamento de que todo policial militar é determinável, passível de classificações. Atentamos no perigo que são as considerações que se fazem distanciadas das dramáticas que mobilizam e das lutas que estes trabalhadores empreendem cotidianamente.

Acreditamos que somente ouvindo os policiais e estando junto a eles será possível repensar a organização em que estão envolvidos, os modos de trabalho que exercem, os valores que passam a compartilhar, a formação nos moldes que tem sido veiculada e tantas outras questões que circulam como norteadoras da atividade de policial militar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A Polícia Militar é como uma locomotiva, como um trem. Em algum momento eu peguei esse trem, em alguma parada eu vou ter que saltar. Mas de algum modo eu não passei por acaso nessa viagem. Eu me fiz enquanto viajava, mas também dei uma outra cara aos que viajavam comigo. É desse jeito que a Polícia passou a fazer parte da minha vida! Passou a me completar sim, mas só depois que eu também passei a completar a Polícia. Aqui eu trabalhei, fiz amigos, ri e chorei. Quando for a hora de saltar, eu salto, a locomotiva vai continuar sem mim. Mas acho que vai ficar a sensação de que estou sempre viajando e também vai ficar um pouquinho de mim lá”.
(sargento)

Esta dissertação propôs seguir as linhas de processualidade na produção dos dados, abordando momentos resultantes de inúmeros embates, de afrontamentos entre forças e saberes, de determinadas configurações sócio-históricas, cujos aspectos contribuem para indicar alguns modos de ser/estar policial militar.

Buscamos aqui um percurso sobre a égide da análise dos processos imbricados no fazer do policial e que objetivam modelos de pm e de Corporação Polícia Militar. Desde a proposição da pesquisa até o modo de entrada no campo, a aposta se fez na perspectiva de estar com os policiais, conhecendo algumas das contradições e lutas diárias que empreendem, indicando caminhos outros que não só os estabelecidos pelo rigor da organização pautada na hierarquia e na disciplina.

Dessa maneira, estivemos **com** os policiais, ouvindo, discutindo, trocando experiências e coabitando um território existencial. Notamos que a cada opinião, sentimento expressado, angústia trazida, era possível suscitar novas perguntas, pontos de desacordo, diferentes argumentações que convocavam os presentes a reelaborarem suas vivências. Afirmamos que os espaços de conversa foram ricos para a troca de saberes, na busca de estratégias e de afirmação de autonomia; fomentamos a necessidade de mais espaços dentro da Corporação em que os policiais possam se colocar abertamente e, assim, contribuir com suas experiências.

Nessa perspectiva, afirmamos que os espaços e as pesquisas que tragam as experiências dos trabalhadores enquanto focos de discussão são relevantes para se repensar a organização do trabalho, a prática e os efeitos da atividade. Não é o intuito

deste trabalho considerar a priori que o rigor hierárquico-disciplinar é “por si” deletério, mas sim demonstrar que possibilidades podem ser efetivadas a partir da consideração do saber dos próprios trabalhadores a fim de ampliar o poder de agir dos mesmos e fortalecer a própria atividade em busca de mais autonomia e saúde. Como nos indicam Schwartz e Durrive (2007), os debates jamais podem finalizar e são eles que conduzem às políticas acerca de bens comuns. Vimos que a atividade de trabalho policial militar é atravessada pela cobrança institucional, pelas demandas da população, pelos ideais que buscam alcançar, pelas normas antecedentes e pelo que o próprio trabalhador pensa, espera e concebe como valores do viver junto.

Viver como policial é, pois, compartilhar de uma condição de pm que vai configurando redes de relações com o mundo. Desta maneira, um ambiente de trabalho é também o conjunto de um ambiente humano, ambiente cultural e ambiente técnico que se intercambiam, se combinam, se reforçam e se acumulam (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2007).

Longe de ser algo previsível, a atividade é atravessada pelo inesperado. A formação pretende dar conta desta lacuna de imprevisibilidade. Contudo, serve em grande medida para ensinar o viver como policial, para iniciar os fundamentos da condição de pm, para fomentar a produção de formas-ação de policial.

Reiteramos que formação não se restringe às Escolas de Formação. Formar é uma ação que se dá em vários espaços. Assim, os espaços formativos do policial são todos aqueles em que a experiência é compartilhada, que a atividade pode ser desenvolvida e até mesmo, nos casos em que a atividade é impedida, isto possa ser refletido.

Realizar esta pesquisa foi desafiante: desde a escolha do tema e a necessidade de mudar a perspectiva com que iniciamos este percurso, a busca pela autorização da Corporação, os meses de vivência no CFA e a escolha do que escrever e do que deixar de “fora” do produto-final que é esta dissertação, nos vimos em um processo de inúmeras escolhas, de recomposição. Agora, enfim, afirmamos que este estudo produziu mais questionamentos que respostas. Produziu deslocamentos...

Era dia de muita chuva em Vitória/ES. A cidade estava alagada naquele dezembro de 2013. Mesmo assim, fomos ao clube onde seria a formatura dos alunos-soldados. Não sabíamos se a formatura seria mantida dadas as circunstâncias climáticas. Lá

chegando, porém, uma surpresa: não havia lugar para estacionar de tantos carros parados. A cena no grande salão demonstrava familiares e amigos orgulhosos, com faixas que parabenizavam os recém-policiais-militares. A cada aluno-soldado que chegava, com a farda molhada, a indicação de onde deveria se colocar. Rapidamente, o salão estava repleto de alunos-soldados, formados na posição-padrão. Em meio à chuva torrencial que batia lá fora, o capitão deu a ordem:

“Formandos, para o compromisso. Apresentar armas!”. (capitão)

“Ao ingressar na Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, prometo regular a minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço policial militar, à manutenção da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida⁵¹”. (alunos-soldados)

“Formandos, descansar arma! Formandos, descansar!”. (capitão)

Não pude me furtar à emoção de vê-los expressar no canto da boca um leve sorriso, uma olhadela rápida para o lado para ver um ente querido, um tchauzinho tímido para alguém que os chamava. A posição rígida, o olhar sério e o semblante não os fazia parecerem idênticos. Notava cada diferente aluno-soldado que ali estava, via alguns que conheci durante o Curso. Após mais alguns discursos do governador e do paraninfo daquela turma, é chegado um dos momentos mais esperados para aqueles rapazes e moças, como me disseram em nossas conversas no CFA. Assim, o mestre de cerimônias informa que o capitão solicitará ao governador a autorização para o “tradicional” “fora de forma”. Após a assertiva do governador, o capitão se remete aos alunos-soldados que estavam em posição de continência:

*“Formandos, descansar arma! Formandos, **NOVOS SOLDADOS**, fora de forma!”. (capitão)*

“Cumprir a lei: Polícia Militar!”. (soldados)

⁵¹ O “compromisso policial militar” encontra-se no Artigo 31 do Estatuto dos Militares Estaduais (Lei Estadual nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978).

“Marche^{52!}”. (capitão)

Ao comando de “marche” todos saem de forma e, em meio a muitos aplausos, eis uma chuva de abraços, de choros e comemorações. Acaba ali o CFSd 2013, iniciava ali a vida de policial militar, oficialmente!

Um pouco como aqueles novos soldados, também eu havia vivenciado em parte o que se passa no Centro de Formação. Não como policial, mas enquanto pesquisadora, por eles chamada de “professora”, pude me tocar e ser marcada por algumas daquelas experiências. Cheguei ao CFA de um jeito, saía de tantos outros. Não era mais possível olhar aqueles rapazes e moças e vê-los como personagens, como homens-farda, como figuras quase idênticas. Em cada rosto, em cada policial, uma história singular que é atravessada pela condição de pm que compartilham, pelos afetos, pelos valores.

E, assim, na afirmação de práticas que se comprometem com a vida, finalizamos este estudo vislumbrando um cenário de mais possibilidades de pesquisas (e intervenções) que busquem refletir os atravessamentos desta atividade de policial militar, incluindo os trabalhadores. Iniciativas que se façam, portanto, em meio aos embates que podem significar compartilhar as experiências, que não se furtem aos encontros, que não se distanciem dos desafios que é apostar na vida enquanto possibilidade permanente de criação.

⁵² As falas apresentadas pelo capitão e respondidas pelos soldados seguem os sinais de “respeito” e “continência” descritos no Decreto nº 2.243, de 03 de junho de 1997 que dispõe sobre o regulamento de continências, honras, sinais de respeito e cerimonial militar das forças armadas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, C. L.; MACHADO, E. P. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 3, n. 5, p. 214-237, 2001. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5735/3325>>. Acesso em: 26 nov. 2013.
- ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 131-149.
- ALVES, E. **A face oculta do ensino policial militar e a formação do jovem policial**. 2004. 192f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.
- AMADOR, F. S. et al. Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na Brigada Militar. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 22, n. 3, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000300009>. Acesso em: 03 out. 2013.
- AMADOR, F. S.; BARROS, M. E. B. de. Cartas a Foucault: em que estamos em vias de nos tornar em meio ao trabalho no contemporâneo? **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v.7, n. 2, p. 17-31, 2011. Disponível em: <http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/226/pdf_211>. Acesso em: 07 nov. 2013.
- ANCHIETA, V. C. C. et al. Trabalho e riscos de adoecimento: um estudo entre policiais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 27, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722011000200007>. Acesso em: 24 nov. 2013.
- BARROS, L. P. de; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 52-75.
- BARROS, M. E. B. de; HECKERT, A. L. C.; MARCHIORI, F. M. Desafios para a pesquisa dos processos de trabalho: a CAP como estratégia. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 6, n. 1, p. 20-34, 2006. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/download/11079/8756>>. Acesso em: 13 mar. 2014.
- BEATO FILHO, C. C. **Ação e estratégia das organizações policiais**. 1999. Disponível em: <http://www.mpba.mp.br/atuacao/ceosp/artigos/Claudio_Beato_acao_estrategia_organizacoes_policiais.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.
- BENDASSOLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Org.). **Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Atlas, 2011

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 12 jul. 2012.

_____. MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. **Regulamento Interno e dos Serviços Gerais – R-1**. Disponível em: <<http://www.pm.ba.gov.br/cerimonial/legis/Regulamento%20Interno%20de%20Servicos%20Gerais%20-%20R1.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2014.

_____. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Norma Reguladora 17 – Ergonomia**, publicada em 08 de junho de 1978. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEFBAD7064803/nr_17.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

BRITO, J. C. de. Trabalho Prescrito. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapre.html>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

DOLLÉ, F. et al. As técnicas e a experiência dos humanos. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EdUFF, 2007. p. 111-130.

DURAFFOURG, J.; DUC, M.; DURRIVE, L. O trabalho e o ponto de vista da atividade. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EdUFF, 2007. p. 47-82.

ESPÍRITO SANTO. Decreto Estadual (2000). **Regulamento Disciplinar dos Militares Estaduais do Espírito Santo**. Decreto Estadual nº 254-R, de 11 de agosto de 2000. Disponível em: <http://www.pm.es.gov.br/download/legislacao/decretos/Decreto_254-R.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2012.

_____. Decreto Estadual (2010). **Quadro de Organização da PMES**. Decreto Estadual nº 2476-R, de 26 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://www.pm.es.gov.br/download/legislacao/decretos/Decreto_2476-R.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2012.

_____. Lei Estadual (1978). **Estatuto da Polícia Militar do Espírito Santo**. Lei Estadual nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978. Disponível em: <http://www.pm.es.gov.br/download/legislacao/leisestaduais/Lei_3196.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

FRAGA, C. K. Peculiaridades do trabalho policial militar. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, dez. 2006. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/fass/article/view/1033/812>>. Acesso em: 21 dez. 2013.

GAZETA ONLINE. **400 policiais retiram moradores de área ocupada em Aracruz.** 2011. Disponível em:

<http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/05/noticias/a_gazeta/dia_a_dia/854802-400-policiais-retiram-moradores-de-area-ocupada-em-aracruz.html>. Acesso em: 12 mar. 2014.

GOMES, R. da S. **O trabalho no programa saúde da família do ponto de vista da atividade:** a potência, os dilemas e os riscos de ser responsável pela transformação do modelo assistencial. 2009. 171 f. Tese (Doutorado em Ciências na área de Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:

<<http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/4573/2/372.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2012.

GUÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo:** a prática da Ergonomia. São Paulo: Blucher, 2001.

HECKERT, A. L. C. Xeretar. In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C. (Org.). **Pesquisar na diferença:** um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000100003>. Acesso em: 16 dez. 2012.

_____. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 32-51.

LE GUILLANT, L. Incidências psicopatológicas da condição de “empregada doméstica”. In: LIMA, M. E. A. (Org.). **Escritos de Louis Le Guillant:** da ergoterapia à psicopatologia do trabalho. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

LIMA, R. S. Análise institucional no Rio de Janeiro entre 1960 e 1990. **Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, Campos dos Goytacazes, v. 2, n. 1, 2012.

Disponível em:

<<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/ecos/article/view/832>>. Acesso em: 14 out. 2014.

LOURAU, R. **Análise institucional e práticas de pesquisa.** Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1993.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, abr. 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000400019>. Acesso em: 03 ago. 2013.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. de; CONSTANTINO, P. (Coord.). **Missão prevenir e proteger: condição de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MORAIS, L. L. P. de; PAULA, A. P. P. de. Identificação ou resistência? Uma análise da constituição subjetiva do policial. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 14, n. 4, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552010000400005>. Acesso em: 15 dez. 2012.

MUNIZ, J. A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxo da Formação Educacional. **Security and Defense Studies Review**, Washington (D.C.), v. 1, p. 177-198, 2001. Disponível em: <<https://digitalndulibrary.ndu.edu/utlils/getdownloaditem/collection/chdspubs/id/565/filename/544.pdfpage/mapsto/pdf>>. Acesso em: 15 out. 2013.

NOGUEIRA, G. E. G.; MOREIRA, A. L. C. As formações grupais e seus efeitos nas instituições policiais militares. **Revista de Psicologia – Saúde Mental e Segurança Pública**, Belo Horizonte, n. 1, p. 35-39, 1999.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 17-31.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

QUEIROZ, D. T. et al. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 276-283, 2007.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Contribuições da Análise Institucional para uma abordagem das práticas languageiras: a noção de implicação na pesquisa de campo. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 40, p. 47-73, 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/40/artigo2.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2014.

RODOLPHO, A. L. Rituais, ritos de passagem e de iniciação: uma revisão da bibliografia antropológica. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 44, n. 2, p. 138-146, 2004. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/560/518>. Acesso em: 05 jan. 2014.

ROSA, A. R.; BRITO, M. J. de. “Corpo e alma” nas organizações: um estudo sobre dominação e construção social dos corpos na organização militar. **RAC**, Curitiba, v.14, n. 2, p. 194-211, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552010000200002>. Acesso em: 10 nov. 2012.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. (Org.). **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SADE, C.; FERRAZ, G. C.; ROCHA, J. M. O *ethos* da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e aumento da potência de agir. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 281-298, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/fractal/v25n2/05.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

SALES, L. M. de M.; FERREIRA, P. R. L.; NUNES, A. O. Segurança pública, mediação de conflitos e polícia comunitária: uma interface. **Novos Estudos Jurídicos**, Fortaleza, v. 14, n. 3, p. 62-83, 2009. Disponível em: <<http://www.mpce.mp.br/nespeciais/nucleomed/publicacoes/artigos/seguranca.publica.mediacao.comunitaria.e.policia.comunitaria.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2014.

SANTANA, S. L.; SABINO, A. D. V. Estresse policial militar: efeitos psicossociais. **Revista Conexão Eletrônica**, Três Lagoas, v. 9, 2012. Disponível em: <<http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2012/downloads/2012/humanas/ESTRESSE%20POLICIAL%20MILITAR%20EFEITOS%20PSICOSSOCIAIS.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2013.

SANTOS, G. J. M. do. **A Polícia Militar com suas pluralidades de batalhões, e as diversas especialidades, porém, tem uma única bandeira**. 2012. Disponível em: <http://www.pmde.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/sesed_de/biblioteca/gerados/pluralidades.asp>. Acesso em: 18 nov. 2012.

SÃO PAULO. POLÍCIA MILITAR. **Tiro defensivo na preservação da vida, Método Giraldi**: doutrina para atuação armada da polícia com a finalidade de servir e proteger a sociedade. São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.esmp.sp.gov.br/eventos/passados/giraldi_atuacaopolicia.doc>. Acesso em: 14 nov. 2014.

SCHWARTZ, Y. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462011000400002>. Acesso em: 04 out. 2012.

_____. Histórico e conceitos da ergologia, entrevista com Yves Schwartz. **Reflexão & Ação**, v. 21, n. 1, 2013. p. 327-340. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/3742>>. Acesso em: 14 set. 2014.

SCHWARTZ, Y.; DUC, M.; DURRIVE, L. Trabalho e uso de si. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EdUFF, 2007. p. 191-206.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EdUFF, 2007.

SILVA, M. B. da; VIEIRA, S. B. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Saúde e Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 4, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000400016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 out. 2012.

SIMAS, M. C. **Polícia Ostensiva e de Preservação da Ordem Pública**. Santa Catarina, 2004. Disponível em: <<http://www.acors.org.br/download.php?id=12>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

SIRIMARCO, M. A vida com farda: a vestimenta policial como relato institucional em disputa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n82/v28n82a03.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2014.

SOUZA, L. A. F. de; OLIVEIRA, I. V. de; FERREIRA, G. L. **Políticas de segurança pública no estado de São Paulo: situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/7yddh/03>>. Acesso em: 04 jan. 2015.

SPODE, C. B. **Ofício de oficial: trabalho, subjetividade e saúde mental na Polícia Militar**. 2004. 149f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5366>>. Acesso em: 12 set. 2011.

TRINQUET, P. Trabalho e educação: o método ergológico. **Revista HISTEDBR On-Lice**, Campinas, v. 10, n. 38e, p. 93-113, 2010. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/3432/3053>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

APÊNDICE A – Pirâmide Hierárquica da Polícia Militar



APÊNDICE B – Certificado do Programa de Formação

Certificado de Conclusão

Certificamos que

Concluiu com sucesso o Programa de Formação “Vida em
Atividade: o trabalhador policial militar no Espírito Santo”

Carga horária: 10 horas

(Coordenadora do PPGPSI/UFES)

Novembro/2013

